REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO

BIBLIOTECA NACIONAL RIO DE JANEIRO

Direção e Organização dos consócios dr. Clóvis Lima e J. Veiga Júnior.

VOL. 13º - 1958

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO

Direção e Organização
dos consócios dr. Clovis
Lima e J. Veiga Júnior

VOL. 13.°-1958

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO

DIRETORIA

PRESIDENTE — Dr. Clovis dos Santos Lima

Vice-dito — Dr. Aníbal Victor de Lima e Moura

1.º Secretário — João Ribeiro da Veiga Pessoa Júnior

2.º dito — Antônio da Rocha Barreto

Tesoureiro — Profa. Olivina Olívia Carneiro da Cunha

Dra. Eudésia Vieira — Orador

Dra. Lylia Guedes — Bibliotecário

COMISSÕES

De História, Geografia, Antropologia e da Revista: Cônego dr. Florentino Barbosa, Celso Mariz e cônego dr. Francisco Lima.

De Contas: José Leal Ramos, prof. Francisco Hugo Almeida de Lima e Moura e dr Francisco Vidal Filho.

De Admissão de Sócios: Prof. José Baptista de Mello, drs. João Santos Coêlho Filho e Octacílio Nóbrega de Queiroz.

OS MORTOS DO INSTITUTO

FUNDADORES

D. José Tomás Gomes da Silva

Monsenhor Odilon da Silva Coutinho

Tte. Cnel. Francisco Coutinho de Lima e Moura

EFETIVOS

Dr. Isaac Leão Pinto

Dr. José Gomes Coêlho

Dr. João Lelis de Luna Freire

Cônego Nicodemus da Costa Neves

CORRESPONDENTES

Farmaceutico Simão Patrício da Costa Neto

Dr. Otacílio Camêlo de Albuquerque

Prof. CLOVIS LIMA, presidente do I. H. G. P.

NOVO ORBE SERAFICO OU CRÔNICA DOS FRADES DA PROVÍNCIA DO BRASIL

Por Fr. Antônio de Santa Maria JABOATÃO

(Continuação do vol. 12.º desta REVISTA)

ESTANCIA V

Assim o executaram depois da primeira entrada, dando no Engenho e vivenda de Antônio de Couros Carneiro, Cavaleiro do Hábito de Cristo, e Capitão Mór, que havia sido daquelas Vilas, estando êle ausente; e como ali houvesse mais gente, e preparo de armas, estavam também na confiança de que nunca se atreveria o Gentio a algum excesso; mas êste mesmo descuido, e a cobiça de maior pilhagem, e melhor emprêgo da sua tirania, a fez executar à medida do seu desejo.

89 — Deram antes do meio dia, como costumavam, o assalto com o seu espantoso urro e bater de arcos, empregando as frechas na descuidada e desprevenida família. Achava-se uma filha do mesmo Capitão, por nome d. Isabel de Gois, no eirado das casas de seu pai, que eram térreas, rezando por umas contas, e assombrada com o espantoso som que nunca tinha ouvido, e com vozes dos familiares, que dentro das casas saiam gritando: **Gentio, Gentio;** desatremou, e foi buscando as casas de um seu irmão, que eram de sobrado, e distavam das outras 30 passos, já a tempo que a encontravam nuvens de seta, naquela passagem, em que, à vista do irmão e mais família da casa, que se assomavam a uma janela, se assentou em terra invocando o nome de Jesus, e pedindo confissão ao mesmo tempo, que se foi deitando, e rendendo o espírito a quem lho havia dado, e reparou-se que assim que se sentiu ir traspassando das frechas, e foi caindo em terra com notável advertência, estendeu com as mãos às saias, para compostura dos pés, e tirando da algibeira delas um lenço cobriu a cara, e as levantou juntas ao Céu, como louvando ao Senhor rogando-lhe sem dúvida aceitasse, como martirio, aquela vítima ainda que involuntária, sacrificada em ódio da sua Santa Fé e Cristandade.

Ficou traspassada com mais de 20 frechas. A triste mãe escapou metida até o pescoço nas águas da levada do seu Engenho, onde a foram achar, e tiraram quase regelada e morta, aumentando com as lágrimas, que derramavam

os olhos, as daquela corrente, que lhe havia segurado a vida, para sentir repetidas máguas, com a vista da defunta filha, e outras pessoas mais que se foram achando mortas pelos aposentos interiores da casa, e algumas pelos campos. Passado êste primeiro assombro, e o segundo de ver, e notar os mortos, e os que faltavam se acordaram, de que no mesmo dia de manhã havia saído à caça dos porcos montezes outro filho, por nome Luiz de Freitas, com alguns escravos, e entrando na suspeita do que lhes poderia ter acontecido, despachando alguns descobridores dos matos, não mui distante o acharam crivado desde a cabeça até os pés com mais de 70 setas.

90 — Continuavam os assaltos do Gentio, crescia a consternação do povo, e as representações e queixas chegavam aos Governadores, e nada se resolvia que fôsse suficiente a remediar os danos, que cada dia iam em aumento. Governava o Estado por êste tempo e já para o fim, Francisco Barreto, e era isto pelos anos de 1660, e depois de várias consultas resolveu mandar de presídio uma companhia de Infantes para residirem entre as vivendas dos oprimidos moradores da terra firme, para que divididas em Esquadras de seis e oito soldados, em distância de 3 e 4 léguas uns dos outros, servissem de sentinelas, e obstáculos às invasões do Gentio. Mas êle fazia as suas sortidas com tal arte e manha, que nunca lhes poderam impedir; porque mal se atreveriam fazê-lo, 4 ou 6 homens a uma multidão de bárbaros que, como raios, corriam a dar assalto neste e naquele lugar; e quando se ia dar o aviso às esquadras, para se incorporarem com os moradores, já o Gentio estava de volta muitas léguas; e assim só vinha a servir aquela guarnição de maior detrimento, e moléstia aos pobres moradores, e de lhes acrescentar as necessidades, sendo obrigado pelos distritos a sustentar cada um a sua, e sofre-lhes demais as travessuras, e demasias, sem serem de efeito ao evidente risco das suas vidas, como a cada passo o experimentavam, e tanto, que no decurso de 8 anos, que ali assistiram, não houve soldado que visse Gentio, ou lhe disparasse arma, havendo alguns que pareceram passados das suas frechas, em suas próprias Estâncias. Assim aconteceu aos que residiam no distrito de Cajuíba, que no mesmo Presídio os assaltou o Tapuio, e os fez pagar com a morte o seu descuido; e passando êstes dali às vivendas de Francisco de Sá de Menezes, nas fronteiras do qual estava de guarnição esta Esquadra, a bom livrar, escapou êste com sua mulher, e filhos por se haver embarcado com êles em uma canôa para o interior do Rio, deixando, exposta tôda a mais família à disposição da sorte e ligeireza de cada um, dos quais achou sete mortos, e menos todo o móvel de casa, que era uma bôa parte da sua fazenda, e êste fruto colheu do dispêndio que fazia com a sustentação daquela Esquadra, que, se não confiara nela, talvez se guardara e soubera prevenir melhor para aquele dano.

91 — Poucos mêses adiante tornaram a dar no contôrno do mesmo distrito, vigiado pelas tias Esquadras, em as do Rio Gequié, último têrmo da Vila, e fazenda do Capitão Manuel de Uzeda de Ayála, e como serem sentidos antes da avançada, ainda lhe feriram com uma frecha um filho pequeno, e mataram alguns escravos, e muitas criações, porque da raivosa fúria destes bárbaros nada escapava ilezo. Mas não se dando por satisfeitos de derramar a seu gôsto o sangue dos brancos (como êles diziam), não tardaram a pôr em efeito outro

assalto, para as margens do Rio, que chaman. o Jordão, e fazenda Gaspar Pinto da Fonseca, a tempo, que a ela chegava de visita d. Maria de Viveiros, mulher de Antônio Cardoso Gavião, e cunhada da senhora da casa, e antes de se saudarem, e entrar pelas portas, lhas abriram em seu corpo muitas frechas do inimigo Tapuia, que com o seu costumado repente os assaltava, achando-se no mesmo perigo as parentas, que a saiam a receber nos braços, vendo-a morta a seus pés, e elas com o inimigo dentro de casa, e já ocupada deles a sala principal, e continuando no estrago de matar, e ferir; e sem dúvida perecera toda família, que eram além dos escravos, 6 ou 7 filhas com sua mãe, se não tiveram o acôrdo de se recolherem a um aposento mais seguro, e chegar ao conflito um seu filho de ânimo e valor, por nome Antonio da Fonseca Pinto, que acudiu à gritaria, e vozes; e porque se achava com armas e esfôrço, fez retirar os bárbaros, feridos e maltratados alguns. Mas êles, como picados de não satisfazerem à sua vontade, o seu ódio e vingança, passados poucos dias, deram em casa de Francisco de Sá de Menezes, com tanta cautela, que os não sentiram senão quando já lhe entravam pelas portas: achava-se o homem enfêrmo e de cama, e levantando-se assim, e não achando outra arma, a que mais prontamente lançasse a mão do que a uma adaga, com esta os fez medrosos, e fugitivos, a uns saírem por onde haviam entrado, e a outros lançarem-se das varandas abaixo, ficando êle ferido no braço de uma frecha ervada, de que lhe veio originar pelo tempo adiante a morte; e no conflito a deram os inimigos a um filhinho seu, com a ama, que o tinha nos braços, que ao abrir acharam no páteo da casa, ficando ambos traspassados, e cobertos de setas, e satisfazendo nestas duas vítimas a sêde, que não puderam fartar na mais família.

92 — Desta sorte, ia o bárbaro, o cruel Tapuia continuando os assaltos e insultos, sem recurso algum dos atenuados povos, sem esperança de o haverem por socorros dos homens; e assim os moradores, como desamparados, uns fabricando casas fortes, outros passando a viver pelas ilhas, onde se achavam mais seguros, ainda que com maior penúria; e assim os deixou o Tapuia por alguns mêses, talvez para os colherem mais incautos, e menos preparados, até o dia do glorioso Apóstolo S. Matias do ano seguinte de 1670 em que foi visto assomar pelos montes sobranceiros às faldas do já nomeado Rio Jordão, em fórma de batalhões, inumerável caterva dêles, tocando suas cornetas, e outros rústicos instrumentos de guerra, como anunciando a todos uma última, e total assolação. Foi notável o susto, e confusão dos moradores daqueles lugares, como mais próximos, e chegados ao perigo, e todos os dispunham, em especial a gente mais fraca, de mulheres, meninos e escravos, como quem esperava a última hora.

Dos capazes de pegar em armas, e resistir, só se achavam três mancebos de valor, e fôrça, d. João de Uzeda, e Gois, filho do capitão Manuel de Uzeda de Ayála, e de sua mulher d. Bárbara de Gois, João Pedroso de Menezes, filho de Rodrigo Pedroso Barbosa, e de d. Isabel de Menezes, e Luiz da Franca de Freitas, filho o Sargento Mayor Pedro da Franca de Andrade, e de d. Brites Barbosa de Gois: a êstes seguiram 3 soldados daquela Estância com o seu alferes,, F. de Aguilar, e alguns escravos, que por todos faziam o número de 20 pessoas. Esta pequena e mal ordenada esquadra, e mais arrebatada de ânimo, do que de consideração, porque levando os mais deles armas de fogo foram tão

pouco advertidos, que se não proveram de outras munições, e pólvora para as refazer, nem de mais armas que uma só espada, com furioso, e precipitado impeto se partiram ao inimigo, que para as vivendas vinha já descendo os montes. Mas vendo que buscava aquele pequeno esquadrão, mostrando sagaz que o temia, fingiu que se retirava, e dando volta pelas costas do monte, ao tempo que êles se haviam metido em um passo mais estreito, os veio aguardar nele de emboscada; e êles, que à pressa caminhavam supondo lhes fugia a preza, se acharam atalhados e metidos no meio da bárbara multidão; sôbre a qual, disparando para maior desordem, ao mesmo tempo todas as armas de fogo, vendo o Gentio que não tinham outras, e estar desprevenidas, tendo-lhes tomado os passos da retirada, descarregavam sôbre êles nuvens de frechas, e a seu salvo os foram seteando, e cravaram por todos os lados, como a imóveis alvos, não deixando de receber algum dano, que com as descarregadas armas lhes puderam fazer, e com a espada d. João de Uzeda a alguns a morte; mas prevalecendo o número ao esfôrço, e as frechas aos braços, ficam mortos os três principais, os soldados com seu alferes, que com os mais fizeram o número de 14 pessoas, escapando o resto dêles maltratados e feridos: nem parou só em dar-lhes a morte o feroz Tapuia, mas usando com êles outras barbaridades do seu gênio, a d. João de Uzeda desfiguraram com enormes anatomias a cara, e outras partes do corpo, e até os ossos das pernas lhe arrancaram, levando-os consigo, que assim usam com as pessoas maiores, e demais esfôrço. Foi notável o sentimento dêste caso pelas referidas circunstâncias das pessoas, e morte, e pelo desamparo, em que ficavam, de algumas mulheres e filhos.

93 — Frescas estavam ainda as trágicas memórias dêste sucesso, quando foi mandado da Bahia por Alexandre de Sousa, que então a governava, o Capitão de Infantaria Manuel Barbosa de Mesquita, com sua companhia, a refazer aquelas Estâncias, tão sem efeito como o havia mostrado o tempo, e foi fazer a sua, e casa forte em o lugar de Mapendipe, dividindo os soldados pelas mais, deixando oito para sua guarda, e companhia. Era homem nobre, esforçado e sobretudo um bom cristão, cumprindo o seu cargo, sem faltar às obrigações de Capitão, e bom católico, costumava ouvir missa em uma Capela da Senhora do Desterro, e saindo um domingo desta Igreja, lhe deram noticia de que soldados da sua Estância já facavam mortos pelo Tapuia inimigo, advirtindo-lhe se retirasse à igreja onde com alguns moradores que o acompanhavam, se poderia fechar, e fazer forte: ao que êle respondeu, valoroso mas temerário, que não havia Capitão sem soldados, e que a êstes havia seguir, e foi caminhando para a sua Estância, e a poucos passos foi acometido, com outros mais que o acompanhavam, de uma numerosa turma de Tapuias, que cercando-os por todos os lados, os foram traspassando-os e cobrindo de agudas e empenadas frechas: e ainda que com as espadas ofenderam a muitos dos inimigos, ficou morto o Capitão e algumas pessoas mais, e os bárbaros de caminho roubaram, com desacato, o que acharam na Capelinha, com outros estragos do seu costume. Êste caso refere diferente em alguma circunstância o autor da AMÉRICA PORTUGUESA, nós o transcrevemos, como o trás o manuscrito que seguimos, por ser de pessoa que existia naquele tempo, e natural do mesmo país.

94 — Por alguns mêses depois acalmou esta tormenta; mas não socegavam os ânimos dos cançados e perseguidos moradores, pondo só seguro das suas pessoas, abaixo de Deus, nas próprias fôrças e ardís, fabricando além das casas fortes, estacadas, circunvalando as Estâncias, em que moravam os mais poderosos, com estas muralhas, e plantando as lavouras junto a elas, ainda que com menos lucro com mais segurança. Mas nem estas prevenções lhes bastavam. Na do Capitão Francisco Pinto da Fonseca acometeram de assalto mais de 200 Tapuias, querendo-a levar à escala, mas a sua fortaleza e alguns tiros, que dela dispararam, os fizeram desistir do intento, indo descarregar o seu inveterado furor em partes menos seguras, que nunca de todo faziam a retirada sem deixarem as suas frechas tintas em sangue dos tristes moradores, que sem repetirmos também outros muitos casos de menos ruído, imos a concluir com um, por mais lastimoso, sucedido a poucos mêses depois do passado.

95 — Morava no fim daquele povoado, distrito da terra firme, Francisco de Araújo de Brum, homem solteiro que havia pouco tinha concluido na cidade os estudos de Filosofia, e por lhe faltarem os pais, e não havendo outro herdeiro, se retirou da Praça para as suas fazendas, e na confiança de que o Gentio se não atrevia à sua Estância, tanto por ficar desviada das suas costumadas varedas, como pela ter bem guardada e defendida, vivia mais descuidado do que convinha à sua segurança. Confiado nesta, despachou numa manhã, como costumava nos mais dias, a gente de armas, e escravos para o serviço de fora, ficando só em casa com a família de dentro. Passeava pelo seu terreiro, quando o acometeu uma tropa do Gentio, que rodeando-lhe a casa, e tomando as portas, se achou impedido a entrar para ela, e partiu à carreira a buscar o Rio, que lhe ficava perto, por ver se entre as suas águas se podia livrar melhor, e fugir aos tiros das suas frechas. Mas quis a sua fortuna que achou a maré vazia, e grandes lamaçais, que lhe impediram os passos; com que fugindo à morte em terra, a foi beber entre lodos, e nuvens de setas, de que ficou coberto; e como fôsse êle o que neste primeiro ímpeto seguiu o Gentio, teve a mais família de cada lugar de se pôr em salvo.

96 — Governava ainda neste tempo Alexandre de Souza, e feita consulta com os Cabos da Praça, e algumas pessoas principais da Vila, vista a inutilidade do Presídio da Infantaria na terra, se resolveu ser conveniente tratar-se do reparo, por meio de conquista, e que está só teria o melhor efeito se fôsseexecutada por Paulistas, gente que se criou neste exercício, e inimigos declarados de toda a outra Nação, assim de Índios, como Tapuias. Deu-se órdem a manda-los vir de São Paulo, com a promessa de 8.000 cruzados, e toda a preparação e vitualhas para a tal conquista, o que de tudo se fez à custa do povo, e interessados nesta expedição. Chegou esta à Bahia já a tempo, que havia entrado no govêrno Afonso Furtado de Mendonça, no ano de 1637, e por Capitão um seu natural, prático, e experimentado em semelhantes emprezas, por nome João Amaro. Da Bahia, onde se lhe ajuntaram algumas Esquadras da Infantaria da Praça, partiu para o Cairú êste exercito, e alí se lhe ajuntou o Capitão Maior com as suas Ordenanças; entraram à conquista e em poucos mêses voltaram com oitocentos e tantos cativos dos bárbaros Tapuias, deixando a muitos mortos, e destruídas algumas Aldeias para o centro daquelas matas e sertões, que vão confinar

para o Poente com as margens do Rio S. Francisco; e com segunda entrada, que fizeram a poucos tempos depois, em que trouxeram a muitos outros, com os mortos que deixaram, as habitações destruídas, e os mais embrenhados para o centro dos Sertões, se acharam os moradores do País, e terra firme, ainda que com grandes trabalhos, e dispendios, de alguma sorte seguros, e desassombrados de inimigos tão continuos, insolentes, e que tantas mortes, danos, e estragos irreparáveis lhes haviam causado pelo dilatado curso de mais de vinte e cinco anos.

97 — Por outros muitos viveu aquele povo desassombrado, e quieto com esta última expedição dos Paulistas. Mas quando parecia não só sepultada a memória da passada tormenta, mas também extinta a causa dela, se experimentou o contrário: porque dos anos de 1730, com pouca diferença, por diante, começou o Gentio a repetir os assaltos, suposto não eram tão continuados, nem com tanta ruína, pois não se atreviam a acometer as vivendas, e só davam pelas roças, e lavouras mais retiradas, e de menos gente, matando alguns escravos, e outras pessoas, que achavam por elas pouco guardadas.

98 — Algumas suspeitas se formavam de não ser o Gentio dos Sertões o que repetia êstes insultos, pois, se notava pelos colônios experimentarem só êstes danos alguns sujeitos, ou familiares seus, que com os Índios mansos das Aldeias visinhas, qua há no País, haviam tido alguma discórdia, de que se davam por ofendidos; fazendo provável êste discurso, o verem-se em mãos de alguns deles alfaias particulares de vestidos, e armas, que tomavam aos mortos; ou ao menos que êstes das Aldeias tinham oculta comunicação, e trato com os do interior das brenhas, e para êstes despiques os iam buscar.

99 — Assim foi continuando esta nova inquietação até os anos passados de 1750 para 54, em que já o povo se achava em grande desassocego, e mui temeroso com a repetição dos assaltos, que já era preciso, ao menos pelas roças, e lavragens, andar com as armas nas mãos, e os que não podiam tanto, deixando de as cultivar; de que se seguiu nestes anos bastante falta dos mantimentos, e frutos da terra. Nesta tribulação lhes acudiu o Senhor, por meio de um acaso, que não deixou de parecer efeito da sua infinita piedade, tanto para bem das almas daqueles bárbaros, como para quietação do seu povo.

100 — Por certas desavenças, que houve entre um destes mansos da Aldeia, que chamam de Una, por ficar à margem do Rio do mesmo nome, sujeita à doutrina do RR. PP. Italianos, com outros bravos das brenhas, determinaram êstes tomar despique do agravo, e despacharam para uso um, de que faziam mais confiança, por animoso e esforçado, com outros mais da mesma facção. Não se executou o feito conforme a órdem, e voltando a êles foi expulso, por fraco e cobarde, com a sua família e parentes, o que fôra por cabo daquela empreza, da companhia e habitação dos mais: e vendo-se corrido e desprezado dos seus, depois de vários rumos, que tomou, foi o último a buscar a mesma Aldeia de Una, onde o receberam, e incorporado nela, abraçou com todos os da sua família a Fé Católica. Da comunicação dêstes com os mais resultou, dispondo-o assim a Providência do Altíssimo para os fins que sabe, que um

velho da própria Aldeia chamado Adão, e era ainda dos antigos Guerens conquistados pelos Paulistas, e pelas notícias que lhes davam os novos convertidos e prática, que tinha, de moço, dos interiores dos matos, entendendo aonde ao presente estavam situados êstes Gentios, se ofereceu ir a êles, e reduzí-los a descerem para baixo e buscar a companhia dos outros e a amisade dos brancos. Resolvida a empreza, partiu com efeito êle, e alguns mais e com tão feliz sucesso, que passados 3 mêses, e muitos trabalhos à ida e vinda, por mais de 200 léguas de matos, serras e brenhas, chegou ao povoado com uma multidão de Gentios, que passavam de 400 entre homens, mulheres, grandes e pequenos. Foram recebidos pelos da Aldeia, e moradores, com festas e alegrias concorrendo o povo com a despesa para a sua sustentação e tratamento, enquanto êles não se arrancharam. Mas, o Senhor que os havia movido a esta não imaginada transmigração, para os dispor, sem dúvida, para outra mais peregrina, e da verdadeira pátria, lhes mandou uma enfermidade de câmaras, das quais uns após dos outros, e especialmente dos adultos, em poucos mêses se foram consumindo; e procedeu neles esta enfermidade, como se entendeu, por variarem entre os nossos de mantimentos, a que não eram costumados. E foi para notar que, nenhum dos que morreu deixou de pedir antes o Sacramento do Batismo. Seja o Senhor louvado pelas altas disposições da sua Providência. A poucos dos pequenos tocou o referido achaque, e das mulheres a algumas, e foi isto o ano passado de 1755.

101 — Dois casos quero repetir agora para fecharmos com êle a presente Estância, o primeiro da graça, o segundo da natureza; êste pelo que tem de estravagante, aquele pelo que mostra de admirável. Ambos os hei de referir com a mesma frase de seu Autor, que é o das notícias, que temos dado dêste País, resumidas ao nosso estilo. Diz assim, falando do primeiro caso: **Conheci um principal** (Gentio Guerem) **de uma quadrilha, por nome João, e sua mulher Domingas, que entendo eram batizados, porém viviam naquele brutal estilo de vandoleiros, que parece tinha Nosso Senhor encarregado a êstes de conduzirem-lhe espírito para o Céu; por que tanto que paria Domingas, entre as mais remontadas brenhas, se partiam ao povoado dos brancos a pedir batismo para o filho; e conseguido êle, se tornavam para os matos, e quando tornavam com outro nascido, já o primeiro tinha voado ao Céu, de que os pais mostravam prazer, dizendo a quem por êles perguntava: já foram para Deus; a desta sorte lhe mandarão 9 ou 10...**

Quem não admira os prodígios da graça!

102 — O segundo caso é o seguinte: **Também se tem visto entre as águas daquelas grandes Rias (do Cairú) alguns monstros marinhos a que o Gentio chama Igbaheapiná como dizermos:** Diabo pelado, **porque,** Igbahe val o mesmo, que cousa má, ou sobrenatural; e **são êstes uns meninos, como de 3 para 4 anos, da própria côr dos mesmos Gentios, mui de formes de cara, pela grossura das feições, e laganhos, e a cabeça pouco povoada de cabelos, como da matéria dos mesmos limos, e assim mostram em tudo serem espécie dos homens marinhos, ou peixes monstros, segundo a fábula poética, mas é certo, que o Gentio os temem, e tem entre seus abusos por espíritos malígnos, e devem seguir a opinião de alguns, que têm para si, que entre os Espíritos vagos, a que**

os Hespanhois chamam Duendes, há alguns corpóreos, e deviam estes acolher-se às águas por refrigerar seus cálidos humores; e assim lhes têm grande mêdo e se assombram da morte com sua vista. A êste propósito me contou há anos certo homem nobilíssimo e fidedígno, que indo de sua fazenda para a Vila em uma grande canoa, com bastantes remeiros, atravessando um daqueles largos braços de mar, lhe surgira, ou bulhara adiante, um daqueles meninos, e como amiudasse ao redor da canôa a ação de se querer mostrar lançando borrifos de água para cima, preparou a escopeta para lhe fazer tiro, e por mais diligência que pôs, nunca lhe pôde segurar pontaria pela presteza com que se mostrava e descia ao fundo. Era principal Piloto da canôa um Indio da terra, o qual com a primeira vista que teve do animalejo, se deixou cair, com um grande grito, no fundo da embarcação, cerrando os olhos e os dentes, de sorte que, por mais remédios que na vila se lhe aplicaram, o não houve para a vida, que só lhe durou no próprio estado, em que caiu, 24 horas, sem que os outros companheiros, que eram pretos de Guiné, sentissem pavor ou abalo.

ESTANCIA VI

Da Capitania da Bahia de Todos os Santos

103 — Sendo a Enseada da Bahia descoberta, como fica dito, por Diogo Alvares Caramuru, pelos anos de 1516 até 1518, veio ter a ela com a mercê de Povoador, e Donatário Francisco Pereira Coutinho. Era fidalgo por nascimento e de altos méritos por suas obras, com que viera tão enriquecido do Oriente, como de cabedais. Com êstes preparou uma armada para fundação da Capitania, que por aqueles havia merecido. Constava a data desta, desde a ponta do Padrão da barra da sua Enseada, até o Rio de S. Francisco, primeira data, e depois ampliada com todo o Recôncavo para dentro de toda ela. Acompanhado de gente nobre, e comuna para a povoar, e defender, da sua barra para dentro deu fundo, e subindo ao alto deu princípio a uma povoação, no lugar, que ao depois chamou Vila Velha, com uma fortaleza sôbre o mar, sujeitando os Gentios Tupinambás, seus principais habitadores. Com êstes conservou boa paz nos primeiros anos, a diligências do grande Caramuru e sua consorte Catarina, com aumentos de fazendas e 2 Engenhos de fazer açúcar, que levantaram dois homens ricos, que consigo trouxe.

104 — Passados os primeiros anos, tanto por inconstancia dos Gentios, que neles é natural, como principalmente por má correspondência dos Portugueses; o que acontecia em todas as novas fundações, não faltou também nesta. Não dizem porque ocasião, seria talvez sem ela, deram os nossos desastrada morte a um filho do Principe dêsses Tupinambás, que foram sempre os mais guerreiros e temidos destas Costas. Deu-se aquele por ofendido, bateu o pé, e os arcos a sua Aldeia, e com ela todas as mais; perturbou-se a paz, entrou a guerra, e tão cruel e porfiada, que destruídas logo todas as fazendas por fora, queimados os Engenhos, mortos muitos Portugueses, e entre êles um filho bastardo do mesmo Donatário o puseram em tanto apêrto que, cercando-lhe a Vila e Fortaleza, e impedindo-lhe os mantimentos da terra e até a água para beberem, lhes era preciso mandar vir todo o sustento da Capitania dos

Ilhéus, em duas caravelas de que se serviam. Nestes extremos o tiveram 7 ou 8 anos, umas vezes cercado, outras com tréguas, até que, por não chegarem à última miséria, se resolveu largar a povoação e embarcando-se com o resto, dos moradores se pôs em salvo na Vila dos Ilhéus.

105 — Com a sua ausência se achou o Gentio logo arrependido, conheros, e assim lhe mandaram oferecer a paz que, repetidas vezes, haviam quebrado: a qual ajustada, voltando Francisco Pereira Coutinho em uma de suas cendo com ela lhe faltava também a conveniência do resgaste dos seus genêembarcações, com a gente, que levava, e na outra Diogo Alvares Cara--muru, com a sua família que também se havia retirado, chegou êste a salvamento a sua Estância de Vila Velha, mas aquele ao entrar da barra lhe sobreveio um vento forte e contrário, que dando com a sua embarcação à Costa nos baixos de Itaparica, saindo todos à praia vivos foram mortos à traição e comidos por outros Tupinambás habitadores daquela Ilha. E assim acabou às mãos Rumes, e Malavares da India, gastando, e consumindo aqui também, a que lá dos barbáros Gentios do Brasil aquele Capitão, a quem não puderam render os tinha a tanto risco adquirido.

Com a morte dêste Capitão, que aconteceu pelos anos de 1547, ficou a Bahia naquele estado, em que êle a achara, na posse de Diogo Alvares Caramuru, até o ano de 1549, como mostrará a Estância seguinte.

— o —

FALA que o Ouvidor da Capitania da Paraíba do Norte Manoel Leocádio Rademaker faz aos vassalos de SUA ALTEZA REAL no dia 13 dos seus Felizes Anos, antes de entrar a Missa Solene que o Ilm.º Snr. Governador Luiz da Motta Fêo mandou celebrar na Igreja do Colégio dos denominados Jesuitas.

SOLENIZAR os Anos do Nosso Augusto Príncipe com expressões dignas do Dia, e da Pessoa, não é para os meus talentos, nem forças minhas; mas numerar o Dia, o grande Dia, em que o Deus Onipotente liberaliza, e delata para com o Seu Povo a vida a preciosa vida do Nosso Monarca, é próprio de um Vassalo honrado e fiel qual eu me prezo Ser.

Ilustríssimo Senhor Governador, não Sou Orador, nem posso ser Panegirista de uma tão Alta, e poderosa Pessoa.

Só pretendo neste Dia manifestar o prazer, o contentamento, o desejo, que me acompanha, de que êste mesmo Deus enxa a todos os Leais Vassalos de S.A. Pr. dos meus Leais Sentimentos, e que nas diferentes Orações que no dia 25 do mês passado, e neste havemos de fazer por determinação de V.Sa. hajamos de pedir a Deus que se conserve a preciosa Vida dos Nossos Augustissimos Principes, a um por Ser o Herdeiro da Corôa, e Segurança do Estado, e a outro por Ser a Nossa Bemfeitora, que ao lado de Seu Consorte lembra a felicidade do seu Brasil. Sim, Nobres Senadores, Fieis Vassalos e Patricios Amigos, o Nosso Principe se faz digno de que o amemos com extremo desvelo, honra e felicidade, pois que com outro igual amor êle nos recompensa. Aprova desta verdade nos é bem familiar com

a extinção do monopólio dos Contratos do Sal e azeite, sendo franco o seu comércio como nos declara a Lei de 24 de Abril de 1801, com que nos veio a abundância destes Gêneros para nós de tanta necessidade. A independencia da Capitania tantas Pessoas empregadas em benefício da nossa defesa, das nossas Vidas e dos nossos bens, que o numera-la a vós, que o sabeis será fastidioso, porém digno de que o conserveis em memória para vossa gratidão, são outras provas de igual ponderação; e se elas contudo ainda não são bastantes para vos decidir do amor do Nosso Príncipe para comnosco, pelo menos é de sobeja prova a presença de Nosso Inclito Governador, com cuja atividade respira já a Paraíba no Comércio, na Agricultura, tantas provas da Sua Beneficência. Se pois neste pequeno ponto de vasto mundo, de que é Senhor o Nosso Augusto Príncipe nos beneficia, e tanto tem em vista esta pequena e limitada Capitania, ponderai qual será o seu amor, o seu desvelo para com as outras Capitanias onde a fôrça dos seus negócios são de maior ponderação! Sim, Senhores, êle para com todos é eficaz; Êle vigia, e não socega com os seus Vigilantíssimos Ministros de Estado, que assombram os políticos da Europa incansavelmente por cada uma das Repartições do Seu Gabinete, fazendo ver a todos o Seu cuidado o Seu desvelo, e a Sua Piedade. Todas as Capitanias estão xeias de Monumentos da sua Beneficencia, e do indelével Zelo com que ama ao Seu Povo nas 4 partes do Mundo, onde é Senhor; êles o dizem, e o Alemão pelos seus Nacionais, e nós o sabemos de certo com a Gazeta, que nos anuncia Seus Despachos; Virtude esta que caracteriza um Magnánimo Príncipe; porém ela é herdada dos Seus Maiores desde o feliz Reinado do Senhor Rei D. Afonso Henriques, e observada até o memorável Govêrno de Sua Mãe a Raínha Nossa Senhora, tempo em que pela tranquilidade do Seu Govêrno parece que não haveria mais que dispor, dispender e legalizar sôbre a Nação. Porém a Providência destina o acezo da moléstia de sua querida Mãe para não dilatar à face do Universo a Sabedoria, e intrepidez do Nosso Augusto Príncipe, e levando-o à Regência de que é Herdeiro para realizar a Sua Grandeza, o seu Poder, o Seu Discernimento, a sua Virtude, o seu Incomparável Zêlo da Religião, dando principio a segurar a Sua Corôa fazendo cumprir o Sagrado Voto do Seu Viza Avô que o Espírito de novidade ia esquecendo. Ah! E quanto pode o temor de Deus! Que agradável foi êste principio ao mesmo Deus, que logo se Remostrou propício, Legitimando o seu escrúpulo com a sucessão de tantos filhos não esperados! Com semelhante prodígio e com tal penetração, filha do Santo temor de Deus, que o arrebata, vigorisa a Sua Alma com duplicadas devoções ao Santo de Sua imprecação, com o que faz feliz a todos os Seus Vassalos, e os traz contentes, e porque isto só não basta para de todo os felicitar, toma sôbre Si o pêso de todo o Govêrno, por que se dilata a moléstia de Sua Mãe, que faz moroso e pesado o despacho do Gabinete, e entra a promulgar Leis sôbre a Policia, sôbre Finanças, sôbre o Comércio, sôbre a Agricultura, e finalmente sôbre a Tropa do Mar e Terra, com que faz um novo Código, não previsto pelos Seus Antepassados, e com êle segura na confusão da Europa a Sua Corôa, os Seus Estados, Domínios e a Vida dos Seus Vassalos; e para que chegue a todos a Sua Liberalidade e Magnanimidade abre a porta do seu Tesouro em pagamento dos perenes Edifícios, com que enobrece a Sua Côrte para sustentação das Artes e

Seus Artífices, com que enxe de alegria a todos os Seus Vassalos. Que inaugurado Príncipe e ditosa Gente! Porém no centro dêste Socêgo, o Mundo, que de contínuo anda esquerdo, quebrando na França a Urna da desordem, com que se enlaçam todas as Nações. Poderia o Nosso Augusto Príncipe afrouxar e temermos o furor da rebelião; porém, não Senhores, Êle então é que mais Se esfôrça, e Se anima em nossa defesa. Toma o arbítrio do disfarce, chama-se neutral, equilibra com todos a amizade, firma a do Seu aliado, e consegue na perturbação dos Beligerantes a paz Geral sem perda de Vassalos, nem Possessão dos Seus Domínios.

Que sabedoria de Príncipe é esta? Por ventura contais vós nos Anais da História outro igual Príncipe? Não é êste que se deve abalizar por Singular entre os Coroados? Pois, meus Fieis Patrícios, à vista do que vos tenho dito podeis contar de certo com um Príncipe Pio, Sábio, Prudente, Humano, Iluminado e Santo; e os Povos que têm uma tal fortuna de um tão incomparável Príncipe em o dia dos Seus Anos alegram-se, brincam, festejam, e rogam todos ao Altar do Sagrado Deus, e pedem com fervor que sejam eternos os Seus Dias com deleites e prazeres, para Glória do mesmo Deus, que veneramos, da Sua Igreja, e nossa Consolação. Amen.

Em 13 de Maio de 1803

(Ass.) MANUEL LEOCÁDIO RADEMAKER

CARTA DA PROFESSORA JÚLIA LEAL DA CIDADE DE AREIA, ENDEREÇADA A UM PARENTE

«Areia, 24-10-1955 — Caríssimo Dr. Lauro. Saúde e Paz.

— Tenho a informá-lo que as duas palmeiras, plantadas em frente à igreja de Sta. Rita pelo Pe. Herculano. Missionário que viera para edificar a igreja de Sta. Rita a chamado do então Vigº Padre Joel Esdras Lins Fialho e mais duas que não sobreviveram, em frente ao cemitério, isto deu-se no ano de 1877. A que morreu, foi em 1916, tinha portanto 39 anos. A que fala — 3ª — está no sitio, que foi do Dr. Joaquim da Silva, hoje pertence a viúva de José Ferreira (Zuza). Tenho indagado, não existe mais esta gente, os que vivem têm a noção que foi no mesmo tempo — 1877 — Nota religiosa. — A lembrança dos Areienses dedicar um templo a Sta. Rita, ouvi muito estas histórias em criança, contadas por minha Mãe. Na fazenda «Serrinha» havia uma Capela dedicada à Sta. Rita, cuja imagem era tida como milagrosa, a igreja deu-lhe o título de «Advogada dos Impossiveis». Ora, grassando nesta cidade o terrível «Colera Mórbus» devastando lares, na Cidade e nos campos, os cadaveres já eram conduzidos nos carros de bois; já não havia quem os conduzisse ao cemitério, e o pavor, o luto e a orfandade se via em tôda a parte; lembrou-se o povo católico de recorrer a Sta. Rita de Serrinha, e lá se foi todo o pessoal sadio a pé, em trajes de penitentes os homens descalços, para trazer a milagrosa Santa para salvar o município. Bemdita Fé, mal chegava a cidade a piedosa romaria, cessou o flagelo. Areia estava livre da peste, isto em 1860 ou 61. Em 1877, vem a temível seca destruidora; a fome, a sêca, a peste, a miséria invadia todos os lares pobres, e os ricos a sofreretm a invasão dos famintos! Lembram-se de Sta. Rita, que já havia voltado a Serrinha. La se vai a romaria piedosa voltando à tarde. Logo que a Santa chegou no sopé da ladeira que sobe para a cidade, formou-se uma nuvem escura e ao percorrer a cidade a chuva correu a cantaros. Chegou o inverno. Diante destes dois prodígios, resolveram edificar a Igreja e Sta. Rita era a dona dela. Por motivos conhecidos, abandonaram a Igreja, o formigueiro encarregou-se de demoli-la. Mas, o altar mór perfeito — a imagem lá ficou entregue ao zelo dos fieis. — Em 1894, de Jnº a Agosto, apareceu aqui uma febre de máu caráter; diziam ser febre amarela. As propriedades, foram dizimadas, vitimava em 24 horas! ... Veio o médico do Govêrno, atender aos doentes, em todas as casas os havia mas, nem uma só morte!... Das fazendas dos sitios sucediam-se os enterros; 3 caixões de uma só vez! Rêdes, mais redes, crianças às dezenas, uma calamidade!... Neste tempo, estando

a Matriz em trabalho reedificada, o Vigº celebrava aos Domingos na igreja de Sta. Rita. Vendo a calamidade e a febre devastando lares e lares, o Vigº convidou o pessoal, a fazer o voto de limpar tôda a igreja (estava em preto) e fazer uma festa solene, com novenário, missa cantada etc. Todos prometeram. Na cidade não morreu uma só pessôa (muitos adoeceram.) Cessou o flagélo, milagre! Era contagiosa; quando adoecia um, ia toda a família mas todos se salvaram. Todos restabelecidos, fizeram uma pomposa festa em ação de graças. — Foi ou não milagre?... Esta eu vi e assisti. Tempos depois, a igreja foi-se abatendo, longas fendas nas paredes. O vigário resolveu demoli-la, trazendo Sta. Rita para a Matriz; com o material construiu a parte que é hoje a Capela de Sta Rita. — (ass) JULIA».

O INSTITUTO HISTÓRICO NA EVOLUÇÃO CULTURAL DA PARAÍBA

(Conferência realizada na sessão solene de 7 de Setembro de 1955 comemorativa do cinquentenário do IHGP)

Celso Mariz

Num dia tão solene da vida do Instituto, dia de emoção e de festa para os seus associados e para os seus amigos, deveria ser outra, larga e luminosa, a palavra que aqui se fizesse ouvir como eco de nossas ações e irradiação dos nossos sentimentos. Membro da Casa desde 1910, fomos o veterano para quem o Presidente teve de apelar, veterano sem profundeza e sem fulguração, que apenas pode trazer para êste instante um pouco d'alma e de memória.

Da turma primitiva, Francisco Coutinho de Lima e Moura, Mateus de Oliveira, Ascendino Carneiro da Cunha, Cláudio Oscar Soares e Coriolano de Medeiros, os cinco que restam vivos, restam ausentes e distantes. Salvo Coriolano de Medeiros, o mestre, que não está distante porque esteja ausente e sim porque entre êle e o mundo se interpôs a sombra que lhe obumbrou de vez a luz dos olhos, embora a do espírito, de seu poiso de solitário, ainda clareie e fecunde o nosso horizonte histórico. Era êle, não fôra a incidência cruel, quem devia estar nesta tribuna, resumindo a ação do nosso grupo, pesando o adminículo da nossa influência na evolução cultural da Paraiba, defendendo as modestas mas porfiadas conquistas que lográmos, nestes cinquenta anos decorridos, nós os dos primeiros dias e os que vieram depois inclusive os que sustentam e dilatam hoje a bandeira e o trabalho dos que começaram.

A fundação do Instituto não surgiu como um imprevisto. A idéia não escapara à cabeça de Artur Aquiles, «cotovia madrugadora dos interêsses paraibanos», como lhe chamou Castro Pinto, nem à de um Rodrigues de Carvalho que ao tempo regressava do Ceará, bacharel e literato, enfunado de planos. Mas foi Alvaro Machado, no afan sorridente do primeiro ano de govêrno, aliás o seu segundo govêrno, quem alvitrou a criação aqui de uma sociedade que festejasse, para educação do povo, as grandes datas e os grandes nomes nacionais. Não nos faltando então para o mister cívico vários clubes de moços, o que recomendava o preclaro homem de Estado era um sodalício forte, com raízes no poder. Um áu-

lico mais lépido colheu a deixa em Palácio, tratou de contaminar cá fora os espíritos predispostos, e o patriótico pensamento vingou acrescido na formula de Instituto Histórico e Geográfico. O áulico foi aquêle Francisco Coutinho de Lima e Moura, hoje valetudinário, que deixamos em primeiro lugar na lista de fundadores sobreviventes.

A instalação do Instituto foi já um número comemorativo do Grito do Ipiranga que nunca deixámos de assinalar aqui, homenageando os heróis do grande lance. O Governador veio presidir a sessão inaugural e o nosso maior orador daquela época disse da data da Independência e da Companhia histórica que aqui se formava.

Estabelecido sob amparo tão eficaz como fonte de representação e de meios, o Instituto teve de fato a correspondência, o apôio, a preponderância em número das autoridades que dominavam e de graúdos de outras classes, ligados ao elemento de direção. Parecemos, assim no passo inicial, menos um centro de especializados que de entidades de relêvo público acostumadas a juntar-se por consonância de prestígio. Os nossos primeiros presidentes, Seráfico Nóbrega e Flávio Maroja, embora homens de letras e distintos, embora tenham tomado amor e despendido esforços pelo Instituto, aqui figuraram mais pelo seu valimento político que pela dedicação à Geográfia e à História. A lista de chefes, diretores, juízes e deputados, que compunha em maior parte o nosso primitivo elenco, se foi decantando com o tempo até restringir-se aos que têm o gôsto puro do assunto histórico. Mas o exemplo de Alvaro Machado e de seus amigos não esmoreceu, exceção de raras passagens, no espírito dos seus sucessores. Nem os govêrnos por si, nem as classes pelas elites e pelo povo, têm negado consideração à nossa obra. Todos compreendem que o nosso campo, a nossa causa, o nosso empenho, o nosso amor, tem sido a Paraiba no que forma o seu complexo geográfico, étnico, moral e social, de pre-Pedro Alvares Cabral até hoje. Aqui guardamos o que nos legaram os séculos e vamos recolhendo o que surge de crescimento moral ou representação de caráter da nossa província.

O auxílio do govêrno na parte material se traduziu sempre em subvenções monetárias, embora parcas, e na impressão pelos prelos do Estado da nossa revista e de muitos dos livros dos nossos associados. Inestimável concurso para as épocas transatas, até que a administração atual decidiu, numa compreensão mais justa, um apoio mais largo, em harmonia com os novos tempos. O próprio govêrno da União, agindo à voz de representantes paraibanos, nos tem contemplado com favores apreciáveis.

Por nossa parte e apesar da relatividade dos recursos e de algumas crises externas e internas, temos o que apresentar como cumprimento do nosso destino, no setor da nossa elaboração intelectual. Decerto que não nos gabaremos de nenhum monumento de ciência, nenhuma tarefa profunda de pesquisa, de exégeses, de conceito interpretativo da evolução orgânica e espiritual de nosso povo. Mas algo que corresponde às possibilidades do ambiente, não desonra as nossas pretenções de procuradores e guardas desta arca sagrada dos limites, dos fastos, das lutas, dos costumes, das transformações ou modificações físicas, mentais e sociais da Paraíba.

No decorrer dêsses 50 anos não dormiu o Instituto em recobrar as noções, as provas, as relíquias do nosso passado. O seu modesto órgão, a Revista, sempre bem acolhido pelas instituições congêneres de todo o país, aí está como espelho sintético do nosso labor. Irregular quanto ao período de sua publicação e no volume material ou número de folhas, nunca deixou de ser precioso no que representa de estudo de nossa individuação como célula da pátria brasileira. Em 1922, após um hiato de oito anos, voltou a lume por munificência de um esclarecido governante, o dr. Solon de Lucena. Suspensa novamente em 1928, declinou dos alentados tomos em que vinha saindo para um folheto de 100 páginas. Explicava o fato como decorrência «de causas alheias à vontade do Instituto, obrigado a juntar minguadas economias para oferecer o número, esguio de mais quando tinha material para três opulentos volumes.» Era a luta pela manutenção do ideal que aqui reunira a família dos aficionados da Geografia e da História, do culto do solo e das tradições da Paraíba como lastros criadores da nossa alma e da nossa vida.

Não seria defeso no momento enumerar por meúdo o que o nosso órgão tem acumulado em documentos e notas sôbre a formação paraibana, desde a sua origem como terra da capitania de Pero Lopes até Estado da constelação republicana, unidade forjada, no calor das sêcas que lhe têm perturbado o rítmo do progresso e no das grandes idéias que, apesar de tudo, a têm sacudido e erguido dentro da Nação.

Não só o que está disperso na Revista. A história da Paraíba só foi reunida e mais ou menos desenvolvida até hoje devido ao Instituto Histórico, ao espírito que o anima, à sua atividade coletiva ou dos sócios que de qualquer modo o representam. Prosseguimos em reuniões para a exaltação das grandes datas e dos heróis da nacionalidade, como fôra o intento de Alvaro Machado. Comemorámos o centenário da revolução de 1817 com festas retumbantes e uma conferência do mestre historiador e sociólogo pernambucano Manoel de Oliveira Lima. Trabalhámos e contribuimos monetáriamente para a inauguração em 1918 do busto de Pedro Américo. Hospedámos e dirigimos em 1923 o VII Congresso Nacional de Geografia e História. Todos os grandes mortos da construção brasileira, de Vidal de Negreiros o Tiradentes, a José Bonifácio, a Deodoro, a Rio Branco, a Getúlio Vargas, são ou serão nomes nos altares do nosso Templo. Todos os maiores do particularismo paraibano, de João Tavares a Peregrino de Carvalho, aos Carneiros da Cunha, a Pedro Américo, a Alvaro Machado, a Augusto dos Anjos, a Espitácio e a João Pessôa, sobrevivem aqui, em retrato, em busto ou em pensamento, na celebração do nosso culto.

Mas visámos, sobretudo, desde os começos, o enfeixamento em letra da nossa movimentada crônica, com suas ligações e reflexos na História Geral do Brasil. E se é justo não esquecer aquêle impulso, aquela ajuda que temos reconhecido e agradecido ao govêrno, injusto seria não proclamar que a propaganda tem sido nossa, nossa em maior parte a iniciativa, nossa a técnica de caçar o documento e de produzir o esclarecimento.

Antes da organização do Instituto, o que dizia sôbre a nossa terra estava espalhado em Rocha Pita, em Frei Vicente Salvador, em Jaboatão, em Aires Casal, em Southey, em Leopoldo Pinheiro, em Varnagem. Tudo disperso e pouco, quase que limitado aos aspectos administrativos e de guerra, traços imprecisos da vida e do espírito paraibano.

Maximiano Machado, em 1871, contestava a parte que nos coubera no mapa do Brasil de Cândido Mendes e escrevia a História da Paraíba no Recife

à sombra do Instituto Arqueológico. Mas encubava em manuscrito o maior volume de um trabalho que assim não existia para o acervo literário do assunto.

Irineu Jófily, também senhor das nossas tradições, partindo de Campina Grande, visitava as várias regiões da Província, perquirindo de seus aspéctos naturais e de sua civilização. Em 1892, nos enviava do Rio, apoiado por Capistrano de Abreu, as **Notas Sôbre a Paraíba.** Excelente em todos os subsídios, corográficos, paleontológicos, etnográficos, folclóricos, econômicos e sociais, arguto e original em tantas de suas observações, Jófily não dava um desenvolvimento sistemático aos seus trabalhos, nem fôra êste o intuito, nem podia ser a medida, quando publicou o seu livro. Era um impulso esclarecido e vibrante, mas incompleto, sobretudo na parte histórica.

Desaparecendo êsses dois desbravadores pouco após findar o século passado, como que o tempo se fechava aqui para tal natureza de estudos. O que veio depois neste terreno, veio, como já afirmámos, por mérito do Instituto Histórico ou de seus membros individualmente, resumindo aquilo que se pode chamar a sua ação, o seu papel, a sua parte na evolução cultural da Paraíba.

Ao ensejo de uma resenha, de certo que devemos começar pela obra do nosso antigo secretário Irineu Pinto, obra que não é de estilo, nem de crítica, nem de generalização, mas obra de achado, de cópia, de salvação de indícios e provas, obra contra o tempo, o caruncho e a poeira, os maiores inimigos da documentação histórica. Obra em que o herói cegou e se consumiu, deixando de seus esforços e sacrifícios, as **Datas e Notas,** carreadas desde que as náos de André Gonçalves tocaram na Bahia da Traição até o ano de 1862, quando a peste do cólera reatacou a Província e o juiz das Capelas instalava a Irmandade. católica de S. Pedro.

Não são elas pròpriamente a história da Paraíba, mas um material para seleção, o mais copioso que temos em preciosidade informativa. As **Datas e Notas,** de antemão publicadas nos jornais e na Revista do Instituto, reuniu-as o autor em dois volumes, entre 1908 e 1916.

Realcemos em seguida o livro das sesmarias de João Lira, que é o melhor roteiro sôbre a ocupação territorial da Capitania, a penetração no interior, a instalação das fazendas, das famílias que fundaram o sedentarismo sertanejo da criação do gado. Outro livro dêste autor é uma coletânea de documentos sôbre a administração da Província e sobretudo um inquérito e uma fixação de curioso aspécto comparativo da vida dos municípios na primeira década dêste século. Cada um em 2 volumes de 300, 500 e mais páginas, apareceram entre 1909 e 1911, a elas podendo juntar-se, do mesmo autor, os Almanaques do Estado, dêste último ano até 1913.

A «Corografia» de Beaurepaire Rohan, escrita em 1860, trazendo a fauna e a flora da Província, sua população, suas indústrias, sua situação material e administrativa naquela época, constituia um infólio de 300 folhas de papel almasso, além dos quadros, afogado nos arquivos da Biblioteca Nacional. Copiou-a linha por linha, à mão, o nosso companheiro Frederico Cavalcanti que a trouxe para a revista onde tomou 200 páginas do número terceiro, de 1911.

A História da Província da Paraíba, de Maximiano Machado, adquirida e impressa pelo Estado, em 1912, não veria ao tempo sem os nossos apêlos e o prefácio, a revisão, as anotações de outro nosso consócio. O governador de então, dr. João Lopes Machado, da família do historiador, tivera escrúpulo, o que seja dito em sua honra, de adquirir dos parentes, embora por preço aquém do valor material e nulo diante do valor espiritual, os autógrafos da meritória obra.

Manoel Tavares Cavalcanti deu-nos em 1913, com o título e carater de Epítome, uma série de miniaturas perfeitas da nossa história até os dias contemporâneos. Resultava o tentamen de um encargo do govêrno Castro Pinto que quiz instaurar em nosso ensino primário, o ensino da história da Província.

Coriolano de Medeiros trouxe no mesmo ano de 1913 o «Dicionário Corográfico e Histórico», trabalho de paciencia e saber, que reeditaria em proporções mais largas em 1950.

Este surto publicitário, de que enumeramos as obras capitais, era vencido pelos prelos da Imprensa Oficial e distribuido quase todo de graça a quem interessasse. E se a sêca de 1915 e a grande guerra de 1914-1919 diminuiram tais atividades de espirito e tais recursos de impressão, o fio era restabelecido não muito depois. José Américo de Almeida publicava em 1924 **A Paraíba e Seus Problemas,** grande livro de estilo e de condensação histórica, um retrato da Paraíba desde capitania, visando a influência das sêcas em sua evolução econômica, inclusive a reação do govêrno federal sôbre o problema, no período Epitácio Pessoa.

Em seguida, o padre Fiorentino Barbosa estudou a construção e a arte das nossas igrejas coloniais. Pedro Batista realçou a vida de doutrinador e patriota do padre Bernardo de Carvalho. O próprio e humilde orador, forçando a deficiência de seus estudos, e em que pese à sua vaidade recordá-lo, não deixou de atender à corrente que derivava dêstes humbrais. Em 1922 lançavamos os «Apanhados Históricos», alinhavando algumas noções sôbre a vida da Provincia, destacadamente da formação e atividade dos partidos políticos na Monarquia e no começo da República. Juntaríamos em 1934 um esbôço incolor da «Evolução Econômica da Paraíba». Tentávamos em 1942 a restauração da figura singular de missionário e educador do Nordeste, o cearense Ibiapina, que teve em nosso território o cenário maior de sua ação apostolar, de suas fundações de caridade, e o seu leito de morte.

Mais tarde, outros trabalhos foram surgindo, ainda na dependência ou no estimulo do Instituto: «Evolução do Ensino na Paraíba», de José de Melo, em 1930, «O Correio da Paraíba há Cem Anos», de Rocha Barreto, e reminiscencias, de Francisco Coitinho, em 1939, A Imprensa na Paraíba e «Pedaços da História do Nordeste», de José Leal, entre 1941 e 1943, «Terra de Homens», de Ademar Vidal, e Campanha de Princeza» de João Lelis, e «Minha terra», de Antonio Boto, em 1944, um discurso Sôbre Arruda Câmara e o livro «A Medicina na Paraíba», de Oscar Castro, de 1943 e 1945, «Evolução dos Impostos na Paraíba, de João dos Santos Coêlho Filho, em 1946, «O Ensino Comercial na Paraíba», de Clovis Lima, em1948, «O Meio e o Homem da Paraíba», de Humberto Nóbrega, e «História Republicana da Paraíba», de Apolônio Nóbrega, em 1950, todos trazendo de longe a linfa dêsses temas históricos.

Entremeando os precedentes, Orris Soares desenhou, na inauguração do busto, o perfil político e moral de Aristides Lobo. Orris Barbosa expôs os desespêros e socorros da Sêca de 32, Horácio de Almeida fêz refulgir, no centenário, a vida e a arte de Pedro Américo, Sizenando Costa descreveu técnica, econômica e históricamente o canal do baixo Paraíba e os ancoradouros naturais de Sa-

nhauá e de Cabedêlo. Luiz Pinto e Delmiro de Andrade, produzindo lá fora mas ligados ao veio conterrâneo, remeteram alentados esforços da nossa história política e literária e Eudésia Vieira acaba de dar a mais recente versão social da Paraiba em seu «Terra dos Tabajaras».

Prolongaremos a enumeração com Olivina Carneiro da Cunha que escreveu a biografia e a carreira política de seu pai, o ex-presidente da Província, Barão do Abiaby, Veiga Júnior que alinhou os retratos e os traços principais da vida do visconde e da viscondessa de Cavalcanti e Albertina Correia Lima que tratou da personalidade de seu irmão João da Mata Correia Lima, moço democrata, cedo roubado pela morte. Corografias municipais, Alfredo Lustósa escreveu a de Patos, Alcides Leite a de S. Luzia de Sabugy, Mário Campelo a de Mamanguape, Manoel Ferreira Filho a de Cajazeiras e os prefeitos enviaram em 1943, exceto os de Souza e da Capital, interessantes resumos sob questionários do IBGE.

Mesmo numa crise do Instituto, que afastou em dissidência um grupo de sócios, produziu-se entre 1931 e 1941, um boletim, um folheto, uma pequena revista que se intitulou GEGHP (Gabinete de Estudinhos de Geografia e História da Paraiba). Esta publicação de minúsculo formato se tornaria um repositório curiosíssimo de documentos e informações. Também o grupo era composto de Coriolano de Medeiros, Rodrigues de Carvalho, Mateus de Oliveira, Hortêncio Ribeiro e Pedro Batista, cada qual mais esclarecido e trabalhador.

Se nem todos os autores referidos partiram do nosso grêmio ou agiram à nossa sombra e incidência direta, nem porisso deixam de vir para a esfera de trabalhos do Instituto, de modo a se poder compor com êles êste quadro bibliográfico. Mesmo entre os poucos que são estranhos ao nosso agrupamento raro é o que, citando precedentes, não firme algum ponto no documentário de nossos esforços. Daí considerarmos que tôda aquela produção pode ser explicada pela nossa influência, que, sem o Instituto, algo pelo menos seria diverso, omisso ou incompleto nos últimos 50 anos de nossa movimentação litero-histórica.

Não incluimos aqui o livro do Padre Francisco Severiano, de 1906, sôbre a criação da Diocese, as freguezias antigas e posteriores ao Bispado, nem o Anuário Eclesiástico, impresso em 1920 sob a direção daquele mesmo autor sacerdote, publicações independentes, da nossa história religiosa.

Gostariamos de incluir, por não parecer que se fecham à nossa filiação espiritual, o ensaio de Juarez Batista em «Caminhos, Sombras e Ladeiras», sôbre a Área social de João Pessoa e a exposição fotográfica e pictural de Walfredo Rodrigues que fixou os beirais, azulejos e persianas do tempo da colônia.

Encerramos o ciclo com o «Sampaio» de Coriolano de Medeiros e «Os Mártires do Piancó, do padre Manoel Otaviano, de tão recentes sucessos, adiantando a biografia de Solon de Lucena por Durval de Albuquerque e o livro do Padre Francisco Lima sôbre o nosso primeiro bispo o grande D. Adauto, e os estudos genealógicos de Sebastião Bastos, dos quais de todos, ouvimos o rumor próximo e já lográmos ver amostras.

A Revista do Instituto guarda com honra os nomes de J. Carneiro Monteiro, Mateus de Oliveira, Ascendino Carneiro da Cunha, Alcides Bezerra e outros que escreveram trabalhos de valor sôbre as tradições indígenas, sôbre os fundamentos da capitania, o dominio holandês, a independência, as revoluções liberais, a escravidão, o folclore e tantas outras curiosidades e primazias físicas e sociais do nosso Estado.

Conforme previnimos, não estamos traçando uma sinópse, o que não caberia nesta hora. Estamos apenas fazendo uma exemplificação de como se assinalou a capacidade, a operosidade e a influência do Instituto Histórico e Geográfico no seu meio século de existência. E quanto aos que sustentam a nossa bandeira na hora atual, dos mais velhos aos mais novos, é justo dizer que todos têm a centelha necessária, todos têm trabalhos publicados e trabalhos em mente que aumentarão em profundidade e brilho o lastro da casa. O secretário Veiga Júnior sucedeu dignamente a Irineu Pinto na correspondência e no zêlo da instituição. Clovis Lima, sendo o primeiro pelo lugar que ocupa e pela visão empreendedora do espírito, prepara a Corografia da Paraiba com os dados geológicos e topográficos, a determinação das coordenadas e outros recursos que não estavam ao alcance de Bless e Polemann, Maximiano Machado, Jofily, Maximiano Filho, Júlio Destord, o professor José Coelho e outros que ensaiaram aqui mesmo o desenho e a descrição de nossa terra.

O humilde orador se empenha por incumbência do govêrno, na composição de uma História da Paraiba, cujo plano é rever o que existe na matéria, em tratados e em documentos, corrigindo, incorporando criticando o que for cabível Era tarefa para gente grande no vigor da idade e da cultura. Mas a nós, sem ter a competência integral, mas tendo merecido o parecer de uma comissão relatado pelo ilustre presidente dêste Instituto, a nós coube tentá-la, depois de esperar muito tempo que outro em condição a requestasse e requeresse. A história exige hoje a econexão de estudos que vão muito além da narrativa episódica, embora o seu lastro seja realmente o material dos acontecimentos humanos. Neste terreno não consideramos de vulto o que temos juntado além de Maximiano, Jofily, Irinêu Pinto, Tavares, João Lira e Coriolano.

Não consideramos de vulto por sabermos a massa que ainda existe por aproveitar, senão nos autores, nos arquivos, senão inatingível, difícil a nossa aquisição imediata.

Os pernambucanos têm obtido em matriz estrangeira uma larga série de noções inéditas sôbre a guerra holandesa. O ilustre escritor José Antonio de Melo Neto, a quem coube recolhê-las, teve a suma bondade de nos facultar a sua vista e conhecimento. Também no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro encontramos uma fonte que exigiria vários mêses para sondar-se, explorar-se, extrair-se, dela o que fosse útil às nossas reconstituições. São 28 volumes de manuscritos ou códices, bem encadernados, contendo documentos da administração, da justiça e da Santa Casa, requisitados em várias épocas, e também a correspondência dos antigos presidentes da Capitania e da Provincia com os ministros do Reino e do Império, desde D. João VI até o fim da Monarquia. O tempo e os recursos não nos permitiram compulsá-los além do terceiro tomo. Não conterão talvez, nem uns nem outros, elementos que venham alterar as versões existentes da história paraibana, mas viriam de certo enriquecê-las, completá-las neste ou naquele ponto, oferecendo melhores luzes e fundamentos para a visão e interpretação de certos fatos.

Nós temos fé nos moços do Instituto. Nada se perderá aqui para a obra da construção histórica. Cada turma renovará e acrescentará a tarefa da turma anterior. Um valor moço da Paraiba, o snr. Glaucio Veiga, que lá fora está brilhando com independência na cátedra e no publicismo crítico, afirmava há pouco, lançando para uma editôra da cidade um livro do passado: «Cada geração é uma pátria no tempo.» Foi como definir que cada espírito ou cada grupo tem o seu meio, o seu ambiente, a sua norma de pensamento que o diferencia e de que não é simples se afastar. Esperamos que aqui neste recinto estas pátrias se unirão sempre no humanismo contínuo dos nossos estudos. Nada prejudicará, antes edificará o choque de orientação entre os mais velhos e os mais moços ou dêstes entre si. Nenhum de nós quer aqui o passado para repetí-lo. Goethe dizia que não há passado a que se devesse voltar. Certo o conceito no século do grande pensador alemão, muito mais certo é hoje na vertigem das transformações filosóficas, sociais e políticas dos tempos modernos. Do passado, pois, o exemplo das grandes virtudes, o entusiasmo que os grandes feitos comunicam, a experiência que nos habilita a ver com serenidade e julgar com isenção o presente. Tudo, ou só o que nos explique a lógica das ações humanas. Porque quanto ao mais, a vida e o pensamento devem ser sempre renovados e retemperados pela ciência.

Vamos encerrar o ano do cinquentenário com a construção da nossa séde própria, edifício onde o Instituto possa expôr as suas secções com a finalidade de pesquisa, de análise e de meditação a que se destinam. Onde o seu museu e a sua biblioteca, reorganizados, classificados, ventilados, longe de parecer acervos hirtos na escuridão e no môfo, longe do ar de necrópole que o vulgo atribue a instituições dessa natureza, formem um centro atrativo de visitantes e estudiosos, de associados e consulentes de tôdas as idades. Uma escola de civismo, de aprendizagem e de culto do que o passado tem de grande, de assimilação do que o presente carrega de sadio e de visões racionais do futuro da Paraiba e do Brasil.

O JOAZEIRO DA CAATINGA NORDESTINA

Prof. Clóvis LIMA

A Caatinga (caatinga — em Guarani — mata branca) e silva horrida de Martius, qualquer que seja o seu tipo, dos três em que geralmente se divide, é coberta de uma associação de plantas lenhosas de pouca altura, espinhosa, para o máximo aproveitamento da luz e que se contenta com todo e qualquer sólo (Von Luetzelburg). Fórma uma espécie de mata desprovida de dois mais importantes fatores: elevação das árvores em procura de luz e falta de umidade no sólo. Descreve-a o autor citado:

> «É, um mato xerófilo, denso, composto de árvores e arbutos, de fôlhas caducas, pequenas, pinatas ou multi-pinatas, ricas de elementos munidos de todos os meios protetores contra a demasiada transpiração».

Em tôda a Caatinga estende-se uma formação florestal xerófila, onde se observa periodicidade vegetativa com fase de repouso determinada pelo calor excessivo ou pela ausência de precipitação atmosférica.

Observam os botânicos dois tipos de vegetação na caatinga nordestina: — o de flora permanente, de caráter aerófilo, composto de vegetais lenhosos, arvores ou arbustos, com fôlhas caducas e órgãos de repouso da hibernação e de plantas herbáceas mas, suculentas; o outro, de flora de plantas periódicas, herbáceas, ou quando muito sub-lenhosas, hidrófilas e cujos órgãos de conservação e de repouso são constituidos quasi sempre pelas sementes apenas, raras vezes pelas raízes permanentes. Dentro desses dois tipos há variadíssimas espécies vegetais.

Não são as caatingas, como se pensa quando se está alheio ao seu meio, zonas de formação nítidamente limitada, nem sob o ponto de vista geográfico, nem sob o ponto de vista botânico, florístico ou fisiognómico. A composição da flora pode variar de acôrdo com a qualidade do sólo, do sistema fluvial, da configuração topográfica e, ainda, da maior ou menor atividade do homem. Tais variações, porém, não apagam as características gerais da flora.

Dentre as várias espécies figuram, por excelência, aquelas que compõem a vegetação permanente, lenhosa, de arbustos de porte médio, ou reduzido, com tronco geralmente baixo e irregular, às vezes fortemente intumecido na parte média, outras vezes sustentando densa copa de ramificações muito baixas. Loefgren, observando a formação da caatinga, destacou, entre outras, o Joazeiro, no grupo da flora permanente.

BIBLIOTECA NACIONAL S. BRASILIANA

O JOAZEIRO — Zizyphus Joazeiro mart, Zizyphus pseudozoazeiro Mansfeld n. espec. — pertence à família das Rhamnaceas. Diz Von Luetzelburg que a esta família pertencem três variedades de Joazeiro. «São árvores de bôa formação o fazem parte da caatinga típica arborea». Arvores de tronco regular, bem conformados, esgalhadas no tronco a-ponto-de prejudicarem o seu crescimento, de aspecto verdejante sem perda de folhagem. Diz o botânico germânico acima citado que encontrou nos sertões do S. Francisco o Joazeiro desfolhado. De um modo geral, o joazeiro possui raizes fortes e profundas, atingindo a agua com facilidade ou maior umidade interior. Daí a petrmanência ou não de folhagem se o sólo possui grande secura.

A espécie espinhosa é encontrada em tôda a região catingal, de terrenos semi-áridos, na alta ou na baixa caatinga, ou na caatinga verdadeira. A variedade Zizyphus pseudo zozeiro Mansf. foi encontrada pelo autor de **Estudos Botânicos do Nordeste** na caatinga sêca arenitica do alto rio Vasa Barris.

Como se vê, o joazeiro é descrito como espécie típica da flora da caatinga nordestina. Todos os botânicos têm destacado a árvore de «copa permanentemente vêrde» não apenas como elemento florístico, mas sobretudo exaltado as suas virtudes como elemento impressionantemente avantajado na paisagem sêca, como alimento, como sombra, como medicamento, como fonte de inspiração, como expressão que crisma lugares e comunidades, e, mais ainda, como fator de íntimas relações entre o homem e o meio.

Não se duvida da origem do Joazeiro. Aqui foi encontrado pelos colonizadores e todos os naturalistas, ecólogos, geógrafos, estudiosos, não divergem quanto ao seu nascedouro. Nem o sábio Lund, nem Loefgren, ou outro grande nome registra fonte única de sua distribuição.

João Domingos dos Santos, velho estudioso das nossas espécies botânicas considerava o joazeiro «autóctone das regiões semi-áridas, sendo abundante pelo seu porte na paisagem da criação de gado na região da caatinga».

Em todo o Nordeste aparece êle às várias regiões do Cariri, do Curimataú, do Sertão, da Caatinga, terras que possúem as mesmas características fundamentais das Savanas africanas. Ao lado do umbuzeiro, da barriguda, o joazeiro espinhoso, de tronco médio e folhagem verde, lembra a paisagem do baobab, afirma Guy Lasserre. Descrevendo o seu **habitat**, o autor aponta as regiões semi-áridas como cobertas de bonita árvore ao lado de gramineas pobres e duras onde se entremeiam os tufos esparsos de árvores que não raro cedem lugar ao matagal espinhoso, melhor adaptado à sêca. «As mimosáceas e as plantas xerófitas (cactus) e outros representantes vegetais de folhas caducas ressuscitam nas terras brasileiras as paisagens dos desertos mexicanos».

Euclides da Cunha, em «Os Sertões», descreve a árvore com estilo próprio, a árvore que perde as folhas de um verde intenso, adrede modeladas às reações vigorosas da luz. «A árvore que às vezes se desnuda quando a natureza dos elementos cresce. Mas, nessas quadras cruéis em que as soalheiras se agravam sôbre o depauperamento geral da vida, em roda, os joazeiros agitam as ramagens virentes, alheios às estações, de ouro, álacres, esbatidos no pardo dos restolhos — à maneira de oasis verdejantes e festivos».

A importância do joazeiro na caatinga nordestina, sobretudo nas regiões paraibanas, não está sómente no seu aspecto verde, no seu porte médio e espi-

nhoso, pontilhando a paisagem morta, como rala cobertura florística, nem ainda na inegavel resistência à sêca. Exalta-se o joazeiro como árvore bela, zombando eternamente da própria natureza que a acolhe sob um céu impiedosamente azul, no meio da terra calcinada, indiferente muitas vezes à dor e à fôme dos seres vivos que a rodeiam. Tôda a paisagem pode parecer triste, sombria, o joazeiro dá sempre mostra de alegria pelo encanto do colorido verde, destacando-se no fundo de um quadro natural.

Desde a época da expansão da criação de gado, com a derrubada e queima da mata, até hoje, foi o joazeiro observado como um manto acolhedor, a sombra amiga, onde dormem ou descansam as rêzes, onde o homem se refaz das suas canseiras diuturnas no amanho da terra ou na vigília permanente do pastoreio nas regiões de galhos nús; é a copa verde que, como um pálio a todos acolhe para uma esperança ao menos de salvação; é fonte que alimenta, e se não chega a matar definitivamente a sêde, fornece o necessário para adiar a tortura da fome com o verdor da sua ramagem e com o sabor dôce-amargo do seu fruto. O fruto arredondado, globuloso e achatado, com uma orla no pendúnculo côr de barro claro, áspero e tenaz, contém uma substância branca, mucilaginosa e de sabor estranho, atrai as crianças famintas, os animais e até os que nunca sofreram os horrores da fome. Cada joazeiro representa um pequeno oasis na caatinga solitária e silenciosa, rodeiada de sólo nú, varrido pelo vento que seca mais onde nem mesmo os raios do Sol conseguem atingir.

O joazeiro é poupado, mais do que outra árvore, por todos os fazedores de deserto como «planta da vida», pela ação medicamentosa da seiva, da casca-grossa e da própria semente. Sustenta a medicina popular que o entre-casca do Joazeiro gosa da propriedade de combater a caspa do côro cabeludo. O pó serve de dentrifício de alto poder cicatrizante. O suco da casca aplica-se nas contusões, pancadas e ferimentos. Além dessas propriedades, encerra um princípio sabonáceo com o qual as lavadeiras lavam a roupa. Nas diversas regiões do Nordeste, faz-se uma beberagem que depois de passar por certa preparação, ou posta no sereno, aplica-se na cura da tuberculose pulmonar e nas doenças das vias urinárias.

O Joazeiro é também abrigo, ou depósito, do carro de boi, de arreios, celas e outros apetrechos do homem do campo. Sob a copa verde permanece o carro de duas rodas, veículo das regiões do Norte do País, máxima expressão da vida social e econômica de um povo. Entre os seus galhos ficam dependuradas as cordas, a canga, e firmado o ferrão que vara a folhagem sobrepondo-se à agudeza dos espinhos que o seguram.

Joazeiro, campo sombrio e silencioso, próprio à meditação. Caiu no domínio da ficção, do sonho dos escritores, poetas, romancistas, cantadores e interpretes da alma popular que o ajustam aos seus belos devaneios, criando entre a árvore e a criatura humana uma interdependência fraternal. E' árvore que infiltra-se pela vida social fincando base no folclore das regiões sêcas. Que lendas, que histórias, que músicas se contam ou se cantam à sombra do joazeiro? Nas reuniões caseiras, entre os populares, aparecem as lendas ligadas à vida do retirante, dos animais que morrem à sombra da árvore amiga. Nas cantigas, nas toadas e nos contos populares, o joazeiro sempre é motivo. E' o Joazeiro, «velho amigo» do cancioneiro Luiz Gonzaga testemunho do lamento e da dôr do namo-

rado a suplicar em desespêro o roteiro da mulher ausente. E o cancioneiro, após narrar o romance à sombra do joazeiro, canta:

«Joazeiro, joazeiro, me responda por favor:
Joazeiro, velho amigo, onde está o meu amor?

Ariel Souto, poeta sertanejo, contempla a natureza solitária onde-:

Seca o tronco, o arbusto, até mesmo a oiticica
Lança na ribanceira uma sombra de morte.

Nessa desolação sòmente o joazeiro fica, vivo e verde,
A mostrar que entre as dôres mais feias
Há de sempre existir, nos contrastes da sorte,
Uma boca que ri das desgraças alheias.

Tudo transcende do ambiente própriamente fitogeográfico. O Joazeiro, o olho vivo da paisagem, reflete a áspera e exótica beleza da vida do homem.

A influência do joazeiro na nomenclatura geográfica é cousa tão enraizada que os topônimos se repetem em tôda a região do Nordeste. Com o nome da árvore são batisados sítios, propriedades, acidentes geográficos, povoados, vilas, cidades. Basta lembrar como exemplos de batismo três cidades nordestinas distribuidas em unidades políticas diferentes: Joazeirinho da Paraiba e Joazeiro da Bahia, estas duas situadas nas regiões mais sêcas e de menor aproveitamento humano, e Joazeiro do Ceará, ou Joazeiro do Padre Cicero, topônimo que é um caso edificante de tradição. Tôdas as três denominações, para não citar inúmeras, encerram uma idéia de realidade, do meio em que se sitúam, da função que desempenham. São, portanto, nomes expressivos.

O joazeiro não chegou a ser utilizado ou mesmo exaltado como planta doméstica. Rude, áspero, espinhoso, de fôlhas caducas e fruto de sabor pouco agradável, é planta não domésticada. Os valores fitogeográficos e excepcionais da planta são contados em seu redor.

A industrialização do joazeiro, como matéria prima, como madeira de lei, como combustível, como ornamento, também não merece muito registro. Na devastação desordenada e criminosa entra êle de qualquer maneira com alta quota de sacrifício.

Como se vê, apesar da humildade da espécie vegetal, são justos os louvores e cabidas as exaltações à árvore das terras sêcas, que tanta influência exerce sôbre a vida do homem na amplitude de sua área ecológica.

Os homens sempre fizeram, nos lugares mais diversos e em épocas diferentes, de certas árvores, centro de meditação e até de culto. Árvores que imprimem respeito. Árvores que inspiram temor. Árvores que são veneradas. Árvores tidas como espécies sagradas. Compreende-se êsse respeito quasi religioso do homem pelas árvores, diz o grande geógrafo Pierre Deffontaines :

«... Lorsqu'on repasse en mémoire ces utilités si indispensables et si multiples qu'ils apportent á la vie humaine. A'arbre nous apparait bien comme l'un des plus precieux cadeaux de la Nature. Ce precieux auxiliaire des hommes dans leur vie matérielle a même été directement associé dans la doctrine religieuse enseignée par les chrétiens, á leur horizon de vie supra-terrestre; la forét garde pour eux une marque spéciale de sanctification».

A história mostra que Jesus Cristo era filho de um carpinteiro; morreu na cruz de madeira para salvar o mundo.

«Salut, o croix, notre unique espérance». E' o brado eterno do cristão.

Justificam-se daí, o amor e o carinho dos homens a muitas espécies vegetais. Não é apenas no sentido da valorização da planta nas suas múltiplas utilidades, mas em respeito a uma admiração especial pelo seu papel relevante na vida do homem.

Os japonezes consideram feriado o Dia da Arvore. Na Persia, das árvores sagradas, os **dirakt-fazel** são cobertos de pregos como testemunho de reconhecimento dos andrajosos. Os americanos adoram as árvores floridas. Os habitantes do Ceilão rendem seu culto. O mesmo acontece na Indochina e entre os povos europeus.

O joazeiro é dessas árvores que merecem o respeito e a admiração do homem nas terras sêcas. As leis que protegem o cajueiro litorâneo (anacardium occidentale) deveriam estender os seus efeitos protecionistas a outras espécies vegetais úteis ao homem como a mangabeira do taboleiro, a barriguda e o umbuzeiro do Cariri e Curimataú, e sobretudo o joazeiro. Talvez não tenha êle a «vocação suicida» do cajueiro, descoberta pelo Prof. Mauro Mota, mas sofre também os golpes do machado bronco e a voracidade da queima. E' preciso, pois, cobrir o mais vicejante e resistente vegetal do Nordeste de especial defesa contra a ação destruidora do homem, como árvore indispensável à vida, «como simbolo de alma inamolgavel de um povo que há séculos conquista o sertão aos doendes da sêca». Proteger o joazeiro é proteger o solo e a vida. E' proteger a economia de uma região. E' resguardar um patrimônio. E' venerar um passado. E' manter a beleza dos campos. E' respeitar a própria memória dos que se foram.

Com louvavel compreensão das cousas, o imortal Gustavo Barroso cantou em belo estilo, na oportunidade em que «nem uma gota de água cái do céu impiedosamente azul durante mêses e mêses» :

«Deus te abençôe, árvore sagrada, que manchas de verde o sertão pardacento, agrisalhado, prêto, como um protesto inapagável contra o flagelo que tomba do céu, que és como o coração do povo mártir do Nordeste, sempre cheio de vida e de esperança, no seio dos piores sofrimentos! Deus te multiplique, árvore magnifica, rica no meio da miséria, viva no meio da morte, galharda no meio do abatimento, alegre no meio da tristura, panóplia de fé, tenda de caridade, estandarte verde da esperança».

A compreensão é profunda. Eis um hino que deveria ser cantado por tôdas as crianças da área sêca. Outros aparecerão em defesa da árvore santa, da «árvore amiga». Muitos dedicarão um dia parte do seu amor ao «velho amigo»,

como aquêle enamorado ferido pela ausência da sua amada. Como o poeta do EU que tanto exaltou o seu Tamarino a-ponto-de, depois de sua morte, ficar gravado talvez o seu máximo desejo:

«A minha sombra há de ficar aqui».

DA PARAÍBA O NATURALISTA ARRUDA CÂMARA

Octacílio N. de Queiroz

PARAIBA — novembro — 57 — Não resta dúvida que o snr. Mário Melo, em seu artigo de 6-out.-57, divulgado no «O Jornal do Commércio», do Recife, sôbre a naturalidade de Arruda Câmara, não nos infundiu certeza definitiva, peremptória, similar àquela sua afirmativa final, de que o naturalista «era pernambucano». Antes, revelou uma ligeireza de apreciação e fácil maneira de concluir o raciocinio sôbre o assunto, que disso desconfiamos e duvidamos. Não pelo capricho, puro e simples, de perder tempo em dissertações inócuas. Mas, pela razão de que não iremos, nós, paraibanos, nos convencer, assim fácilmente, de que não nos pertence um dos mais altos e dos mais tradicionalmente reconhecidos valôres humanos desta terra, de quem disse o historiador pernambucano Ulisses Brandão ter sido através do famoso Aerópago de Itambé, «o porta-voz dos ideais de independência, de república e de democrácia» nestas plagas do Nordeste. (Referimo-nos, aqui, preferentemente ao autor de «Pernambuco de Outrora — A Contederação do Equador» — Ed. Comemorativa — 1924, por ter êle se antecipado, talvez tão erradamente como hoje o snr. Mário Melo, em dizer que o naturalista era pernambucano embora não sertanejo, mas de Goiana, «sua terra natal»)

Certo porém, é que o próprio snr. Mário Melo já escreveu que «documento positivo, que faça fé, sôbre a naturalidade de Arruda Câmara, ainda não foi encontrado. E acrescentava: «**Também presumo que seja êle paraibano apesar de Pereira da Costa havê-lo alistado entre os pernambucanos célebres** e a Academia de Letras Alagoana tê-lo escolhido patrono de uma das suas cadeiras. (Da antiga revista paraibana GEGHP — Ano III — vol. II. nº 7).

Devemos ao prof. Oscar de Castro, dedicado estudioso da personalidade e da obra de Arruda Câmara, o conhecimento de páginas daquela revista sôbre o assunto da lavra do snr. Mário Melo. Assim, para começo de conversa, passamos a transcrevê-las, em parte, notadamente a oportuna carta, junta ao mesmo trabalho, do prof. Coriolano de Medeiros, das maiores autoridades em assunto da história e do passado da Paraiba, e que, na verdade, lança um pouco de luz na discussão. Depois, então, trataremos de analisar a opinião «nova» do snr. Mário Melo, com exclusivo fundamento nos dados da matrícula de Arruda Câmara nas Universidades de Coimbra e de Montpellier.

Dizia o historiador e velho jornalista:

«Há meses, um dos meus leitores — segundo (A Cidade) só existem

dois: eu e o revisor, de modo que às vêzes surge outro esporádico... — pediu minha opinião sôbre a naturalidade de Manuel de Arruda Câmara.

Respondi-lhe que era controvertida, porquanto a disputam Pernambuco, a Paraiba e as Alagôas.

O missivista escreveu também a Coriolano de Medeiros que é o mestre da História da Paraiba, e pediu-me para publicar a resposta dêste: Ei-la:

«Snr. G. M. C. — Posta Restante do «Diário de Pernambuco».

Recebi sua carta de 2 de agosto corrente. Queira desculpar a demora e a fragilidade da resposta. Vou resumir o que escrevi na revista do Gabinete de Estudinho de História e Geografia da Paraiba, em sua edição de 27 de março de 1932.

Pelas sesmarias da Paraiba de números 242, de 10 de março de 1735; 245 de 22 de julho de 1741; de 8 de abril de 1742; de 9 de julho de 1777, verifico que o capitão-mor Francisco de Arruda Câmara, pai de Manuel de Arruda Câmara, morava na Paraiba desde 1734, primeiro no Cariri, onde já residia uma filha, depois em Piancó. Ainda hoje nos municipios de Conceição, São José de Piranhas, Catolé do Rocha, Brejo da Cruz, há avultadissimo número de descendentes do aludido Capitão-mor. Êste não residiu em Goiana. Um seu filho do mesmo nome, o Dr. Francisco de Arruda Câmara, sim ali habitou e teve um filho, também de nome Manuel de Arruda Câmara. Parece que êste está sendo confundido com o tio naturalista.

O Capitão-mor não tinha propriedade em Goiana, como afirmam, pelo menos é o que se depreende do teor de uma escritura pública passada em Bom Sucesso, hoje Pombal, em 15 de dezembro de 1771. Alude esta a propriedades na cidade da Paraiba, no Ceará Grande, na Vila de Santo Antônio do Recife, no Icó, no Crato e não na mencionada Goiana. Assim, se o Capitão-mor residiu na Paraiba, desde 1734 até 1777, quando morreu, não é crivel que os seus filhos tenham nascido nesta capitania?

Em 1926, dirigi uma carta a um farmaceutico sertanejo, residente na Cidade de Catolé do Rocha, e casado com uma bisneta de Manuel de Arruda Câmara, e eis o trecho da resposta: «... Manuel de Arruda Câmara nasceu no Piancó, naquele tempo da jurisdição de Pombal que então era sede administrativa de todo o alto sertão da Paraiba. O velho Capitão-mor Francisco de Arruda Câmara, residindo em Piancó, foi daí a Portugal tratar de negocios referentes as suas terras; de volta resolveu mandar os seus dois filhos para la estudarem. De fato de lá voltaram formados: em medicina, Francisco de Arruda Câmara; em ciências naturais, Manuel de Arruda Câmara. O primeiro casou-se duas vêzes aqui no sertão, e o segundo nunca se casou...»

Nem sempre Pernambuco foi campo de ação de Manuel de Arruda Câmara. Êle foi criador em Piancó onde situou várias fazendas de gado nas sesmarias que ali obteve, bem como nas propriedades que lhe coube da herança paterna em Piancó e Catolé do Rocha. Por morte do naturalista, o seu irmão, Francisco de Arruda Câmara, como único herdeiro foi ao sertão e vendeu tôdas as fazendas e terras e tornou à Goiana onde então residia.

Uma opinião valiosa sôbre o lugar de nascimento do aludido naturalista é a de Frei Lino de Monte Carmelo, no seu trabalho «Memórias do Clero Pernambucano». Para êste, Arruda Câmara é Paraibano.

E' o que pode dizer, por agora, o Ato. Vor. — Coriolano de Medeiros. João Pessoa, 21 de agosto de 1935».

x—x—x—x—x—x—x

A argumentação «nova» em que se firma o snr. Mário Melo, no tocante à naturalidade de Arruda Câmara, é, assim, frágil, acidental. Entende, agora, o Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico de Pernambuco, que o sábio paraibano não poderia ter sido daqui porquanto «a Paraiba teve na Universidade» (de Coimbra) à mesma época, «vários filhos, que declararam a naturalidade paraibana» e o naturalista não o fizera, dizendo-se, no entanto, de Pernambuco. Não obstante confessar a subordinação da Paraiba à Capitania vizinha, denota pouco ou quasi nenhuma importância ao fato dessa subordinação no mesmo caso da naturalidade de Arruda Câmara. Ora, não existindo, legal e administrativamente, a antiga Capitania, graças à impiedosa atuação de politica pombalina com relação à Paraiba, inclusive com a criação da famosa Companhia de Comércio, que nos escravizava a Pernambuco, nada mais lógico do que o estudante brasileiro, carmelita, lá fora, declarar-se, tanto em Coimbra ou em Montpellier, como «natural do Sertão de Pernambuco» ou da Província de Pernambuco. Estava certo, mesmo que outros não o fizessem ou melhor entendessem dizê-lo. Demais, na parte de Coimbra, antes da secularização, Arruda Câmara era um religioso da Ordem dos Carmelitas».

E, o mais curioso em tudo isso, mesmo a despeito do pouco que ficou de sua obra de naturalista de gênio — perdida a «Flora», «de capa encarnada», perdida a «obra secreta» talvez mandada «com brevidade para a América inglêsa» àquêle misterioso amigo da carta ao padre João Ribeiro, é o conhecimento minucioso das mais variadas plantas xerófitas, da zona sêca, a carnaubeira (segundo o agrônomo Pimentel Gomes, foi êle quem realizou os primeiros estudos sôbre a cêra da carnaúba) o algodão, o imbuzeiro, o carôa, a crauatá, a oiticica.

Mas, é na análise botânica de uma dessas plantas, onde poderemos muito bem distinguir a legitima qualidade de sertanejo, de homem do interior distante, nascido longe da borda do mar, do sábio Arruda Câmara. Precisamente quando êle fala do tucum em sua **«Dissertação sôbre as plantas do Brasil»**, págs. 32 e 33. Ed. de 1810, **Imprensa Régia** — trabalho êsse de que é, nesta cidade, possuidor de cópia o ilustre prof. Oscar de Castro. Dêle destacamos o que segue:

«TUCUM» — «Dão êste nome a huma especie de palmeira, mas ainda não pude reduzí-la ao seu genero, **porque habitando eu no interior do Sertão, e não vindo à beira-mar, onde esta planta habita se não de três a três annos,** não tive ocasião de a encontrar em flôr: della só falla Pison na sua Hist. Nat. do Brasil, onde dá huma ruim figura, e * péssima descripção; e Manoel Ferreira da Câmara na sua descripção Fisica da Comarca dos Ilheos exagerando o lindo, que se extranhe das folhas deste vegetal, só diz que o Tucam daquella comarca não parece ser o mesmo de que trata Pison; mas este escreveo em tempo,que ainda não havia verdadeiras luzes da História Natural, e aquelle escreveo em Lisboa, estando a planta no Brasil.» (A grafia é antiga aqui).

Contudo, o escritor e conhecido mestre de historia regional do Nordeste, o folclorista admirado, que é o snr. Luiz da Câmara Cascudo, na tradução que fez do livro H. Koster justamente nessa descrição do tucum, omitiu, (possivelmente o defeito foi do autor das «viagens ao Nordeste do Brasil, não do tradutor) várias palavras, notadamente a referência de Arruda Câmara quanto ao fato de ser habitante do interior, do sertão, não vindo à beira-mar, e, ainda outras pequenas expressões, que diminuem o valor da descrição.

Demais, L. da Câmara Cascudo julga de «nevoenta» a biografia do naturalista paraibano de «difícil, com o prejuízo ainda de «uma tradição oral deformadora» «dando-lhe aspectos de iluminado precursor de reformas sociais profeta, e fundador de uma escola de filósofos». Ainda assim, louva-se no trabalho de Coriolano de Medeiros, claro, elucidativo por nós já citado e que saiu no nº 6, da revista GEGHP, de 27-3-932. João Pessoa Pb. Também, fugiu, em sua nota sôbre a personalidade de Arruda Câmara a pag. 91 seguinte do livro de Koster, de afirmar qual fôsse a naturalidade de Arruda Câmara. Teria bancado «o amigo da onça» para com a Paraiba? Não oculta, todavia, que o naturalista era filho do Capitão-mór Francisco de Arruda Câmara e de Maria Saraiva da Silva e não de um frade carmelita, como pretendia o mestre João Ribeiro.

x—x—x—x—x—x—x

A despeito dessa «nevoenta» embora pequena parte da tradução do mestre Câmara Cascudo (talvez o corte de alguns dizeres na descrição citada do tucum seja do próprio Henry Koster, cuja obra referida aqui não a encontraríamos, para melhor elucidação, no original inglês) nos trechos reproduzidos pelo famoso viajante de «Travels in Brazil», de pesquisas botânicas do naturalista, nos deparamos, além das já mencionadas, ainda com outras expressões denunciadoras de sua longa integração na vida da Paraiba e dos sertões paraibanos.

Transcrevemo-las aqui em parte, para não tornar mais longo o presente comentário. Assim falando do caroá, diz: «a planta é encontrada nos sertões de Pernambuco, Paraiba e Ceará, e **principalmente, no sertão do Cariri de Fora**, e Pajeú, etc. E, linhas adiante, explica: «Não é necessário cultivar essa planta. Muitas léguas de terra estão cobertas com ela, e há lugares em que são completamente espessas, impedindo o trânsito. **Ocorre isso em diversas partes do Curimataú e Cariri de Fora**, ambos da Capitania da Paraiba». Falando da resistência do crauatá, afirma, a certo trecho: «No cáis da cidade da Paraiba há uma corda feita com essa fibra, a certo trecho: «No cáis da (os grifos todos são nossos) para embarque dos sacos», etc. Falando de outra planta, a embira vermelha — **Unona carminativa**, lembra que «a corda com que a bandeira do Forte de Cabedelo, na Paraiba, é ligada, foi feita com a casca dessa planta e há bastante nos que está em uso. Do imbuzeiro diz: «E' uma árvore que vive abundantemente nos sertões de Pernambuco e da Paraiba» (Sempre a revelar uma plena identificação com esta antiga capitania). Sôbre a ipecacuanha branca, precisa: «Nos arredores de Campina Grande (na Paraíba) vi grandes trechos de terra cobertos com essa planta. Da oiticica, diz igualmente: «E' peculiar aos Sertões onde viceja nas margens dos rios e riachos». (Quem conhece os municipios de Pombal, de Piancó e de Patos sabe perfeitamente que as tais margens dos rios e riachos dali são o «habitat» natural da oiticica).

Não deixa, assim, de ser muito curioso o fato de mesmo nesses reduzidos trabalhos da obra arrudeana, que quase por um milagre nos chegaram até hoje, queimado o seu arquivo, a sua «Flora», os documentos secretos, a enumeração de tantos nomes de zonas paraibanas e dos sertões ultrapasse a de outra qualquer capitania, inclusive a vizinha do sul, pois que o naturalista sempre reporta-se «a Pernambuco», falando muito raramente de seus lugares, do Pajeú de Goiana ou Olinda. De tal sorte, é significativo tudo isso que Henry Koster, em nota a pag. 593 da tradução de Câmara Cascudo, lamenta que «**o dr. Arruda não falou no dendêzeiro** (capitulo das Plantas de Pernambuco do «Ensaio sôbre a utilidade de estabelecer jardins nas principais províncias do Brasil») — **ou árvore do dendê que, depois do coqueiro, (sic) é a mais útil palmeira det Pernambuco**.

E, demais, por que motivo Koster fêz entrega daquela mencionada carta de apresentação, que obteve no Recife, ao dr. Manuel Arruda da Câmara? Seria por interêsse científico ? Ora Koster não era um naturalista. Di-lo melhor o seu tradutor para o vernáculo — Câmara Cascudo : «Veio para viver em Pernambuco. Viver se defendendo da tuberculose. O morrer devagar como diria El-Rei D. Sebastião. Não se condicionava à idéia de prestar contas de sa vida, despesas, justificando resultados científicos. Nem mesmo pensára escrever coisa alguma quando deixou o Brasil». etc. (pág. 9 — Prefácio a «Viagens ao Nordeste do Brasil» — 1942. Cia. Melhoramentos — São Paulo). Mas aqui fala o próprio Koster, «desejava realizar uma longa viagem nas regiões menos povoadas e mais incultas dêsse país» (pág. 77).

Daí, concluirmos da importância que tinha para êle uma carta de recomendação, obtida no Recife, destinada ao dr. Arruda da Câmara, evidentemente homem do interior do Nordeste, onde nascera, onde tinha parentes ou pessoas conhecidas, capaz de muito ajudar ao peregrino anglo em sua demanda a «regiões menos povoadas e incultas» do país.

— o —

Outro aspecto, que ainda melhor concorre para demonstrar a naturalidade paraibana de Arruda Câmara, está no reconhecimento, hoje, de sua legitima filiação. Apenas João Ribeiro o entendia «filho (por eufemismo afilhado») de um padre que o destinou à religião dos Carmelitas». (Artigo publicado no «Jornal do Brasil» — 1932, transcrito na GEGHP de julho do mesmo ano, n 10).

Era o naturalista — o que todos dizem filhos do capitão-mór Francisco de Arruda Câmara e de sua mulher d. Maria Saraiva da Silva. (Vide Mário Melo, artigo divulgado no «Jornal do Comércio», do Recife, em 6 out. 957).

E' significativa essa aceitação, essa repetição do sr. Mário Melo do que dezenas de estudiosos já afirmaram. Pois que, costuma êle defender ou confundir fatos históricos ou linguísticos a exemplo do nascimento de Dom Vital em solo paraibano ou do nome «POTIGUAR», para êle pejorativo — «come-

dor de escremento ou homosexual» (Vide - Rev. do Inst. Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte vols. XXXII e XXXIV, 1935-1937 — Natal — 1940), artigo de L. Câmara Cascudo» — O nome «Potiguar»).

— o —

Através dos «Apontamentos para a História Territorial da Paraíba», de João de Lira Tavares, podemos encontrar, todavia, na parte das Sesmarias da Capitania, aqui e ali, a partir das primeiras decadas de 1700 o nome de Francisco de Arruda Câmara. E isso até 1788.

Senão vejamos: Sesmarias de nºs. 242, e 245. A primeira de março de 1735: «Francisco de Arruda Câmara e Salvador Pereira, moradores nesta capitania», etc. requerendo e obtendo terras no sertão do Cariri, (pag. 145) terras por ambos descobertas «à custa e risco de vida» de «matos fechados, devolutas».

A segunda, de novembro de 1735: — Francisco de Arruda Câmara Francisco de Oliveira da Cruz e Francisco da Silva Passos requerendo e conseguindo em igual sentido a concessão de terras «no sertão do Cariri entre os providos do mesmo sertão e Seridó», em um riacho do Padre» etc.

Em julho de 1741, — Sesmaria de n. 283: «Francisco de Arruda Câmara morador nesta capitania», etc. requer — e é deferido o seu pedido, a concessão de novas terras no dito sertão do Cariri, (pag. 163 do livro citado).

Em junho de 1777, idem — Sesmaria n. 725. «Capitão-mór Francisco de Arruda Câmara e Antonio Rodrigues Leal moradores em Pombal (sic) dizem que descobriram nas ilhargas da ribeira do Piancó nas fraldas da serra da Borborema, no riacho Gravatá, etc. (pag. 367).

Já em julho de 1777, é o próprio Manuel de Arruda Câmara que requer e obtém a concessão de terras. Sesmaria de n. 728. «Manuel de Arruda Câmara filho do capitão-mór (sic) Francisco de Arruda Câmara, morador em Pombal, diz que descobriu terras de sobras no lugar Pilões, ribeira de Piancó que por estarem devolutas precisa três léguas de comprido e uma de largo, ficando na dita compreensão o lugar Pilões contestando com terras do capitão Domingos da Silva Pereira para o nascente chamado Campos Novos e para o poente com os fundos do sitio chamado Santo Antoninho, e para o sul com o fundo do sitio chamado Arraial Sêco. Foi feita a concessão no govêrno de Jerônimo José de Melo Castro». (pag. 368).

Ainda a pag. 373, do mesmo livro de Lira Tavares, encontramos a cópia de requerimento e concessão de outra Sesmaria, de n. 741, março de 1778, do teor inicial seguinte: «Francisco de Arruda Câmara Júnior, filho do capitão-mór Francisco de Arruda Câmara diz que precisa de terras para criar seus gados e por que a ribeira do Piancó, fraldas da Borborema, da parte leste, entre as fazendas do Boqueirão e da Malhada do Boi e Campos Novos, há sobras devolutas», etc.

Em agôsto de 1781, Sesmaria de n. 802 novamente — «Francisco de Arruda Câmara, capitão-mór da vila de Pombal, do sertão do Piancó, diz que possue metade de uma esmaria, etc. (Aqui há necessidade de um esclarecimento que, talvez melhor explique a dúvida de alguns estudiosos de Arruda

Câmara). Por exemplo na semana finda, disse-nos o professor Coriolano de Medeiros que o naturalista era de Piancó. O professor Oscar de Castro, devotado investigador, da vida e obra do botânico famoso afirmou na «Medicina na Paraiba» que o sábio paraibano era também «nascido em 1752, na vila de Piancó», — pag. 15. Mais tarde em seu erudito trabalho — «Arruda Câmara» — in — Revista da Academia Paraibana de Letras — n. 1 — ano I — 1947, escreveu: «Nascido em Pombal, na Paraiba, em 1752 Manuel começou os seus primeiros estudos em Goiana etc». Acreditamos que a dúvida está apenas em que a expressão «sertão do Piancó» daqueles remotos tempos envolvia tôda a extensa região banhada pelo rio do mesmo nome, incluindo-se aí até «a vila do Pombal», tal como rezam as sesmarias: «Vila do Pombal do sertão do Piancó». O nosso Celso Mariz, ao que julgamos, também é dêste parecer e dêle já nos falou.

Outra sesmaria, de maio de 1788, diz: — «Francisco de Arruda Câmara capitão-mór da Vila de Pombal, morador na mesma, atual rendeiro de S. M. nos dízimos de gado vacum e cavalares de várias ribeiras dos sertões desta Provedoria, e da cidade de Natal do Rio Grande do Norte e cidade de Oeiras do Piauí, diz que para criar seus gados comprou no sertão das Piranhas a João Gomes de Melo e seu filho Simão Gomes de Melo, as terras dos fundos do seu sitio dos Patos», etc.

Como vemos, êsses Arrudas Câmaras pai e filhos, de longa data, viviam nos sertões paraibanos do Piancó a Pombal, e o snr. Mário Melo não aponta siquer o lugar onde, em Pernambuco teria vindo à luz o naturalista. Diz que foi no sertão, mas isso quasi nada esclarece ou anula o que, ao mesmo respeito, existe realmente com relação à Paraiba.

—o—

A propósito, em carta que dirigiu ao dr. Oscar de Castro, a 21 de novembro de 1956, o dr. Alberto Iria, Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, assim informa sôbre Arruda Câmara:

"Relativamente ao grande botânico paraibano Manuel Arruda da Câmara nada se encontra neste Arquivo".

"Ainda no desejo de tanto quanto possível, poder elucidar cabalmente V. Excia. acêrca de Manuel Arruda da Câmara, mandei proceder a pesquisas fora dêste Arquivo cujo resultado foi o seguinte:

a) PROVISÃO de D. João V da qual constam os traslados de vários documentos, o primeiro dos quais é a carta de confirmação de sesmaria passada pelo Rei a Francisco de Arruda Câmara de três léguas de terras ao longo do Riacho Salgado, no sertão do Cariri. Lisboa, 1746 Junho 20. (Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — Chancelaria de D. João V, Liv. 114, fl. 55).

b) PROVISÃO DE D. Maria I pela qual ordena que sejam restituídos ao capitão-mór da Vila de Pombal, na comarca de Paraíba do Norte, Francisco de Arruda Câmara, os bens que êste ali possuía e que lhe tinham sido tirados devido a intrigas feitas pelo padre Antônio Luís Pereira.

A rainha dá esta ordem em virtude de ter tomado conhecimento que o referido capitão-mór foi o fundador da vila acima citada. (O grifo é nosso).

Lisboa, — Março 3. (Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — Chancelaria de D. Maria I Liv. 81, fl. 112).

c) PROVISÃO de D. Maria I pela qual ordena ao «Ministro nomeado» que faça assinar aos inimigos do capitão-mor da vila de Pombal Francisco de Arruda Câmara, um têrmo de segurança contra a vida do mesmo capitão-mór. Lisboa, 1787 Março 15 (Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — Chancelaria de D. Maria I. Liv. 81, fl. 104)».

x—x—x—x—x—x—x

É flagrante e pequenina a injustiça daquela afirmativa do snr. Mário Melo de que «continuam os intelectuais da Paraíba a afirmar — aliás sem base — a naturalidade paraibana de Manuel Arruda da Câmara, escolhido patrono de uma das cadeiras da regional Academia de Letras. «Em se tratando da opinião de um geógrafo e historiador, essa «regional Academia de Letras» parece uma cincada mariomeliana. No caso, acreditamos tratar-se da Academia Paraibana de Letras, de um Estado que na verdade, por si apenas, não constitui no país uma região natural segundo o preciso critério e definição científica moderna. Mas, não são os paraibanos únicamente, os que afirmam ser daqui a naturalidade do botânico. Poderíamos enfileirar dezenas de nomes que por igual, o afirmam. Desde o velho Sacramento Blake, antes citado.

Silvio Romero, por exemplo, em sua «História da Literatura Brasileira tomo II, pag. 620, diz: Manuel de Arruda Câmara... natural da Paraíba do Norte professor no Convento do Carmo de Goiana, em 1783, etc.

Rocha Pombo «História do Brasil», vol. III — pag. 366 afirma: «Passava como seu fundador o **sábio médico e naturalista paraibano,** (o grifo é nosso) dr. **Manuel do Arruda Câmara,** que dera o nome de Aerópago». etc.

Rodolfo Garcia, (História do Brasil» de Varnhagem) — esclarece: «Arruda Câmara era egresso carmelita, secularizado por um breve pontifício: estudou na Universidade de Coimbra e formou-se em Medicina pela Faculdade de Montpellier. Nasceu na vila de Pombal nos sertões paraibanos em meado do século XVII».

O professor Alfredo Gomes em um de seus livros didáticos, de ensino da História do Brasil, ao reportar-se à «idéia da independência», de «leitura colhido na obra de Francisco das Chagas de Souza Pinto, Frei Miguelinho» tenta, com lucidez, explicar a tentativa de revolução de 1801, dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, dos Arrudas, «médicos em Goiana», segundo Borges dos Reis, História do Brasil, vol. II, pags. 33 — 34. — e de outros. Uma conspiração que visava a fundação de uma república pernambucana, sob o protetorado de Napoleão, «de acôrdo com a denúncia oferecida em 1801 ao reino. E o professor Alfredo Gomes ajunta, precisamente o que, em 1935, dissera o snr. Mário Melo, por sinal pernambucano êste, de quatro costados e, não, de Campina Grande, como àquela mesma época de 1935, procurou esclarecer, poupando aos historiadores possíveis dúvidas quanto à preciosa busca de sua naturalidade.

«O ilustre botânico paraibano, dr. Manuel de Arruda Câmara, chegando da Europa», etc. E linhas abaixo do referido trabalho: «Pereira da Costa, no seu Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres, diz que Arruda Câmara é natural de Pernambuco; mas M. L. Machado, na sua Introdução à «História da Revolução de Pernambuco, de 1817», do monsenhor Muniz Tavares diz que êle é paraibano. Seu pai era capitão-mór e comandante da nova vila de Pombal, na Província da Paraíba. (Hist. do Brasil» — 1940 — pag. 61 e segs).

E' bem verdade, no entanto, que os paraibanos seguros do que vêm afirmando, jamais vacilaram em dizer que o naturalista nasceu aqui, nos sertões paraibanos, em Pombal ou Piancó, — o que não acontece com Pernambuco e a teimosia do snr. Mário Melo notadamente.

Desde não só a Maximiano Machado, a Irineu Joffily que disse em suas «Notas sôbre a Paraíba». — 1892, ser «Pombal a pátria do célebre naturalista Manuel de Arruda Câmara», a Irineu Pinto, a Celso Mariz.

Ainda recentemente, o genealogista conterrâneo o snr. Sebastião Bastos, (in. — **«No Roteiro dos Azevedos»,** pag. 501 e seguintes, escreveu: «O «Anacleto Goianense», aqui já mencionado várias vêzes, também noticia a existência de Manuel Ferreira da Rocha, no ano de 1817, companheiro de Francisco Ferreira da Rocha e do célebre padre Arruda Câmara, médico e afamado botânico, nascido em 1712, na vila de Piancó e tio materno daquele barão de Araruna, que nasceu na fazenda Serra Branca, em Pedra Lavrada hoje do município de Picuí antes do município de Cuité, o que consta do «Anuário Genealógico Brasileiro», pag. 178, vol. VII, editado no ano de 1945, na capital de São Paulo, sob a orientação do genealogista coronel Salvador de Moya».

UMA DÚVIDA BIOGRÁFICA

O CÉLEBRE NATURALISTA ARRUDA CÂMARA ERA PARAIBANO

M. Tavares Cavalcanti

Em relação ao logar do nascimento do célebre naturalista Manuel de Arruda Câmara, surgem por vêzes versões contradictorias, que não têm razão de ser, em face de testemunhos autorizados que se firmam em investigações cuidadosas e bem conduzidas.

A **União** de 9 do corrente faz referencia a uma dessas versões, a qual pretende collocar em territorio alagoano o berço do eminente botanico. Entretanto não há o menor fundamento para essa duvida biographica. Manuel de Arruda Câmara nasceu em Pombal, na Parahiba do Norte, em 1752. Entre os escriptores que o affirmam e são os da maior notoriedade, encontram-se o consciencioso e erudito historiographo pernambucano Pereira da Costa, no seu Diccionario de Pernambucanos Celebres, o grande crítico Sylvio Romero, na sua História da Litteratura Brasileira, Ireneu Pinto nas suas Datas e Notas para a História da Parahiba, etc. Tive eu, portanto, muita razão quando affirmei que «a Parahiba teve naquelle tempo um sabio, o celebre naturalista, dr. Manuel de Arruda Câmara, nascido em Pombal em 1752». Pude e posso ser categórico porque este assumpto só é controvertido para os menos lidos nelle.

Tenho além disto outras razões oriundas de investigações próprias. Manuel de Arruda Câmara era filho do capitão-mór, de Pombal, Francisco de Arruda Câmara, que sempre alli residiu.

O solar da familia era a Fazenda **«Olho d'Agua do Arruda»**, hoje sita no municipio de Catolé do Rocha, e pertencente a digno membro da familia Maia.

A aludida familia Arruda, originaria do sertão da Parahiba, irradiou para o do Rio Grande do Norte e outras regiões da Parahiba e Pernambuco.

E' certo que, após a sua volta da Europa, o sabio parahibano residiu a maior parte do tempo em Pernambuco, entre Goyana, Iguarassú e Recife, onde falleceu e foi sepultado, segundo Vasconcellos Galvão, no Convento do Carmo, em Maio de 1811 e não em 1810, como em geral se affirma.

D'ahi a circunstancia de muitos o julgarem pernambucano, como também ao seu illustre irmão, o notavel medico, Francisco de Arruda Câmara, igualmente nascido em Pombal.

Liberato Bittencourt, no seu livro — Parahibanos Illustres, diz, com razão que Manuel de Arruda nasceu em Pombal, mas acrescenta sem razão que a im-

portante localidade sertaneja pertencia nesse tempo a Pernambuco! Uma inadvertencia sem nome! Pombal jamais deixou de ser território parahibano. O que havia naquelle tempo é que a Capitania da Parahiba se achava subordinada á de Pernambuco. Veja-se bem! o que havia era subordinação e não fusão ou incorporação, pois a Parahiba nunca deixou de ter govêrno distincto, embora subordinado.

O que ahi fica, desafia qualquer contestação e a apresentação de qualquer documento em contrario.

M. Tavares Cavalcanti

(Transcrito da A UNIÃO de 11 de maio de 1926)

O NATURALISTA ARRUDA CÂMARA É BEM NOSSO

Coriolano de Medeiros

Corroborando as palavras do deputado Tavares Cavalcanti, hontem publicadas nesta folha, sôbre a naturalidade de Arruda Câmara, o professor Coriolano de Medeiros publicou na A UNIÃO desta capital a seguinte cota historica:

«Não me surpreendeu o artigo de A. N. publicado na «A União» conscientemente, patrioticamente, defendendo o direito que tem a Parahyba de se dizer torrão natal do sabio Manuel de Arruda Câmara. Há dois annos, um amigo residente em Alagoas me chamava a attenção, dizendo que Pernambuco pela penna do respeitavel dr. Netto Campello, se dizia berço do médico Francisco de Arruda Câmara, que representou a Parahyba nas côrtes portuguezas.

Contava-me, ainda, que Alagôas estava proclamando logar do nascimento de Manuel de Arruda Câmara. Tempos depois, o Ilustrado dr. Mário Mello perguntou-me que sabia eu sôbre o assumpto. Prometi resposta indiscutivel e puz-me a estudar o caso com o firme proposito de, amparado em documentos valiosos, comprovar em que parte do Brasil nasceu o sabio de que me occupo. E este propósito ainda mantenho pois o meu bairrismo, apesar de inveterado, intangivel, até hoje, não sendo de bôa fé, jamais sacrificou a verdade histórica.

Tenho feito meu esforço e para o interior escrevi algumas cartas interessando varios conterraneos nas indagações. A tradição oral está confirmada com o addendo de um esclarecimento: Manuel de Arruda Câmara e seu irmão Francisco de Arruda Câmara Junior, nasceram na segunda metade do século XVIII, em Piancó, naquella época districto de Pombal. Esta a razão de vários historiadores affirmarem que o alludido naturalista veio ao mundo na antiga villa de N. S. do Bom Sucesso. Pombal não tinha affeições ao pae do naturalista. Realmente o capitão-mór Francisco de Arruda Câmara irritou os habitantes desta ribeira penetrando alli violentamente varias vêzes, a última em 1786, para fazer recrutamentos de ordem do govêrno de Pernambuco. Assim, procurou retirar-se afastado da villa, para as nascentes do Piancó. E alli obtiveram datas de terra não sómente o alludido capitão-mór, como os seus dois filhos citados, sendo que Manuel de Arruda Câmara, em novembro de 1808, requereu uma sesmaria à margem do Piancó, dizendo-se herdeiro da mesma que fôra povoada por seu pai, não requerendo este a concessão, por haver fallecido.

Em meu poder tenho carta de um distincto membro da familia Arruda Câmara, contendo bôas informações a respeito do logar de nascimento dos dois irmãos Manuel e Francisco de Arruda Câmara, cujas memorias são dignas de

portante localidade sertaneja pertencia nesse tempo a Pernambuco! Uma inadvertencia sem nome! Pombal jamais deixou de ser território parahibano. O que havia naquelle tempo é que a Capitania da Parahiba se achava subordinada á de Pernambuco. Veja-se bem! o que havia era subordinação e não fusão ou incorporação, pois a Parahiba nunca deixou de ter govêrno distincto, embora subordinado.

O que ahi fica, desafia qualquer contestação e a apresentação de qualquer documento em contrario.

M. Tavares Cavalcanti

(Transcrito da A UNIÃO de 11 de maio de 1926)

O NATURALISTA ARRUDA CÂMARA É BEM NOSSO

Coriolano de Medeiros

Corroborando as palavras do deputado Tavares Cavalcanti, hontem publicadas nesta folha, sôbre a naturalidade de Arruda Câmara, o professor Coriolano de Medeiros publicou na A UNIÃO desta capital a seguinte cota historica:

«Não me surpreendeu o artigo de A. N. publicado na «A União» conscientemente, patrioticamente, defendendo o direito que tem a Parahyba de se dizer torrão natal do sabio Manuel de Arruda Câmara. Há dois annos, um amigo residente em Alagoas me chamava a attenção, dizendo que Pernambuco pela penna do respeitavel dr. Netto Campello, se dizia berço do médico Francisco de Arruda Câmara, que representou a Parahyba nas côrtes portuguezas.

Contava-me, ainda, que Alagôas estava proclamando logar do nascimento de Manuel de Arruda Câmara. Tempos depois, o Ilustrado dr. Mário Mello perguntou-me que sabia eu sôbre o assumpto. Prometi resposta indiscutivel e puz-me a estudar o caso com o firme proposito de, amparado em documentos valiosos, comprovar em que parte do Brasil nasceu o sabio de que me occupo. E este propósito ainda mantenho pois o meu bairrismo, apesar de inveterado, intangivel, até hoje, não sendo de bôa fé, jamais sacrificou a verdade histórica.

Tenho feito meu esforço e para o interior escrevi algumas cartas interessando varios conterraneos nas indagações. A tradição oral está confirmada com o addendo de um esclarecimento: Manuel de Arruda Câmara e seu irmão Francisco de Arruda Câmara Junior, nasceram na segunda metade do século XVIII, em Piancó, naquella época districto de Pombal. Esta a razão de vários historiadores affirmarem que o alludido naturalista veio ao mundo na antiga villa de N. S. do Bom Sucesso. Pombal não tinha affeições ao pae do naturalista. Realmente o capitão-mór Francisco de Arruda Câmara irritou os habitantes desta ribeira penetrando alli violentamente varias vêzes, a última em 1786, para fazer recrutamentos de ordem do govêrno de Pernambuco. Assim, procurou retirar-se afastado da villa, para as nascentes do Piancó. E alli obtiveram datas de terra não sómente o alludido capitão-mór, como os seus dois filhos citados, sendo que Manuel de Arruda Câmara, em novembro de 1808, requereu uma sesmaria à margem do Piancó, dizendo-se herdeiro da mesma que fôra povoada por seu pai, não requerendo este a concessão, por haver fallecido.

Em meu poder tenho carta de um distincto membro da familia Arruda Câmara, contendo bôas informações a respeito do logar de nascimento dos dois irmãos Manuel e Francisco de Arruda Câmara, cujas memorias são dignas de

veneração. Mas um documento positivo, insophismavel?... Uma certidão?... Uma escriptura?... Não pude obter ainda. Tenho insinuado a pessoas do interior que recorram aos archivos publicos e religiosos, especialmente de Pombal, de Piancó, de Pedras de Fogo. Neste, é possivel agora colher-se alguma cousa a respeito, pois lá esta pesquisando o digno e activo confrade Augusto Belmont.

A descendencia de Arruda Câmara, na Parahyba, é ainda numerosa e, em maioria, affirma que Manuel de Arruda Câmara é parahybano.

Entretanto, falta um quasi nada que é tudo, fazer-se a prova provada.

E não desanimo de que um dia seja feita.

(Transcrito do O NORTE de 12 de maio de 1926)

REAVIVANDO A REVOLUÇÃO DE 1817

Ascendino da Cunha

Nos dias 14 a 17 de Maio do ano acima indicado agonizava a República dos revolucionarios nordestinos; descia a **bandeira branca da liberdade**, o emblema dos sonhadores patriotas e novamente sobreerguia-se o pendão do ultra-marino império português.

O aniversario desses altos feitos se nos afigura tenha transcorrido deslembrado em todo o Brasil; dir-se-ia deles a memória ofende o amor próprio dos herdeiros coetanos!

Revivesçamos, pois, nós outros, os dias de éras já vividas.

* *

Sem embargo do Tratado solene de rendição, assegurar vida e propriedade aos republicanos rebelionarios, dois nados e criados paraibanos, sofreram a morte, ao par de outros, por enforcamento no Recife, a saber:

O comandante da Milicia dos brancos Amaro Gomes da Silva Coutinho e o Tenente ajudante do 3º Batalhão Real de Infantaria, José Perigrino Xavier de Carvalho.

O primeiro cuja cabeça e mãos decepadas volveram sampresas à terra de origem, para exibição nos logradouros públicos, como terrificante e muda advertência da fôrça do poder restaurado, descendia e chefiava ilustre familia radicada na Paraiba do Norte, o segundo, porém, era filho de pais portugueses.

Jovem e instruido, figura singular e pura, diferia em tudo daqueloutra pela fama enaltecida, Tiradentes, o militar aliciado pela Inconfidência Mineira.

Os Carneiros da Cunha oriundos de Pernambuco, foram aliados de Amaro Gomes da Silva Coutinho pela comunhão dos idéais, reforçada em alguns pelo chegado parentesco e todos irmanados participaram efetivamente do movimento; não houve defecções nem traições.

Um dentre êles se distinguia como genuino rebento local, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, beletrista culto e de agudo engenho.

Preso nos cárceres de Olinda, transferiram-no para a Cadeia da Relação da Bahia, onde lhe chegou o soneto do conhecido orador sacro e poeta, Vigário Barreto, do Recife, verdadeira apologia versificada, glorificando o Capitão General João Rego Barreto, Governador de Pernambuco.

Transcrevamos as buriladas estrófes do Sacerdote cortesão:

A coragem teu mérito gradua.
Aos herois da Lusitania t'incorpora;
Teu braço, inclito Rego, a pátria escora;
Tu és de Albuquerque a imagem núa.

O valor que seu nome perpetúa.
E' também que teu nome condecora
«A fama que o cingiu, cinge-te agora:
A glória, que foi dele, há de ser tua.

No valor e heroismo és sempre invicto
Catão te dirige, êle te inflama;
Ou tu és Marco Aurelio, ou Numa, ou Tito.

Venturoso porvir te acena e chama,
Sôbre o jaspe teus feitos tens escrito;
Dá-te Olinda um altar, um templo a fama.

Divulgado o soneto, Joaquim Manoel Carneiro da Cunha não se temendo das consequências inevitáveis, parodiou-o numa sátira também de esmerado vernáculo, apostrofando o truculento Cabo de Guerra, que se preconisava executor da justiça real.

Obra prima no gênero, a pungência que trasluz comove desprezando o recurso ordinário das lamentações pessoais.

Paródia:

A ferêza teu mérito gradua.
Aos tigres da Hercania t'incorpora;
Teu braço impio Rêgo, o crime escora,
Tú és de vil Néro a imagem crúa.

O horror que seu nome perpetúa,
E' também que teu nome condecora;
O sangue que o tingiu, tinge-te agora,
A infamia, que foi dele, há de ser tua.

No horror e despotismo és sempre invicto,
Baco te dirige, êle te inflama.
Avesso a Marco Aurelio, a Numa, a Tito.

Tenebroso porvir te acena e chama,
Sôbre ferro teus feitos tens escrito;
Dá-te Olinda uma fôrça, o baraço, a fama.

Relatando o curioso episodio histórico e literário, muito longe estamos de subestimar nesta rememoração, o valor indenagável do nosso cléro de antanho.

A vida social e familiar nesses ominosos tempos do nordeste brasileiro, era antes rural do que urbana e no ambiente de crassa ignorância generalizada, numerosos ministros da Igreja dominante, se destacaram pelo notavel saber, descortino politico e prática de virtudes cívicas.

De certo modo êsses imperterritos condutores de fiéis, santificaram o movimento regional de independência, purificando-o das brutalidades sanguinárias, das misérias corrutoras sempre em voga nos levantes de igual natureza e designios.

Semelhante fator espiritual explica também em parte, a retilinea, moralidade dos chefes e membros dos govêrnos locais, durante o periodo em que responderam pelos bens públicos e pela garantia à propriedade e aos direitos dos particulares e do povo.

Coube-nos a fortuna de sermos dos primeiros a focalizar esta importante realidade histórica, entretanto, o insigne Dom Duarte Leopoldo, Arcebispo de São Paulo, o emérito autor das «Conferências Patrióticas» enfeixadas no precioso livro «O Clero e a Independência», apreciando o nosso acerto foi muito além e demonstrou a assistência patriótica, eficaz e solícita dos sacerdotes católicos romanos em benefício da nossa emancipação e soberania políticas.

No levante nordestino embora regional, comprovaram-na documentos de veracidade incontestável, inclusivemente aquela extraordinária carta do Padre João Ribeiro aos seus colegas de govêrno Republicano na Paraíba do Norte, comentando os atos e as providências administrativas dos mesmos e os orientando sobre a gestão dos negócios do Estado.

Êsses sublimes crentes liberais padeceram tormentos, facejaram com serena humildade os suplicios e a morte, deixando ver que foram nobres idealistas e jamais fanáticos enfurecidos pela ambição desvairada ou pela vil cobiça mercenária; da vida se apartaram de almas e mãos limpas.

Quanto isto, leigos houve e de renome, os quaes das prisões escreviam ao Rei, renegando o credo republicano, para o conseguimento de perdão antecipado.

Evidentemente, concluimos, o encarcerado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, antes utilizou o poeta turiferario, para ferir em cheio o algoz dos patriotas, o energúmeno Capitão General João do Rêgo Barreto, onipotente governador de Pernambuco.

SAUDAÇÃO A CORIOLANO DE MEDEIROS

Glaucio Veiga

Deixo cair, neste instante, minha palavra, palavra pouca e palavra pobre, mais pobre do que pouca, numa festa intensa e maravilhosa, num contraste impressionista, chocante.

E ainda não me apercebo, na confusão das cores e no dissimulado do desenho, no predomínio do colorido e na fuga esbatida das linhas, da beleza do quadro contraposto aos meus olhos.

Há, em mim, um indomável estorvo: a incapacidade visível e ostensiva para fugir à concepção geométrica do mundo, o hábito jamais erradicado da minha natureza, de enfocar o universo e os homens através de uma ótica, exclusivamente, racionalista.

Neste momento, sou um carteseano retardado, um dialético emigrando de seu País de formas fixas e ressaltadas, para o interior desta Livraria, região onde sinto não existir espaço, nem ares para uma puresa racionalista, e sim, amplitude para a **ordo amoris** ou para a **fluctuens fides sensuum.**

Quiz um companheiro de Liceu Paraibano e colega de turma da Faculdade de Direito, amigo cujos ouvidos escutaram mestres audíveis, igualmente para mim, que êste aprendiz canhestro, aprendiz que não é nem foi de mágicos, antes tenta ser aprendiz de lógicos, quiz este velho camarada AFONSO PEREIRA, que largasse os meus livros e o meu retiro.

Não para turibulações aos poderosos do dia, extraindo da naveta dourada, de subserviência o incenso de uma adjetivação desbragada.

Bem sabia êle e bem sabe, que o porfessor que sempre fui, voltado para minha Universidade e revoltado contra aqueles que traem a beca para atender Presidentes de República e Ministros, não abalaria do Recife para participar de uma homenagem de cunho o ficial.

Mas, convidou me para lançar um livro de um homem que político não é, que não dispõe de jornal, desapercebido de poder econômico, com as mãos pobres, e não sòmente pobres com as mãos leves e não apenas leves com as mãos puras, onde o tempo se adensou, mãos que jamais sopesaram o ouro.

Senhores acadêmicos, Senhores Professores.

Peço desculpas, apesar de não ser culpado, se um homem, desdenhoso

dos prós e apaixonado pelos antis, geográfico e espiritualmente um antipoda, aqui está, de papel na mão e resurge mais acadêmico do que qualquer um dos senhores.

Meus olhos não se fixam no fardão simbólico. Nem se demoram no espadim virgem.

Deparo-me, sim, com ex-mestres de Liceu que se transformaram em mestres da Vida.

E nenhuma oportunidade, mais adequada do que esta, para dizer a todos vocês, neste primeiro contato coletivo, desde que deixei minha provincia, que no meu girovagar pelo mundo, muito pouco acrescentei àquilo recebido nas aulas do Liceu Paraibano.

Muito pouco a acrescentar às aulas do mestre Anibal Moura, que me deu a primeira orientação nos estudos históricos.

Quasi nada a adicionar ao latim de Buriti, êste mestre esplêndido de talento e de particular encanto pedagógico.

E de um modo geral, ao que Oscar de Castro, que me tratava um tanto rebarbativamente de mancebo, deste Oscar de Castro tão anti-acadêmico, tão anti-protocolar e que o destino guindou á suprema direção de uma Academia de Letras. De Alvaro de Carvalho, um dos meus maiores amigos. De mons. Pedro Anisio que suportava, às vezes, minhas descabidas insolências. Do estímulo da inteligência e da simpatia de Celso Mariz, outro meu grande amigo.

No cotejo que minha inquietação geográfica obrigou-me a fazer com outros, todos êles sempre sairam dispondo de saldos favoráveis.

Presto neste momento a todos a minha homenagem de ex-péssimo estudante do Liceu Paraibano.

Lamento sinceramente, como amigo de Coriolano, que um paraibano desvalido e tão sem importância fosse arrancado de sua biblioteca, apeiado de sua cátedra, um paraibano tão àspero e tão sêco, acostumado e adextrado na esgrima, afim de paraninfar uma cerimônia como esta.

Sim, algo está errado nesta liturgia. Aqui fala um oficiante que melhor estaria nas barras de um Tribunal da Santa Inquisição que na tarefa amena de um batizado.

Se verdade é, em se raspando um russo, encontra-se quase à vista, um mujik, não menos verdade, que em se raspando êste pretenso inquisidor, encontra-se um simplório cura.

Nesta mesma rua, que a erosão do tempo fixou e, às vezes, dissolveu as casas mas não diluiu as minha recordações, há vinte anos num certo domingo, um menino bisonho, despedindo-se das últimas calças curtas se colocava com o pai á frente de Coriolano para resolver uma situação um tanto decisiva.

E' que partira de um amigo comum, o cônego dr. Florentino Barbosa, a idéia de que as energias daquele menino, desperdiçadas valentemente como goleiro ao lado de Celso Furtado e outros, defendendo as côres de um «team», essas energias poderiam ser domadas e canalizadas para um emprego burocrático: o de copiar as atas do Instituto Histórico e ventilar sua biblioteca e seu museu, abrindo semanalmente a velha séde.

E naquele domingo o menino ali estava para ver confirmada por Coriolano, então Presidente do Instituto Histórico, aquele primeiro emprego, polpudo emprego de 30 mil réis mensais.

Lembro-me, desta cêna, nos seus mínimos detalhes. Do seu rosto severo que de início me assustou. Do livro, encadernado de manuscritos, sôbre os joelhos, que o Mestre compulsava no momento. E lembro-me, ainda, que de sua boca saiu um imediato aumento de salário, substituindo por 50 mil réis os 30 mil anteriormente estipulados.

Os homens marcham por distantes caminhos, por diferentes rumos mesmo quando estão mais próximos.

Naquela intimidade do Instituto Histórico aqueles livros riscavam para mim um futuro da mesma maneira que os manuscritos picotados pelas traças tinham desenhado para Coriolano, uma especial missão: a de tirar do nada, extrair do cáos ao lado de Maximiano Machado, ao lado dos dois Irineus, Irineu Jofily e Irineu Pinto, a história da Paraiba.

De mim, os livros fizeram um **repetidor**. De Coriolano, os manuscritos fariam um **criador**.

Êste o sentido autêntico da história e do historiador: o sentido apocaliptico. E aqui emprego o têrmo, não na sua significação escatológica, antes no seu sentido originalmente grego ou seja, revelar, descobrir.

Tal, foi e tem sido a missão de Coriolano: a de revelar, desocultar dos arquivos uma história que se escondia e que se ignorava.

Nesta encruzilhada, História e Romance se complementam.

Dêstes manuscritos, ergueu-se aos poucos, infixa e informe, às vezes ectoplasmática, para depois se solidificar no impeto de uma personagem que num passe diabólico, se libertasse do seu criador, a figura de Manaíra.

Projeção do heroismo e da atividade de uma cultura, Manaíra seria uma duplicata histórica, não no tempo mas pela criação, de Branca Dias, símbolo de herocidade de outra cultura.

Romance e história não se opõem, nem se desajudam e nem se desajustam.

Esta, a lição de Cassirer: a História é substancialmente antropomorfica. Não mero conhecimento de fatos e acontecimentos externos. Ao contrário, uma forma de auto-conhecimento. E' através da História que o homem retorna, constantemente a si mesmo.

A História é um processo constante não sòmente de **reformatio** mas de **regeneratio**.

Reforma e regeneração de uma História, da História da Paraiba, eis o objetivo de Coriolano de Medeiros através da Vida.

Regenerar nos arquivos as figuras dos Oliveira Lêdo, riscar, reformando pelo cotejo do documentário, a penetração das entradas.

O Historiador não encontra, antes é o homem do **re-encontro**. Não é o homem do **passar**, porém do **repassar**. Nem melancolicamente o homem do **viver** mas o homem do **reviver**.

Daí, o humanismo de Coriolano, mais do que o seu humanismo, a sua humanidade. E para que melhor exemplo desta humanidade que o seu labor contínuo e vivificante? Para que melhor amostragem que esta resistência dramá-

tica ao ócio, ao não fazer, para se afirmar na positividade indiscutível do trabalho intelectual?

Relembro-me que num dos seus livros, á guisa de legenda, livro de memórias de sua meninice, no Tambiá, lá estava o velho ditado: recordar é viver.

Reconheço que no plano filosófico, o Tempo é uma problemática fecunda e irresistível. E Santo Agostinho, quando confessou sua perplexidade deante do Tempo, confessava também a impotência do racionalismo para captar êste **magnum mysterium**.

Contudo, aqui entre nós, podemos tapiar Santo Agostinho, fugir à sorrelfa, do cipoal metafísico e refugiar-nos na Poesia.

Então, Coriolano, homem vivido e bem vivido dirá a mim que sabe muito bem que cousa seja o Tempo. Que, passado e presente são meras aparências. Que há presentes tão distantes e tão passados, como há passados tão próximos e tão presentes. Dirá que o meu **hoje** nada seria sem o meu **ontem** e que o historiador é um profeta às avessas, um profeta retrospectivo.

A vida resume-se num processo de capitalização de experiências. A vida está mais no fazer do que no existir. Ela não é pura temporalidade porém um máximo de atividade. E a vida de Coriolano, nós a medimos não na domesticidade de um calendário. Nós nos acostumamos a calculá-la pela sua produção Intelectual.

No passar dos dias e no perpassar dos anos, seria com êle que ganharia gosto pela pesquisa, estimulo para a leitura.

Mas, repito, caminhávamos, apesar de juntos, por estradas diferentes, condicionados pela circunstância de gerações diversas.

Uma geração é uma pátria no tempo. E ninguém falou com mais acêrto que o personagem de Rogger Martin du Gard, em «Les Thibaurts»: todos nos podemos nos expatriar, ninguém, contudo, poderá se despatriar.

Jamais escaparemos ao quadro das referências sociais e históricas de nossa época. Jamais poderemos nos despatriar da nossa geração.

A frase de Dilthey, EXISTIR E' COEXISTIR, que antecipou tôdas as especulações de Heideger, frase que Gasset surrupiou e fez sua, exprime magnificamente a mutuação entre o individuo e sua circunstância.

E por isto, estou aqui, nêste momento, como expatriado mas não como DESPATRIADO, como paraibano que sou e sempre me orgulhei de ser, pronto para render minhas homenagens a paraibanos do estofo de Coriolano e sempre rápido para combater aqueles que fazem da inteligência e da cultura uma aventura, plenamente, irresponsável.

Revivo, aqui, ao meu feitio e modo, a experiência de Proust na última soirée da Duquesa de Guermantes.

O tempo marcou todos nós. A uns estragou, demasiadamente. A outros tocou tão sutilmente que temos a sensação de que há relógios parados.

A Vida não é um sonho mas poderá sê-lo. Não eternamente senão por momentos.

Numa técnica legitimamente prousteana, estamos recuperando, **hic et nunc**, o nosso Tempo Perdido. Reconquistamos, na dimensão maravilhosa da magia ou na perspectiva da intuição poética, tôdas as situações passadas, fazemos do tempo nosso escravo, quando antes dêle eramos servos.

Então reintegro-me no tempo perdido.

Aqui está, não o professor universitário. Fala o menino encabulado que naquele domingo, enveredava pela porta do Instituto Histórico, aguardando um emprego. E por uma coincidência ou, por um favor de Deus, igualmente, acompanha o menino, o seu pai.

Apenas uma diferença: o menino está mais à vontade. Toma das mãos de Coriolano o seu livro «SAMPAIO» e o considera, simbolicamente, lançado a admiração dos seus contemporâneos.

A Editora Teone, sómente poderá ser compreendida, em têrmos de **milagre**.

Escapa da precariedade da condição humana, êste esfôrço de Teotonio Neto e Afonso Pereira.

No Brasil, onde o intelectual é, economicamente, um funcionário público, onde o homem de letras tende a rodopiar em tôrno do oficialismo, onde se confunde, candidamente, ciência e literatura, editor tornou-se qualquer cousa de temerário, de alucinatório.

Contudo, a Vida exige e reclama, para nela vencermos, que estejamos sempre armados, até mesmo armados de alucinações.

O editor é um bandeirante numa terra sem ouro e sem esmeraldas, onde unicamente sobram os bugres que se torna necessário combater, reduzir e catequizar.

Agradeço a êstes pioneiros Teotonio Neto e Afonso Pereira a distinção de que fui objeto.

Conta-se que, certa feita, num discurso político, teria dito o escritor José Américo que ninguém se perde no caminho de volta.

Hoje, sinto a vivência dêste retôrno.

E, minhas senhoras e meus senhores, tenho a impressão de que não me perdi.

(Pronunciada no lançamento de «SAMPAIO», na Editora Teone).

x—x—x—x—x—x—x

ASPECTOS IDEOLÓGICOS DA COLONIZAÇÃO LUSA

José Pedro NICODEMOS

A despeito de sua complexidade, os fatos sociais não diferem substancialmente de tôda ação humana, sempre que traduzem as idéias que os informam, os valores que os explicam. Na verdade, se é certo que cada indivíduo tem uma concepção do homem e da vida lastreando-lhe a personalidade, não se irá negar que o organismo social tenha igualmente um corpo de princípios a preservar-lhe a unidade. E' possível que a constatação dêsse fenômeno tenha conduzido os antigos à crença de que a cidade possuia um espírito. E, por isso, o paganismo romano apresentava dois cultos: o dos lares e o público.

O estudo das civilizações não pode, por conseguinte, prescindir dos conceitos ético-metafísicos integrantes das culturas, responsáveis pelo maior ou menor desenvolvimento das sociedades. A tal respeito, cumpre-nos lembrar a magistral lição do padre Franca:

> «Tôda a civilização é uma metafísica viva. Impossível a separação completa entre a ideologia e a sociologia. Um laço íntimo prende indissoluvelmente as realizações da história aos valores supremos do ideal.» (A crise do Mundo Moderno, pag. 44)

Dentro dêsse critério é que Fustel de Couianges estudou as instituições sociais e políticas das cidades gregas e romanas, dando-nos magnífica interpretação de tôda a história antiga sob a luz das ideias e crenças que estruturavam as culturas pagãs. Para êle «a história da Grécia e de Roma é um testemunho e um exemplo da estreita relação que existe sempre entre as idéias da inteligência humana e o estado social de um povo». (A Cidade Antiga, pag. 7)

Numa época em que tanto se tem discutido sôbre os verdadeiros conceitos de cultura, técnica e civilização, é preciso que, de início, fixemos a nossa compreensão sôbre o assunto. Cultura é processo de elaboração subjetiva por parte de um grupo, que visa explicar a natureza em determinado espaço de tempo. Reduz-se a uma «crença comum em uma determinada hierarquia de valores» ou à chamada «realização dos valores vitais». Essa elaboração reflete uma «consciência coletiva» ou uma «estimação uniforme dos valores vitais».

Consoante a êsse entendimento, a civilização será acontecimento posterior, isto é, «a realização dos valores culturais». Mas, para a instauração do processo civilizador, os grupos sociais servem-se da técnica, que não se pode confundir

com a cultura, visto que esta é de indole subjetiva, enquanto a outra é a utilização de meios externos, a captação de fôrças naturais, no intuito de empregá-las na própria natureza, para a satisfação de necessidades humanas.

Não queremos entrar aqui na apreciação do conceito decadentista de Spengler, para o qual a civilização é um aparelho consumidor de culturas, cujos conteudos se esgotam periódicamente; nem tão pouco focalizar a tese contrária de Ortega y Gasset, que defende uma interpretação aristocrática da história.

Com tais pressupostos, pretendemos tão sómente fundamentar as considerações que vamos desenvolver.

— o —

Para tratar da colonização portuguêsa, é mister que se examinem as idéias em voga no afanoso século XVI, quando a civilização européia estava sacudida pelo choque de duas culturas, de conteúdo ideológico diverso. Com efeito, o descobrimento das «formas eternas da arte», do culto da beleza grega, realizava, no dizer de Berdiaeff, «a subtração do homem às bases divinas da vida».

Fôrças poderosas e complexas operavam verdadeira revisão na antiga hierarquia dos valores. Na política, instalava-se o absolutismo de Estado, encerrando a longa fase de descentralização feudalista. No plano econômico, era notável o aumento das riquezas, gerado pelo intercâmbio comercial entre o Ocidente e Oriente, embora nem sempre amistoso.

Os armadores enriqueciam à custa das grandes navegações. Judeus convertidos em «cristãos-novos» espalhavam-se por tôda a Europa, difundindo os novos métodos de troca, renovando enfim as formas de comércio. Crescia o incipiente capitalismo, proliferando então bancos, bolsas de valores, sociedades comerciais e tantas outras instituições ditadas pelo mercantilismo vigente.

Todavia, não se fizeram tardar as consequências das aludidas inovações no campo social. A nobreza, cansada dos gastos com as cruzadas e das lutas tão frequentes entre as suas casas, cedia terreno à burguesia, que realizava vitoriosamente a sua ascensão.

A técnica, por sua vez, criava novos modos de dominios da natureza; a bússola, a arma de fôgo e a imprensa.

No terreno religioso, as cousas não andavam com a mesma placidez medieval: a Reforma cindia a unidade espiritual. No campo da filosofia, a Razão entrava em conflito com a Fé. Enfim, a Renascença pregava um humanismo em que o homem era o centro de tôdas as cogitações. Nada de ideais transcendentes. E, quando os havia, tinham a marca do humanismo pagão, antropocêntrico, no conceito de Maritain em que os deuses eram submetidos à medida humana.

As elucubrações metafísicas, que arrancavam aos doutores medievais tantas sutilezas, eram agora submetidas à crítica irreverente de Erasmo. Ao mesmo tempo, as instituições mais sérias da cultura teocêntrica sofriam as vergastadas dos humanistas modernos. Até na mística Espanha, Cervantes não poupou a extinta cavalaria.

Ora, o conteúdo ideológico da nova cultura humanística tinha de projetar nas sociedades modernas um novo estilo de vida. A nova ordem de valores vitais havia de converter-se em atos, valendo dizer que às últimas concepções

viriam corresponder outras formas de atuação no meio social. Depois, o enriquecimento da burguesia trouxera, no campo econômico, o aumento das necessidades. Necessidades que, como era de esperar, vinham sendo estimuladas pelas mercadorias orientais.

Entretanto, a cultura renascentista não sucedeu à cultura medieval, ao humanismo teocêntrico, para repetirmos a linguagem maritaineana. Mas deram-se as mãos, interpenetraram-se, perdendo, cada qual, os caracteres extremados de suas elaborações.

Não devemos perder de vista dois fatos curiosos: a tardia eclosão do renascimento ibérico e a coexistência das duas culturas no curso do expansionismo lusitano. Este último fato, vemo-lo genialmente refletido na epopéia camoniana, onde os valores da civilização cristã se misturam aos pagãos, numa expressão da mais alta beleza poética.

Com a permuta de valores resultante do encontro das duas culturas muito lucraria a arte religiosa, que incorporou ao seu já imenso e rico patrimônio os lineamentos do classimismo.

Ocorre, por outro lado, que, na península ibérica, os fenômenos de aculturação tornaram-se mais complexos e variados, por causa dos contactos seculares com os mouros.

— o —

Partindo dessas razões, vamos encontrar em todo o período colonial brasileiro, o colonizador luso impulsionado por duas constantes ideológicas; a preocupação de propagar a crença católica, convertendo os gentios das terras descobertas e a inclinação mercantilista, buscando fervorosamente o ouro, as riquezas, a ponto de esquecer, por vezes, o idealismo cívico. Por consequência, a expansão geográfica de Portugal encontra na ânsia de aumento do patrimônio econômico-financeiro a sua principal justificativa.

Realmente, outros fatores favoreceram as corajosas viagens pelo «mar tenebroso», entre os quais se coloca a poderosa vontade «dilatar o império» e, bem assim, o gôsto pelas aventuras. Mas, inegavelmente, a «vã cobiça» superava então a «glória de mandar».

A carta do escrivão da armada de Cabral dá conta dessa obsessão do ouro. Assim é que, depois de celebrar, com vivo entusiasmo, a exuberância da terra e a formosura da gente, Caminha menciona um fato a êsse respeito curioso, ocorrido na recepção do capitão descobridor aos indígenas: observando êstes o colar que lhe pendia do pescoço, faziam aceno «para a terra e de novo para as contas», «como dizendo que dariam ouro por aquilo». E comenta: «isto tomávamos nós por assim o desejarmos.» Mas, a propósito da terra mui formosa conclui melancolicamente: «nela, até agora não podemos saber que haja ouro nem prata, nem cousa alguma de metal ou ferro».

Foi êsse o motivo do seu abandono por trinta anos, visto que à mesma conclusão desalentadora de Caminha chegaria, um ano depois, Américo Vespucci, quando veio fazer a exploração geográfica da terra em recém-descoberta.

Haveriam de se encontrar aqui as duas culturas, as velhas e as novas idéias, porém estas vieram primeiro, campeando a sós, por mais de trinta anos. Provam-no fatos como estes: o arrendamento das terras a judeus, a cobiça des-

pertada pelos estrangeiros desvastadores de matas e a vinda de homens mais ou menos livres de credos religiosos (Diogo A'lvares Correia, o bacharel de Cananéia e João Ramalho.)

— o —

Em 1532, quando se inicia a nossa colonização, dá-se a união das várias ideologias: o colonizador ávido de fortuna e o padre catéquista, o feudalismo extinto e o capitalismo nascente.

Na realidade, a colonização se inicia repetindo uma vitoriosa experiência realizada na ilha da Madeira. Pôsto se tratasse de fórmula político-administrativa já superada na Europa absolutista e centralizadora, não deixava de apresentar um aspecto novo: o aproveitamento do capital privado. E' interessante notar como soube então a corôa interessar os homens ricos da metrópole nos empreendimentos agrícolas, a ponto de escritores modernos ressaltarem como predominante nas capitanias hereditárias o tom capitalista. Assim pensa, por exemplo, Almeida Prado, a quem damos neste ponto a palavra:

> «A respeito do aspecto social e político das capitanias, trouxe-nos Roberto Simonsen interessantes vistas na Ha. Econômica do Brasil. Discorda de que tivesse caráter feudal as doações feitas pelo Rei, opinião também nossa, pois achamos que esta aparência é mais fácil de se notar nos estabelecimentos de particulares situados longe das povoações das capitanias, que nas régias doações.» (Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil, pag. 41).

Sim, armavam-se navios, traziam-se homens, animais e plantas, tudo por conta dos donatários, destinando-se aos colonos quase tôda a produção, da qual, todavia, se reservava à Corôa o direito ao quinto dos metais e pedras preciosas e os dízimos ou vigésimos dos demais produtos.

Ressalte-se, porém, o que tinham de feudalismo, que não é para ser desprezado. Aos donatários cederam-se, na sua quase totalidade os direitos majestáticos, cuja subtração à nobreza feudal tanto custa aos soberanos. A alçada no cível e no crime, que ia até a morte natural para peões, escravos e gentios, o direito de homizio aos criminosos de capitanias vizinhas, contra o que muito reclamou Duarte Coêlho Pereira, dada a proximidade de Itamaracá; direito de conceder sesmarias dentro do território de suas doações; todos êsses privilégios constavam dos forais, pequenos regimentos ou constituições dos capitãs-donatários. Estes ainda podiam escravizar os indios para o seu trabalho.

Entretanto, em meio a tantas normas estimuladoras do desejo de luta, o govêrno real não esqueceu seus deveres de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, cobrando o redizimo para a manutenção do culto divino, e instituindo para tal cobrança os cargos de almoxarife e escrivães, «equivalentes aos mordomos dos feudos antigos», conforme disse Varnhagen. Ainda nesse caráter, impunha el-rei uma restrição à faculdade transmitida aos donatários, de conceder sesmarias: pertencerem os sesmeiros à fé católica.

Não produziu, contudo, os desejados frutos o regime das donatarias. Alguns beneficiários privilegiados nem sequer aqui vieram, como o historiador

João de Barros. Outros cedo se foram, deixando na colônia meros prepostos, enquanto Francisco Pereira Coutinho era devorado pelos Tupinambás e Vasco Fernandes Coutinho, segundo refere Frei Vicente do Salvador, «acabou tão pobremente que chegou a lhe darem de comer pelo amor de Deus e não sei se teve um lençol em que o amortalhacem».

Com efeito, a ferocidade dos nativos, a desarticulação dos administradores, a continuidade das incursões estrangeiras e as dificuldades que o meio físico oferecia à penetração, aconselhavam o restabelecimento da unidade ou da centralização administrativa, que se instituiu em 1549, com a vinda de Tomé de Souza.

Mas não o fez Portugal só para atender aos constantes e dramáticos apelos de seus colonos. Era que se deslocava, a êsse tempo, o centro de seus interesses mercantís. Despertara do sonho do Oriente, para defrontar a lastimosa realidade: não valera a pena tamanhos sacrifícios. Nas costas africanas trinta e dois navios reais se perderam, o tesouro estava sobrecarregado de tenças, de privilégios e mercês e não menos pesado era o custo de seu exército. Além do mais, a ausência de vocação industrial e a permanência na rotina dos campos não condicionaram aos lusitanos o aproveitamento das especiarias asiáticas, que, no entanto, faziam o progresso de centros como Venezas e Flandres. Finalmente, Portugal desiludira-se o que a India rendeu e, por adiantamentos de particulares a el-rei, Calmon, «consumiu juntamente com as suntuosas despesas do Venturoso, o que a India rendeu, por adiantamentos de particlares a el-rei, o que a India prometia...»

Agora, outra miragem deslocava o português sonhador e aventureiro. A Europa se enchia das lendas americanas. O El-Dorado, reino maravilhoso, onde o principe se cobria de ouro em pó, era localizado no Norte do Brasil. E o ouro do Perú e do México estava a confirmar a versão do lendário Estado. Por sua vez, o exército das Amazonas, mulheres que cavalgavam às margens do «mar dulce», exercia também muita fascinação.

Era chegada a época da América. «A América foi, pois, também a obra da Renascença», como afirmou acertadamente João Ribeiro.

Em opulento e erudito ensaio, Afonso Arinos de Melo Franco já mostrou a influência que, mais tarde, tiveram essas lendas, bem como a fantasiosa vida do selvagem brasileiro na literatura pré-revolucionária, no naturalismo de Montaigne e, principalmente, na elaboração da teoria da bondade natural, de Rousseau, no individualismo enciclopédico do século XVIII. A sua tese poderá ser sintelizada neste tópico:

«E' a mesma idéia da superioridade do natural sôbre o convencional, do instinto sôbre a razão, que o século XVI transmite ao século XVIII, seu herdeiro e continuador.» (Revolução Francesa, pag. 199).

Fato bastante significativo da pre-dominância da concepção renascentista nos primeiros anos coloniais é a fixação do nome Brasil, que simbolizava o comércio da madeira, a riqueza, em potencial, desprezando-se o que escolhera Cabral, rico de expressão espiritual.

Condenados por crimes diversos, inclusive religiosos, eram degredados para o Brasil. E, com êles, vinham aventureiros e tôda uma gama de desajustados sociais, dentro de cujo número se podem situar os livres pensadores, que viam na terra nova Canaã da Liberdade. A divulgação da sentença «**Ultra Equi-**

noxialem nom peccavit» valia por um permanente aceno aos homens que já não suportavam o fardo dos conceitos morais vigentes no Velho Mundo. Até ao Bispo de Leiria ocorreu o conselho aos desclassificados: «Vá degredado para o Brasil, donde voltará rico e honrado».

Esse ideal fôra exacerbado pelo conhecimento do texto da carta de Américo Vespucci a Lourenço de Medicis, à qual se deu o nome de **Mundus Novus** e onde se transmitiam as observações feitas na expedição de 1501. Falava da formusura das indias, das quais anotaria depois, no seu diário, Pero Lopes de Souza: «Nam ham nenhua inveja às da rua Nova de Lixboa».

Mas a colonização não tomava únicamente o rumo das novas idéias, não procurava substituir a mentalidade conservadora. Pretendia imprimir ao novo mundo o sentido cristão da vida. Por isso é que, na mesma esquadra de Tomé de Souza, em que vinham quatrocentos degredados, viajaram seis jesuitas.

Não pensamos, porém, que as duas culturas a que nos vimos referindo separassem os conquistadores lusos em duas castas. Não. Porque elas se uniam na formação espiritual de uma mesma personalidade, evidenciando as situações mais diversas, as atitudes mais contraditórias, eloquente afirmação do ilogismo da vida. A propósito disso, são ainda de João Ribeiro estas palavras: «Nos mesmos individuos, essa contradição, sinal da grande energia e do trabalho das idéiéas, persiste entre a religiosidade e o livre pensamento». (H. do Brasil, pag. 74).

— o —

Iniciada a catequese, desde o primeiro govêrno geral, os jesuítas tinham de lutar contra uma série enorme de obstáculos à formação da família brasileira, dos quais avultava a poligamia, já praticada pelos chefes bárbaros e fomentada pela maior parte dos portugueses, que, em regra, não traziam as suas famílias. E não as queriam trazer, porque aqui não estavam possuídos do «animus permanendi». Do Brasil queriam a riqueza fácil, visto que as durezas da vida nas terras da colônia em breve cansavam.

— o —

A decantada beleza da indígena não lograva atrair o branco às uniões lícitas, tendo de continuar por muito tempo ainda as ligações extra-legais, não obstante as pregações dos religiosos, notadamente dos jesuítas, que completavam a administração colonial, colaborando tenazmente na moralização dos costumes, pelo que gozavam de atenções especiais. Deles partiam reiterados apelos no sentido de que a metrópole mandasse moças órfãs, que tôdas elas encontrariam casamento fácil na colônia.

O sistema de catequese desenvolvido pelos inacianos veio a chocar-se com os interêsses imediatos dos colonos, que desejavam o braço do selvagem para as suas lavouras. A Companhia de Jesus, que representava a corrente mais forte da Contra-Reforma, não quis transigir com a escravidão dos brasilíndios, que por êles eram arrebanhados em diversas tabas para as suas reduções ou missões. Estas constituiam grandes aldeias edificadas em terrenos doados aos padres, que catequizavam diretamente as crianças ou columins, e, de modo indireto, aos adultos, aproveitados nos trabalhos agrícolas nos referidos terrenos, oferecidos tanto pelo Estado como pelos particulares.

Tão independentes foram as missões jesuítas e tão bem geridas que arrancaram de Capistrano de Abreu o comentário que se segue:

> «Aos missionários foi entregue a administração temporal das aldeias, cuja abastança e fartura excediam as das vilas dos brancos. Não se falava senão das riquezas dos jesuítas, e de fato sua parcimônia, gerência metódica e desapêgo pessoal figuravam uma magnificência de que levaram o segrêdo, como depois se verificou. Com o tempo as aldeias se tornaram um Estado no Estado, como uma igreja na igreja». (Capítulos de História Colonial, pag. 271)

Aos colonos afigurou-se tal situação descabido privilégio, sobretudo quando verificaram que os demais missionários não o obtiveram. Estava assim aberta uma longa luta entre jesuítas e colonos, o que equivale dizer entre duas mentalidades, dois espíritos imbuidos de princípios antagônicos. De um lado, humanistas intransigentes, querendo edificar na América, em bases mais firmes, uma nova cristandade, de outro lado, os homens que representavam o reduzido capital, inoperante sem o concurso do trabalho humano. Aí está, pois, mais um aspecto do conflito das duas culturas ibéricas — tradicionalismo e capitalismo — transplantadas às terras brasílicas.

Ao govêrno metropolitano não pareceu tarefa leve a redução dêsse antagonismo. Resolve, portanto, decidi-lo parcialmente. Só se permitiria a escravidão do ameríndio quando prisioneiro de guerra. Reclamaram depois os padres, alegando que os bandeirantes provocavam a luta, para caçar os índios aldeados, uso que desapareceu ante a reação desfechada pelas missões. O conflito se arrastou por mais de dois séculos, tendo ensejado maior realce ao talento de escritor, orador e homem de ação, que foi o padre Vieira.

Enquanto isso acontecia aos jesuítas, mantinha-se pacífica a catequese a cargo dos franciscanos, menos teóricos e mais inclinados a um tipo de educação preparador de artífice e artesãos.

Não estava o selvícola capacitado a dar ao trabalho da lavoura o contingente que dele exigia o branco. Acostumado ao nomadismo, relegou sempre à mulher o cultivo das roças estritamente necessárias às provisões de guerra e de bebidas fermentadas. Por isso, definhava tôda vez que lhe era imposta a sedentariedade das atividades agrárias.

O tráfico do negro traria a salvação da colônia. No continente africano considerava-se a escravidão uma instituição regular. Estava, pois, resolvido o problema da lavoura canavieira, com os possantes braços do negro, ativo e dócil, aclimatado aos rigores da canícula e já escravizado pela sua própria raça. Adquiriram-no, em grande escala, os portuguêses, espanhois e inglêses.

Verifica-se, destarte, mais uma contradição da cultura tradicional dos lusitanos: transigência dos jesuítas e da corôa com o capitalismo latifundiário e escravocrata. Vitória da concepção renascentista, individualista e cobiçosa.

No entanto, o negro não era de aquisição fácil. Ao contrário, o seu preço relativamente alto dificultava-lhe a compra à maior parte dos colonos. Tanto as-

sim é que se avaliava a fortuna dos senhores de engenho de Pernambuco e Baía pelo número de escravos que possuiam.

Portadores de cultura superior à dos selvícolas brasileiros, muitos deles iniciados no islamismo, temos de reconhecer-lhes maiores serviços à economia e, em última análise, à nacionalidade que ajudaram a plasmar, ou seja, à nossa democracia étnica. E também à civilização luso-tropical, de que nos fala Gilberto Freyre.

— o —

Estudando a história colonial brasileira, não nos esqueçamos do bandeirante, a quem se dá a glória de haver dilatado as fronteiras, empurrando para o oeste a linha do meridiano de Tordesilhas. A busca do ouro e das pedras preciosas não constituiu motivo único de suas conquistas territoriais. E' que, não conformados com a atitude anti-escravista do índio assumida pelos jesuítas e aprovada em Portugal, penetravam o interior, à procura das missões, onde o nativo se tornava mais vulnerável.

Apesar das proibições regulamentares ao cativeiro do incola, não desistiram os colonos de seus intuitos escravocratas, a que assistiam impassíveis as autoridades civis, saudando-lhes quiçá o espírito de iniciativa ou mesmo protegendo-lhes veladamente os interêsses. E' de ver que, inicialmente, as bandeiras não conseguiram aumentar o povoamento do interior do Brasil, por isso que os primeiros núcleos se concentraram ao longo da faixa litorânea. Já que não havia notícia certa do ouro, a agricultura marginal lhes bastava.

Mais tarde, com o advento da pecuária, já não teriam os bandeirantes a escassez de mantimentos. Podia-se fazer mais ampla a penetração do oeste. Assinala-se então o papel do latifúndio criador, que encontra na casa da Tôrre, de Garcia Dávila, o seu tipo mais representativo. Estamos, pois, no ciclo do couro, que mereceu de Capistrano referências como esta:

> «De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro tôdas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge, para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de atêrro era levado em couros puxados por juntas de bois, que calcavam a terra com o seu pêso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.» (Capítulo de História Colonial, pag. 217)

E o índio fugitivo do litoral, inadaptado aos labores agrários, de costumes nômades, encontraria na profissão de vaqueiro a atividade ideal. Daí se infere a razão por que não precisou o sertão da escravidão negra. A reduzida infiltração dessa raça nos sertões nordestinos, por exemplo, se deve antes ao orgulho do latifundiário, ao seu gôsto pela ostentação de riqueza, do que à necessidade do trabalho. O índio se dera bem no ofício de tanger as boiadas. Agradavam-lhe as longas caminhadas, a luta contra os animais bravios e a agressividade da paisagem, com a qual se identificava e confundia numa «servidão inconciente», como a chamou Euclides da Cunha, que pintou resumidamente a economia sertaneja neste tópico:

> «Ao contrário do estancieiro, o fazendeiro dos sertões vive no litoral, longe dos dilatados domínios que nunca viu às vezes. Herdaram velho vício histórico. Como os opulentos sesmeiros da colônia, usufruem, parasitàriamente, as rendas de suas terras, sem devisas fixas. Os vaqueiros são-lhes servos submissos» (Os Sertões, pag. 122)

Do domínio espanhol, que se exerceu durante sessenta anos (1581 a 1640), extraímos realmente duas valiosas vantagens. Contribuiu, primeiramente, para a dilatação dos limites impostos pelo tratado de Tordesilhas, mais ou menos respeitados por tôda a anterior fase da autonomia lusa. Agora, entretanto, fundidos Portugal e Espanha, todo o nosso território pertencia a um só reino ibérico. Demais, as autoridades e o funcionalismo no Brasil-colônia continuaram a ser portuguesas.

A colonização estendia-se, no Norte, de Itamaracá até a região amazônica. No Sul, de São Vicente até o atual Rio Grande do Sul.

A outra vantagem, decorrente da reação contra os holandeses, consistiu na maior aproximação das três raças, formando o espírito comum da nossa civilização, pelo entrosamento da cultura dominante do branco com as inferiores do índio e do negro, numa troca de valores que iria consolidar mais tarde a unidade espiritual e política.

A luta holandesa nos fornece mais alguns exemplos do antagonismo das duas correntes culturais do colonizador. Registrou-se por parte dos portugueses outra transigencia. Restaurada a autonomia de Portugal, celebrou este um armisticio com a Holanda, pelo que deveria cessar a luta no território brasileiro, enquanto se negociava, entre os dois o reconhecimento do domínio flamengo, o que se não verificou talvez por inabilidade do invasor.

A Holanda combatia o monopólio do comercio pelos países ibéricos, enquanto na colônia se lutava pela unidade espiritual, perservando-se os valores ético-religiosos transmitidos pelos descobridores. De modo que a transigência de Portugal era uma contradição, embora forçada pelas circunstâncias de ordem econômico financeira.

— o —

Pelo século XVIII prosseguia o expansionismo territorial com a definição dos limites e o descobrimento das minas, tendo recrudescido a questão entre colonos e jesuítas, que acabou com a vitória dos primeiros sob o regime de Pombal.

Nos primórdios dêsse século, a explosão do nativismo pernambucano, focaliza outro antagonismo entre as duas atitudes intelectuais do colonizador: a guerra dos mascates.

Edificada sôbre uma grande elevação da costa pernambucana, Olinda sempre se mostrou inclinada a perpetuar a grandeza do tradicionalismo. Como os antigos senhores feudais, os senhores de engenho não viviam na cidade, mas

nela possuiam casas, que lhes permitiam assistir às solenidades religiosas. Ganhava fama e luxo o que ali se exibia no interior dos salões e das igrejas. Registraram-no todos os viajantes estrangeiros.

Em consequência da invasão holandesa, com a sua sequência de lutas, o incêndio da cidade e a destruição de muitas de suas residências, não de todo reparadas, a nobreza feudal sofrera sérios revezes. A contrastar com essa situação, o Recife se renovava com a construção de prédios para o comércio e sobrados residenciais, à custa da ascensão econômico-financeira de comerciantes portuguêses, de judeus e árabes, de ourives e negociantes de fazendas. O enriquecimento dos antigos vendedores ambulantes dos engenhos trouxeram-lhes prestígio social e político, sendo justo, pois, que se não conformassem a permanecer subordinados à administração olindense.

Verificou-se a luta, quando a Metrópole resolveu atender à petição dos recifenses, aos quais os aristocratas de Olinda depreciavam com o apelido de «mascates», — os burgueses novos-ricos.

Reproduzia-se no Brasil colonial o mesmo drama que vivera a Europa na época dos descobrimentos, a revolução que, no velho mundo, tivera mais de dois séculos de fermentação. Sim, porque só no fim do século XVIII, «herdeiro e continuador do sec. XVI», se iria concluir sob a égide dos direitos do homem proclamados pela Revolução Francesa.

Entre os bandeirantes paulistas que exploravam o subsolo mineiro e os forasteiros (emboabas), que de tôda parte para lá convergiam, surgiu outro movimento nativista. Sucederam-se outros mais, de igual quilate, que já caracterizavam o espirito autonomista da colônia: a inconfidência mineira e a revolução pernambucana de 1817.

Como dissemos acima, a Revolução Francesa concluira a marcha ascensional da burguesia, que aniquilou totalmente o privilégio da nobreza. Ora, nenhum ponto do território brasileiro estaria mais fadado a receber tal influência revolucionária do que o Recife. E o era menos pela posição geográfica do que pela continuidade do espírito progressista dos «mascates».

Chegou, portanto, a revolução pernambucana, que recebeu do liberalismo francês a maior contribuição ideológica, além da influência inglesa, americana e dos paises vizinhos que se libertavam. Embora debelada a rebelião, prosseguiram as idéias novas, combatendo o absolutismo e secundando o constitucionalismo triunfante na metrópole, para dar-nos afinal a independência.

BIBLIOGRAFIA:

Pe. Leonel Franca — A Crise do Mundo Moderno
Fustel de Coulanges — A Cidade Antiga
Nicolau Berdiaeff — Uma Nova Idade Média
Jacques Maritain — Humanismo Integral
Ortega y Gasset — La Rebelion de las Masas
Os Lusíadas — Luiz de Camões
Afonso Arinos de Melo Franco — Conceito de Civilização Brasileira
Varnhagen — Histório Geral do Brasil
Robert Southey — História do Brasil

Pedro Calmon — História do Brasil
Almeida Prado — Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil.
João Ribeiro — História do Brasil
Frei Vicente do Salvador — História do Brasil
Capistrano de Abreu — Capítulos de História Colonial
Gilberto Freyre — Casa Grande e Senzala
Gilberto Freyre — Aventura e Rotina
Oliveira Viana — Populações Meridionais do Brasil
Afonso Arinos de Melo Franco — O Indio Brasileiro e Revolução Francesa.
Marcondes de Souza — O Descobrimento do Brasil
Euclides da Cunha — Os Sertões.

D. ADAUTO — SEMEADOR DE DIOCESES E FORMADOR DE LEVITAS

(Palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 27 de agosto de 1955)

J. BAPTISTA DE MELLO

Um misto de grande respeito e de profunda simpatia foi o que me ficou do primeiro encontro que tive com a excelsa figura de d. Adauto Aurélio de Miranda Henriques.

Criança ainda, no alto sertão de Pernambuco, vi a casa de meus pais alvoroçar-se para hospedar o bispo da Paraíba, de passagem para as freguezias de sua Diocese. Naqueles tempos distantes, na simplicidade da vida sertaneja, um bispo, tinha para mim, algo de sobrenatural, nas suas vestimentas de cores vistosas, contrastando com a batina preta e surrada do velho pároco que, vez por outra, com voz cansada, presidia os atos religiosos, na capela de São Pedro das Lages. D. Adauto, cercado de padres moços e de seminaristas adolescentes, transformou-nos a casa, com a vivacidade de seu espírito, num entusiasmo contagiante que jamais esqueci. Ao embalo da rêde, no quarto que lhe fora reservado, crivou-me de perguntas e de conselhos, acrescidos de ensinamentos de pequenas orações, sem esquecer a catequese de fazer-me ingressar no Seminário.

Desde então, acompanhei, de longe, a obra apostolar do antístite, num ininterrupto trabalho em que se confundiam o interêsse da Igreja e o bem estar do Estado.

Nascido de um meio cristão, num belo recanto de legendária terra paraíbana, encheu, desde logo, de grandes esperanças o espírito profundamente católico de seus pais, para transformar-se, anos depois, num vulto de prol da Igreja, no Brasil. Os seus quarenta e um anos de apostolado foram repletos de incessantes trabalhos, guiados por um espírito sempre moço e que não conhecia canseiras quando via à sua frente os interêsses da Diocese.

Assumindo a direção de numeroso rebanho, nos longínquos dias de 1894, d. Adauto mediu, desde logo, a extensão da enorme tarefa que tinha de enfrentar. A Paraíba, de então, falha de recursos materiais, sem meios de transporte, desprovida do progresso de hoje que facilita as grandes iniciativas, oferecia-lhe um campo de ação que seu temperamento de batalhador soube enfrentar. A metrópole pequenina, em sua pobresa provinciana, carecia de tudo. Não era

a Capital moderna dos dias de hoje. Mas a humildade não importa em desânimo; a falta de recursos incentiva o trabalho. E o trabalho é tanto mais nobilitante quando tem óbices a vencer. «Sem safrifício não há benefícios» — costumava repetir o antigo aluno de São Suplício.

Fundado o Semitário ao mesmo tempo em que assumia a Diocese a 4 de março de 1894, d. Adauto lançou, nesse mesmo dia, os alicerces da grandiosa obra que o imortalizou. Foi o passo inicial de seu govêrno. Um gesto e uma ação que, no momento, representavam ousadia. Como conseguir manter cursos diversos, quando lhe faltava tudo ? Não existiam professores nem comodos para o funcionamento das classes. E d. Adauto foi o seu primeiro mestre e o primeiro diretor. O sobradinho das Trincheiras, transformado em Palácio Episcopal, acomodou o Seminário recém-criado, e os primeiros alunos deram vida ao futuro ninho de sacerdotes paraibanos.

Dezenas de freguezias formavam a grande Diocese a seu cargo. Freguezias distantes que a falta de transporte tornava quasi inacessíveis. Os dois Estados de sua jurisdição, a Paraíba e Rio Grande do Norte, ligados pela história, pela bravura e pelo costumes de sua gente, entrelaçavam-se num único bloco religioso. Os focos de instrução raríssimos, os hábitos muito a desejar, os meios econômicos diminutos. Só uma cousa sobrava nos últimos dias do século: a fôrça de vontade do nosso primeiro bispo.

A ausência de um órgão centralizador da vida religiosa trouxera, sem dúvida, a froxidão da disciplina, e isto concorria, muitas vêzes, para a dissolução dos costumes.

Moralizar para construir foi a palavra de órdem que ecoou por todos os recantos da região. Exigia de seus padres o exemplo salutar da virtude. E passou a comandar uma equipe de sacerdotes que, pouco a pouco, foi se transformando em obreiros da fé, em defensores operosos da religião. Ele próprio dava o exemplo de trabalhador incansável. Como simples catequista, dirigia-se, a pé, á Catedral, á Cadéia Pública, ao Hospital, onde cercado de crianças, de detentos e de enfermos ministrava os bons costumes e os ensinamentos da Igreja. Queria num esfôrço titânico, formar o seu rebanho, á sombra do Evangelho.

Para os verdadeiros condutores de massas não existem dificuldades. Estas são superadas pela energia vitoriosa dos que dirigem.

E a fôrça espiritual não conhece recúos. Partindo desse princípio, d. Adauto traçou, delineou e executou o seu grandioso programa de ação.

Sentindo que sem conhecimentos adequados não conseguia alcançar a vitória do seu apostolado, iniciou a grande campanha do ensino. O Seminário e os Colégios, Pio X e Na. Sa. das Neves por êle fundado, já acolhiam centenas de alunos que, mais tarde, transformariam o ambiente cultural da Paraíba. Era preciso, agora, voltar as vistas para os abandonados sertões dos Estados, formadores de sua Diocese. Lembrando a obra imortal dos jesuitas que, no alvorecer da Colônia, foram os grandes mestres da infância e da juventude de nossa terra, plantando cursos de primeiras letras, de latim e de filosófia nos centros mais populosos da região, o moço antistite fez com que seus vigários se transformassem em mestres escolas. E as sacristias e consistórios das Igrejas, em quasi todas as freguezias passaram a ser centro de educação, antecipando, de muito, as medidas dos governos de hoje, na campanha

de alfabetização de crianças e adultos.. Era a carta de ABC ao lado do catecismo da doutrina cristã. As primeiras letras corriam parelhas com as orações preparatórias da primeira comunhão.

Mas d. Adauto não se deixava impressionar com os frutos já colhidos. Orientava e inventivava a abertura de novos educandários.

Ordens religiosas foram trazidas para a Paraíza. E aí então, como consequência de sua iniciativa, grandes e modelares estabelecimentos de ensino secundário em João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Areia, Alagoa Grande, Bananeiras, Patos e Cajazeiras. Precisava, entretanto, dotar a Província de operários capazes. Era a última etapa do seu setor de educação. Compreendia ser o ensino profissional de inadiável necessidade para as crianças brasileiras. A instrução puramente de letras não satisfaz as aspirações do mundo atual. As oficinas, ao lado dos conhecimentos gerais, formam uma mentalidade de que se não pode prescindir. Auxiliam o engrandecimento do País, concorrem para o melhor desenvolvimento da economia pública e particular. Constroem novas fontes de riqueza, e preparam, sobretudo, os moços de hoje para enfrentarem os dias incertos do futuro. Situam-nos num ambiente sadio e de trabalho. Ensinam-nos, enfim, a serem homens côncios de seu valor e de sua coragem.

Não conseguiu o velho Arcebispo ver realizado o último marco de sua ação educativa, mas a semente ficou, para tornar-se realidade em um dos aprazíveis recantos da Capital, onde maquinários modernos são impulsionados por jovens paraíbanos, numa labuta constante que dignifica e enaltece.

D. Adauto foi, sem dúvida, um grande obreiro da Educação.

Para o desenvolvimento integral de seu apostolado, urgia, acima de tudo, incentivar a instituição de associações religiosas. E o fez com admirável proveito. Entidades diversas foram criadas ou restauradas em quasi todas as paróquias. O movimento religioso foi multiplicado, e um clero disciplinado e trabalhador passou a formar uma falange invencível da grande causa. Era, necessário, porém, auxiliar os pobres que vejetavam, em situação de miséria, nos quatros cantos do Estado.

Era a velhice no desamparo e cujo único alimento provinha das esmolas dos corações piedosos. Era a pobreza no auge do desespero, faminta e abandonada a maldizer a indiferença dos ricos. A fome tornava mais infelizes, ainda esses rebutalhos da sociedade. E a falta de pão traz a revolta, principalmente quando se defrontam corações empedernidos. É a injustiça da Sociedade, numa divisão impiedosa de potentados e humilhados. E para quem apelar, naqueles tempos remotos, sinão para êsse anjo de Caridade que é a Sociedade de S. Vicente de Paulo cujas confrarias se escondem, nas sacristias dos templos católicos? Foi de que lançou mão o antigo estudante da Universidade Gregoriana. Fez questão de que tôdas as matrizes da Diocese instalassem associações vicentinas de amparo aos desprotegidos da sorte. E aí estão elas, ás dezenas, num trabalho anônimo de caridade e de benemerência, que os ricos desconhecem e os pobres abençoam. São pequenas esmolas que mitigam a fome e que elevam o espírito. São dádivas que tornam menos infelizes os que já o são, pela contingência da própria vida.

Incentivador do ensino e defensor dos pobres, notabilizou-se, ainda, o bispo paraíbano pela campanha sem trégua na implantação da moralidade

dos nossos costumes. Isto constituia seu principal cuidado. Amigo ao extremo de seus padres, conselheiro de todas as horas, guiava-os caridosa e paternalmente. Mas não admitia o menor deslise, sobretudo quando êsses pareciam atentar contra os preceitos da moral. Eram, então, drásticas as providências do pastor. Pela Sociedade, em geral, guardava o maior devotamento. Instituições civis, associações, clubes recreativos que se fundavam em qualquer parte do Estado, deles d. Adauto tinha conhecimento para louvar-lhes as boas iniciativas e condenar-lhes, em palavras candentes, os erros e os desmandos.

Da boa imprensa tornou-se extremado defensor. E da imprensa má, da imprensa venal, defraudadora dos bons princípios; das publicações abjetas que distilam veneno na alma dos moços; das revistas infames que pululam, ás escâncaras, por toda parte, d. Adauto constituiu-se inimigo número um. Movia-lhe guerra tenaz. Queimava-as com palavras de fogo. Levantava contra elas campanha aberta por todos os recantos do país. E sua palavra de órdem era escutada e respeitada pelos que não se chafurdavam no lamaçal da miséria. Suas atitudes varonis levaram-no algumas vêzes a fortes aborrecimentos que sabia vencer com estoicismo e superioridade. Coragem pessoal não lhe faltava. Enfrentava a borrasca com a altivez dos fortes.

"Um bispo católico não teme ameaças, partam de onde partirem". Foi uma frase que ficou na história de nosso Estado, proferida num dos momentos decisivos da vida da sua Igreja. E as borrascas passaram, e d. Adauto impoz-se, ainda mais, á estima e á consideração, não só da Paraíba, mas de todo o Brasil.

Onde quer que surgisse um interêsse qualquer do Estado, aí estava a figura paternal do Antístite. Nas horas de júbilo e nos momentos de angústia, nunca se furtou de emprestar sua solidariedade, a descoberto, a todos quanto dela necessitavam. Era decisivo seu apôio ou sua repulsa.

Encarando-se sob todos os aspectos, a obra de d. Adauto é digna de louvor de todos os conterrâneos, pertençam ou não, á Igreja que êle, sabiamente, dirigiu por mais de quatro décadas.

Criador de dioceses, apóstolo da instrução, incentivador das grandes causas, formador de abnegados sacerdotes, selecionador de bispos, avulta, sobretudo, como amigo da Paraíba. Não lhe apeteceu a honraria de altos postos em centros adiantados. Preferiu a terra natal, pequenina e pobre para elevá-la á altura de sua figura que mais se agiganta, cada dia que passa, no respeito de todos nós.

ITER PARA TUTUM — foi o lema adotado para seu programa de condutor de almas. E dignificou-o até o fim. Na realidade, soube preparar o caminho seguro que jamais deixou de trilhar. Segurança nas ações, segurança nos gestos, segurança nas palavras. As numerosas e sábias pastorais dele provindas são bem o exemplo do aprumo com que sempre se houve. "DEUS E PÁTRIA" constitui, sem dúvida, um grande ensinamento de espiritualidade e de civismo, de amôr e de dever para todos quanto aspiram seguir, na vida, a senda que conduz ao destino certo.

Relembro os dias de 1902, quando numa vilazinha dos nossos sertões, defrontei-me com seu vulto impressionante que me ficou na memória. Era o Pastor palmilhando o caminho seguro do apostolado.

A Paraíba inclina-se, reconhecida, no transcurso do 1º centenário do inolvidável condutor espiritual de sua gente, para proclamá-lo um dos grandes vultos de sua História.

JOÃO ALVES SANCHES MASSA

Albertina Correia Lima

A História da Paraíba regista, em suas páginas cheias de lances de bravura e patriotismo, o nome de João Alves Sanches Massa como participante de acontecimentos desenrolados na capitania, no primeiro quartel do século passado.

Essa menção sugeriu-nos algo dizer em tôrno de sua personalidade, segundo a própria História e algumas narrativas da família.

Forçoso é confessar que sua atuação em tais fatos não foi de molde a corresponder aos anseios dos brasileiros, já convencidos de que sua terra estava em condições de viver por si, de conquistar sua soberania, desvencilhando-se da tutela portuguesa.

No domínio dos conhecimentos, as idéias novas suscitam divergência de opinião que se restringe ao âmbito das investigações e debates. Dessa tergiversação e das discussões surge a luz que mostra a verdade.

Os movimentos de caráter revolucionário, as grandes reformas político-sociais, como os casos em tela, porém, visam a um objetivo de fundamental interêsse das massas ou grupos. Processam-se com violência e numa órbita mais ampla. Apaixonam, agitam, empolgam as multidões, dividindo-as entre os elementos que propugnam pelo alvo por êles colimado e os que o combatem.

Naquelas ocorrências, Sanches Massa filiara-se às hostes de oposição ou resistência.

Nascido e educado em Portugal, recebeu os influxos da teoria absolutista, reinante no Velho Mundo, àquela época. Talvez, também, um exagerado amor ao berço natal o impulsionasse a hostilizar tôda medida tendente a afrouxar ou desatar os laços que prendiam nosso país ao seu.

Os princípios de liberdade e democracia que já floresciam na América, ensejando tentativas separatistas como, entre outras, a Inconfidência Mineira, no Brasil, e a emancipação política de algumas regiões, não lhe abalaram as convicções.

E' a conclusão lógica de sua atitude nas agitações em que se envolveu e a que passamos a aludir.

A revolta contra o domínio português, irrompida, em Pernambuco, a 6

valor e prestígio, a ponto de oito dias depois ter sido proclamada a República, sem graves incidentes, no momento. Entre os insurretos mais exaltados, esti-

veram seu filho Sargento-Mór Antônio Galdino Alves da Silva e seu genro Capitão Manuel da Costa Lima. Contudo, não transigiu. Se influência houve, partiu de seu lado para o dêles que desistiram da luta tão ardorosamente encetada.

Homem de coragem, sagacidade e iniciativa, foi um dos promotores da contra revolução, tendo prestado, nesse sentido, relevantes serviços à causa do Reino. Entre êstes, referem-se os historiógrafos ao seguinte, muitas vêzes, comentado, em nossa presença por parentes seus: Ao fracassar o levante, expediu êle um mensageiro a Souza, em viagem a tôda brida, de cansar cavalos, a fim de dar essa notícia ao seu amigo Pe. Luís José Corrêa de Sá, chefe rebelde, no sertão, que tencionava auxiliar a campanha libertadora, no Ceará. Em vista do aviso, a tropa que, sob o comando de Francisco Antônio Corrêa de Sá, marchava para aquela capitania, retrocedera.

Pouco depois, Sanches afiançou a êsse sacerdote (19-7-1817) e a Francisco Antônio (7-10-1817), quando presos estiveram doentes, hospedando-os em sua casa para o competente tratamento.

Reconhecendo-lhe a extensão e eficiência das atividades contra-revolucionárias, D. João VI baixou o decreto: «Querendo remunerar os bons serviços e as provas de lealdade que Me derão na Rebelião de Pernambuco, as Pessoas constantes da Relação inclusa, que com êste baixa assignada por Thomaz Antônio de Vilanova Portugal do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino Hei por bem fazer Mercê a cada huma dellas do Habito da Ordem de Christo com doze mil reis de Tença effectiva na forma declarada na referida Relação.

Palacio do Rio de Janeiro em seis de Fevereiro de mil oito centos e dezoito. Rubrica de Sua Magistade».

A parte da lista referente à Paraíba traz oito nomes, sendo Sanches (1º lugar), Antônio Galdino Alves da Silva (4º) e Manuel da Costa Lima (5º). Na margem da mesma à altura do nome do Sanches, há a nota: «Veja-se o Decreto de 9 de Fevereiro de 1822.» Ei-lo: Tendo Sua Magestade, Meu Augusto Pai, feito Mercê do Habito da Ordem de Cristo, por Decreto de seis de Fevereiro de mil oito centos e dezoito, a João Alves Sanches Massa, pelos bons serviços e Provas de Fidelidade que dera na Rebelião de Pernambuco: e havndo se escripto equivocamente José em lugar de João: Hei por bem Declarando a dita equivocação, que Pelo mencionado Decreto se lhe passem Portarias da referida Mercê.

Paço em nove de Fevereiro de mil oito centos e vinte e dous.

Com a Rubrica de Sua Alteza o Principe Regente José Bonifacio de Andrada e Silva».

A revolução tinha sido um assômo patriótico de valorosos idealistas. A Monarquia foi restabelecida a 6 de maio e, no outro dia, organizado um Govêrno Interino do qual participou o Sanches como Membro do Conselho de Adjuntos.

E' óbvio que a Constituição Portuguesa de 1821 não podia ter receptividade nos espíritos imbuidos de autocracia. Na Paraíba, coube, mais uma vez, ao Sanches a iniciativa da reação. Foi um dos fundadores do Partido Anti-constitucionalista que se irradiou pelo interior da capitania, promovendo, em algumas localidades, escaramuças e outros atos sediciosos.

Superada a rebelião, foram presos alguns implicados, entre os quais inclui-se o Sanches. Essa detenção consta num documento que Irineu Pinto transcreveu no seu precioso livro «Datas e Notas para a História da Paraíba», (págs. 23 a 25 — t. II).

Será prova bastante para o fato um documento provindo dum tempo tumultuoso, quando os espíritos se conturbam, os ânimos se exaltam, a razão se obscurece e a verdade é, quase sempre, deturpada, por efeito de injunções ou conveniências ocasionais?

Os mais velhos da família, pessoas aliás esclarecidas, a contestam. Explicam que, efetivamente, ela foi ordenada, porém êle seguiu para Pernambuco, onde tinha amigos prestigiosos. Ali, transitava, certa ocasião, pelas ruas do Recife, quando percebeu era seguido por agentes de polícia. Entrou numa mercearia e começou a ler, calmamente, um jornal que conduzia. Os policiais deram-lhe voz de prisão Êle falou em inglês como se nada tivesse entendido. Julgando-se enganados, os agentes foram expor o ocorrido ao Delegado que os voltou, recomendando-lhes: «Vão prender o homem que é o Sanches.» Chegando ao lugar onde o tinham deixado, não foi possível encontrá-lo porque o ocultara o bojo protetor de uma barrica de bacalhau vazia.

De como escafedeu-se daí e pôde tomar uma jangada para esta cidade, são desconhecidos os pormenores. Sabe-se, apenas, que algum tempo depois, estava em sua casa à atual Rua Duque de Caxias, prédio demolido, ùltimamente, para ser edificado no local o do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (I. P. A. S. E.). E ressentido com alguns amigos que o abandonaram naquele transe difícil, ao chegar alguém à sua residência, pedia para esperar e, pondo a mão em pala sôbre os olhos, simulava ler uma lista de nomes, atrás da porta da rua. Depois, voltava-se para o visitante, dizendo: «Pode entrar, V. é dos meus amiguinhos».

O passeio pelas ruas recifenses surpreendeu os que sabiam era êle cauteloso, em certo ponto, não obstante o temperamento irrequieto. E' assim que estando, uma tarde, à sacada de seu sobrado para assistir à passagem de uma procissão, ao aproximar-se o préstito, recua. Uma pessoa que lhe estava ao lado estranhou o gesto e perguntou-lhe o motivo, tendo êle respondido: «Para não ser alvejado».

Anos atrás, disse-nos, em palestra, um seu bisneto que ocupou altos cargos públicos e cuja palavra merece tôda fé, não ter havido tal prisão, o que corrobora o que ouvíamos de outros parentes, em nosso lar paterno.

A simplicidade com que êles relatam êsse episódio da vida de seu patriarca, a franqueza confiante de que usam os que falam na intimidade familiar, a igualdade de narração afastam a hipótese de insinceridade. Se reconhecem o delito por que negar a punição?

Sôbre Sanches disse Lindolfo José Correia das Neves, ao escrever a genealogia da família, que, graças aos esforços de sua neta Beatriz, está em dia: «Era natural de Freixo de Espada à Cinta: activo em demasia, caçoador excessivo, e jocoso. Adquiriu grande fortuna. Foi um dos contra-revoltosos de 17, o que pagou caro. Senhor do engenho Pacatuba, donde tirou o nome para a família.»

Se «caro» êle pagou por contra-revolucionário, caríssimo deve ter-lhe custado o anti-constitucionalismo.

De sua jocosidade conta-se que pirraceava pessoas de casa para divertir-se com o cavaco que elas davam.

Veio êle para esta capitania, atraído, como outros Lusitanos de boa linhagem, pelas auspciosas notícias chegadas a Portugal, no que tange à extensão territorial, exuberância e possibilidades crematísticas da Terra Cabralina. Trouxe o que já lhe pertencia, sem nenhum cargo, encargo, título de doação ou qualquer outro privilégio ou benefício. Entregou-se à agricultura e à pecuária e, em breve, multiplicou os haveres.

Até o presente, foram baldadas as buscas para saber o ano de sua vinda, bem como a data do nascimento e da morte. As últimas notícias colhidas a seu respeito datam de 1833, quando foi padrinho de batismo de duas crianças, na freguezia de Nossa Senhora das Neves (12 e 21 de fevereiro).

Deve ter falecido bastante anoso porque em 1776 já era Capitão honorário e em 1818 sua neta D. Maria Rita casou com o Major de Infantaria José Maria Correia — os nossos bisavós.

Era Capitão Honorário da Cavalaria da cidade da Paraíba (21-3-1776) e Provedor da Santa Casa de Misericórdia (5-4-1827).

De seu matrimônio com D. Maria Rita da Silva, filha do comerciante português Capitão João da Silva Ferreira e de sua mulher D. Madalena Severina de Bastos houve os seguintes filhos: Madalena Januária da Silva, Pe. José da Silva, Tenente João Alves Sanches Massa, Coronel Antônio Galdino Alves da Silva e Ana Cândida Vitória dos Prazeres.

Sua descendência(os Pacatubas) é numerosa e, em grande parte, ilustre. Mencionaremos os vultos que se distinguiram na política, nas letras, nas artes e em outras carreiras; bem como os titulados por escolas superiores.

NETOS — Bacharéis em Direito: João Antônio Fernandes de Carvalho e Joaquim do Nascimento Costa da Cunha Lima. Militar: Tenente-Coronel Alexandre da Costa Cunha Lima.

BISNETOS — Bacharéis em Direito: Comendador Lindolfo José Correia das Neves (deputado provincial e geral, jornalista e tribuno), João da Mata Correia Lima (deputado provincial e presidente da Província da Paraíba), Joaquim Fernandes de Carvalho (deputado estadual e vice-presidente dêste Estado) e Antônio Massa (vice-presidente da Paraíba e senador federal). Médicos: José Fernandes de Carvalho e Odilon Fernandes de Carvalho. Engenheiro Civil: Bernardino Cândido Fernandes de Carvalho. Engenheiro Agrônomo e Agrimensor: Adolfo Duprat Costa da Cunha Lima (também Oficial da Marinha Imperial). Farmacêutico: Acácio Fernandes de Carvalho. Militares: General de Brigada Adolfo Massa e o Tenente Honorário do Exército Imperial e Oficial da Ordem da Rosa Cândido Hermenegildo Fernandes de Carvalho.

TRINETOS — Bacharéis em Direito: Desembargador Bernardino de Almeida e Albuquerque, Desembargador José Maria Correia das Neves, Lindolfo Correia (deputado estadual e professor), Joaquim da Costa Cunha Lima, Desembargador Antônio Fernandes da Cunha Lima, Pedro Nóbrega da Cunha Lima, Raif Costa da Cunha Lima, Artur de Carvalho Rodrigues dos Anjos, Odilon de Carvalho Rodrigues dos Anjos (também Major Auditor de Guerra), Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos (poeta, autor do «Eu»), Alfredo de Carvalho Rodrigues dos Anjos, Aprígio de Carvalho Rodrigues dos Anjos, Alexandre de Carvalho Rodrigues dos Anjos, Flávio Massa e Odiro y Pla Fernandes de Carvalho. Médico José Fernandes da Cunha Lima. Sacerdote: Mons. Manuel Maria de Almeida e Albuquerque. Militares: Generais Otávio Massa e Demóstenes Massa, Tenente Coronel Aviador Ormuz Rodrigues da Cunha Lima, Majores Levino Costa da Cunha Lima e Augusto Massa, Capitães Otaviano Massa, Cristóvão Massa e Adalberto Massa, Capitão Tenente de Marinha Manuel da Costa Cunha Lima. Arquiteto: Galdino Duprat Costa da Cunha Lima.

TETRANETOS — Bacharéis em Direito: José Maria Correia das Neves, Albertina Correia Lima, Alvaro Correia Lima (escritor), João da Mata Correia Lima (orador e jornalista), Delmiro Pereira de Andrade (também General de Divisão, condecorado com diversas medalhas pelo eficiente desempenho da investidura de comandante do 11º Regimento de Infantaria no «front» da Itália, na 2a. guerra mundial), Desembargador Leonardo Smith de Lima, Moisés de Almeida e Albuquerque, Luís de Almeida e Albuquerque, José de Almeida e Albuquerque, Bernardino de Almeida e Albuquerque,, Alberto de Almeida e Albuquerque, Helmano Odilon dos Anjos, Jorge da Silva dos Anjos, Eduardo Fernandes dos Anjos e Guilherme Augusto dos Anjos. Médicos: Francisco Pereira de Andrade, (também Coronel Farmacêutico), Anizio Henriques de Sá, Alberto Fernandes Cartaxo, Orlando Massa Fontes e Giovani de Oliveira Ratacaso. Engenheiros Civis: Otávio Correia Lima e Fernando Augusto de Oliveira da Cunha Lima. Agrimensor e Farmacêutico: Antônio Pereira de Andrade. Agrônomo: Moacir Fernandes Cartaxo. Engenheiro Químico: Luiz Carlos Oliveira da Cunha Lima. Farmacêutico Carlos Henriques de Sá. Odontólogos: Clarice de Andrade Belo, Alfredo Henriques de Sá, Gustavo Henriques de Sá, Mirocem da Cunha Lima e Augusto Carlos da Cunha Lima.

PENTANETOS — Bacharéis em Direito: Valdir Correia das Neves, João da Mata Pires Correia Lima, João da Mata Brandão Correia Lima, Alfredo de Souza Cruz, Maria de Lourdes Vinagre de Andrade, Hermano de Sá, Eurico de Andrade Fernandes, Robetohe de Holanda Sá, Válter Masson Pereira de Andrade (também Major). Bacharel em Ciências Econômicas: Celso Pires Correia Lima. Médicos: Neuza de Andrade Monteiro Falcão e Herul de Holanda Sá. Engenheiros Civis: Petrônio de Barros Mesquita, Edson Vinagre de Andrade e Newton Massa Pereira de Andrade. Químicos Industriais: Murilo de Oliveira Antonino e Beethoven de Holanda Sá. Agrônomo: Maurilo de Oliveira Antonino. Farmacêutica: Maria Carmen Mesquita Neiva. Militar: Major Rodin de Holanda Sá. Maestro: Gazzi de Sá.

Eis o perfil de um varão antigo que se não sobresaiu como intelectual ou detentor de cargos de relêvo na administração pública, impôs-se à estima e admiração dos coévos pela honradez, caráter e independência moral.

Justo é o culto de veneração que os descendentes tributam à sua memória.

JOÃO MAURÍCIO DE NASSAU GOVERNADOR DO BRASIL HOLANDÊS

Pe. Francisco LIMA

Em tôda a história do domínio holandês nas capitanias do norte do Brasil, a figura humana que mais se destacou por parte dos flamengo, foi o príncipe João Maurício, conde de Nassau.

João Mauricio, conde de Nassau Catsinelenboge e Dietz, do ramo de Dilemburgo, senhor de Bérlstein foi credenciado em 1637 Governador e Capitão-General do Brasil Holandês pelos Estados Gerais, pelo Supremo Conselho dos XIX e pelo principe de Orange, éste trio que orientava os negócios da Holanda e da célebre Companhia das Indias Orientais.

A prosápia do conde era de primeira ordem, pois a cepa dos Nassau originàriamente alemã, vinha das Cruzadas, estivera à frente do Santo Império Romano Germânico e se achava ligada por vínculos de próxima consanguinidade com a casa de Orange, que dirigiu os destinos da nação neerlandesa.

Adolfo de Nassau, lembra Barleus obtivera o cetro do Santo Império Romano Germânico após a morte de Rodolfo de Halbsburgo (1292).

Renato de Chalons e Nassau acrescentara à casa o principado de Orange.

Otão de Nassau transportara a casa de Nassau, no século XV, da Alemanha para os Países Baixos. Engelberto I e Engelberto II de Nassau engrandeceram-na na Holanda pelos seus feitos e conquistas.

João de Nassau, o avô do conde, era irmão de Guilherme de Orange, o Taciturno 1º Stathuder da Holanda e a princesa Margarida, genitora de João Mauricio era filha dos duques de Schleswig e Holstein.

Aportando ao Brasil no vigor dos seus 33 anos, pois nascera em 1604 e trazendo uma reputação militar formada na Guerra dos 30 anos, João Maurício de Nassau encarnava as mais fundadas esperanças da conquista no sentido de sua ampliação até a Bahia e até o extremo norte. Os cofres da Companhia das Indias precisavam abarrotar-se de ouro o mais depressa possível e a espada de João Maurício seria o «abre-te Sézamo» dêsse tesouro escondido no seio bárbaro do Novo Mundo.

João Maurício era, porém, além de soldado valente um espírito esclarecido, como diz João Ribeiro — «filho espiritual das universidades de Herborn, Basiléia e Genebra, onde se zelavam as tradições de humanismo».

Até que ponto, contudo, essas últimas qualidades seriam apreciadas pelo argentário do Conselho dos XIX, pelos Estados Gerais, pelo próprio Príncipe de Orange?...

Talvez sómente como uma aptidão mais positiva para iludir a bugrada do Brasil e os recalcitrantes lusitanos com um maquiavelismo doirado de cultura e tolerância, mais intimamente primitivo e cúpido, extorsivo e desumano.

Para historiadores menos avisados a consequência imediata dêsse humanismo superior de João Maurício fôra a tolerância religiosa — «a mais larga tolerância religiosa» na expressão de João Ribeiro, que fala de católicos com plena liberdade de culto, de procissões a percorrerem com esquisito esplendor as ruas do Recife, de celebrações pomposas dos SABBATH judeus.

Focalizando o espírito liberal de João Maurício, os seus sentimentos de justiça, de tolerância, de clemência, Rocha Pombo conclui — «é uma figura que se destaca nitidamente na sua época e que fica singularmente estranha mesmo entre os de sua própria raça».

A aura de simpatia que João Mauricio conquistara entre os lusos, entre os próprios bugres, constitui o efeito bem lógico dessas virtudes tão excelentes e tão raras num homem de Govêrno.

A tolerância, contudo, a muitas vêzes assoalhada tolerância religiosa de Nassau é apenas uma figura de retórica, descobrimos nós, quando mergulhamos com certa profundeza na história real do seu Govêrno, quando penetramos os fatos, verificados na colônia durante aqueles oito anos dicisivos para os destinos da dominação holandesa em nossa terra.

E a fonte de onde partimos para negar a tolerância em apreço é a fonte insuspeitissima de um apologista de João Mauricio, o ditirambico Gaspar Van Baerle poeta e humanista holandês, que por encomenda do mesmo João Mauricio escrevera a narração erudita e circunstanciada dos seus altos feitos no Brasil.

Gaspar Van Baerle merece, aliás, escusa pelo cunho louvaminheiro do seu trabalho escrito num latim que não prima pela correção e muito menos pela clareza.

Estava-se em pleno seiscentismo gongórico em pleno seiscentismo cultivista e concentualista. O herói teria que sofrer a comparação, forçada que fôsse, com os seus êmulos das grandes campanhas clássicas da Grécia e de Roma, do Egito e da Assirio Babilônia. A mitologia teria que entrar em ação, viesse ou não viesse AD REM, com os raios de Vulcano, com o salso domínio de Netuno, com as tempestades eólias, com as mavórticas arremetidas.

A História de Barleus foi contemporânea do «Valeroso Lucideno» e do «Castrioto Lusitano», em que Frei Manuel Calado e Frei Rafael de Jesus, respectivamente, endeusaram João Fernandes Vieira, o crioulo da Madeira que chefiou a insurreição pernambucana.

A História de Barleus ficou a meio caminho entre a «Prosopopéia» de Bento Teixeira Pinto, exageradissima apologia do Capitão-Mor Jorge de Albuquerque, e a «História da América Portuguêsa», representação máxima daquilo que bem poderiamos chamar no Brasil o ufanismo setecentista.

Pois é Gaspar Van Baerle que com todos os seus intuitos sistemática-

mente laudatórios quanto ao Conde registra esta maravilha de tolerância religiosa que cortava os laços entre os fiéis da conquista e os seus chefes espirituais na Bahia, não permitindo que da Bahia viessem visitadores às paróquias das capitanias conquistadas. Tolerância que não tolerava a renovação do clero regular, proibindo a substituição dos religiosos falecidos por outros novos. Tolerância que cancelava a verba do Estado para a manutenção do culto, sob o pretexto de que a despesa com a guerra nenhuma margem deixava para isto.

Está em Barleus que todo presbítero que desejasse viver sob o domínio holandês teria que prestar juramento de fidelidade ao Conde e ao Conselho; que quem se casa, se sendo celebrante do ato presbítero, sofreria pena de exílio e multa de 300 florins; que ficava proibido o culto público católico nas ruas e estradas .

Os judeus por sua vez não podiam construir sinagogas, não podiam consorciar-se com mulher cristã, não podiam propagar o seu credo...

Não discutimos as razões desta intolerância, mas não vemos como chamar-se em boa lógica, tolerância a esta intolerância, no exercicio arbitrário de uma semântica impossivel.

E' ponto pacifico na História o progresso da conquista no consulado de Nassau, são inegáveis os triunfos bélicos políticos e diplomáticos do Conde, que aliava à estrategia do general, o tino esclarecido do estadista e o cavalheirismo generoso do GENTLEMAN.

A cidade Mauricia com seus soberbos palácios de VRIJBURGO e SCHOONZIGT, suas pontes e piscinas, seu observatório astrônomico, seu conselho de sábios e seu cenáculo de artistas, seu tribunal de justiça à inglesa e sua câmara de escabinos, tudo isto é obra de Nassau. Tudo isto oferece argumento a muita gente em favor da colonização holandeza, e num saudosismo choroso os admiradores de Nassau exclamam: «Ah! se os holandeses tivessem prosseguido a sua obra no Brasil! Outros seriam os nossos destinos!...

Certamente ignoram êsses partidários da colonização batava que as colônias holandesas sempre estiveram em plano inferior às colônias de outras metrópoles; que os Maurícios de Nassau eram rarissimos entre os colonizadores flamengos; que a obra de Nassau foi mal vista pelos altos conselhos da Holanda tanto que o Príncipe se retirou desgostoso da conquista em 1644; que o comum entre os colonizadores holandeses, era o argentário sem coração, o ganancioso impenitente, o contrabandista e o pirata insaciável que só visava enriquecer-se às custas dos míseros indígenas.

No seu testamento diz João Fernandes Vieira: «Também me são devedores (os flamengos) de quase cem mil cruzados que no decurso de oito ou nove anos lhes dei por remir minha vexação e por segurar a vida de suas tiranias, de feitas e dádivas a todos os governadores e seus ministros e com grandiosos banquetes que ordináriamente lhes dava pelos trazer contentes» (Capistrano de Abreu em «Capítulos de História Colonial»).

Com a saída de Nassau, escreve João Ribeiro, o govêrno do Brasil holandês passou às mãos inábeis e agrestes de três ávidos merceeiros que inauguraram o regime da intolerância, do arbitrio e das vexações pecuniárias» (João Ribeiro — «História do Brasil»).

O próprio Nassau testemunhava fazer o português «mais caso de cortesia e bom tratamento que de bens», ao contrário da gente da Holanda que ti-

nha «o dano da fazenda maior que o da própria vida». (Rocha Pombo — História do Brasil»).

E o mesmo Nassau não abria exceção à regra. «Em limpeza de mãos escreveu Capistrano, ficou (João Mauricio) infinitamente abaixo de Matias de Albuquerque: está provado seu conluio em contrabandos com Gaspar Dias Ferreira, que, como era natural o logrou, no ajuste das contas, feito em Holanda, quando o Principe já não governava» (Capistrano de Abreu — «Capítulos da História Colonial»).

De qualquer modo, porém, aprendeu o Príncipe quanto entravava a sorte da colônia o argentarismo dos seus chefes, a ganância dos seus patrícios, as vexações com que flagelavam o povo, a intolerância e desumanidade com que tratavam os que resistiam a tamanho despotismo.

As normas de govêrno que deixou para os seus sucessores concretizam-lhe a nobreza dos sentimentos, o apurado da educação política, a solidez da experiência administrativa.

Registremos algumas destas normas extraídas da já referida obra de Barleus RERUM PER OCTENNIUM IN BRASILIA:

«Não exacerbeis os portugueses. Não será fácil reprimir uma sedição promovida por desesperados, porque êles julgam o desprezo dos perigos e a ousadia o remédio dos males presentes».

«A verdadeira grandeza e potência dos reinos não se mede pela sua extensão e latifúndios, mas sim pela facilidade, benevolência e respeito dos súditos.»

«Os portuguêses tratados, duramente serão cobras no meio de vós».

«Não imponhais novos tributos às províncias. Eles perturbam a paz dos súditos mais pela cobiça dos exatores do que pela relutância daqueles em obedecer".

"Tosquiai mas não esfoleis êste rebanho, porquanto êle é dotado de razão e com estas demasias se torna turbulento e feroz".

«Que os senhores de engenho sejam tratados mais moderadamente quanto às dívidas, em atenção às incertezas da safra a qual às vezes lhe nega a expectativa.»

«Medidas extremas como o embargamento dos próprios bois, instrumentos de trabalho, depois as terras e a prisão do devedor não desejo que sejam tomadas".

"Cassai as penas impostas nos decretos anteriores, concedei perdão das infrações cometidas antes, condenai os abusos dos escultetos e cerceai-lhes as faltas e os pretextos de extorquirem. Assim o povo aplaudirá».

«Moderação no trato dos negócios eclesiásticos. E' preferível tolerar com ânimo sereno os dissidentes PRO BONO PACIS. Cada qual ame a religião que bebeu nos tenros anos e se aferrou a ela.

«Que conservem (os brasileiros) os seus sacerdotes e o govêrno da igreja que receberam dos seus antepassados.

«Ladrões e saqueadores de fazendas, inimigos do gênero humano e da salvação pública devem ser escarmentados com os suplícios mais rigorosos para não arruinarem tôdo a fortuna do povo".

"Não recomêndo, todavia muito as torturas. Com elas extorquireis tanto verdades como falsidades e não sòmente sujeitareis inocentes à suspeitas mas também os perdereis..."

"E' claro que os procônsules flamengos de mentalidade tão distanciada da mentalidade do Príncipe, fizeram ouvidos de mercador aos seus conselhos, e a conquista rolou de água abaixo depois de destroçada pelo desespero de um povo oprimido nas encostas do monte das Tabocas, nas fraldas dos montes Guararapes.»

João Maurício tinha razão.

Depois lamentaram como carpideiras os holandeses o "Brasil desamparado" pelos supremos argentários do Conselho dos XIX — lamentaram a troca da conquista tão rica e tão formosa pela bagatela de cinco milhões de cruzados (Paz de Haya).

Mas era fatal.

EPITÁCIO PESSOA

Otto PRAZERES

O Instituto do Livro vem de distribuir o primeiro volume das Obras Completas de Epitácio Pessoa, constante dos discursos parlamentares. A oratória do grande paraibano, na forma e na riqueza dos argumentos, encantou desde logo os constituintes de 1890, ao ponto de lhe dar imediatamente a alcunha sonora de *Patativa Paraibana*. Ficaram os pares admirados que um tão jovem Deputado se apresentasse já armado de cavaleiro, manejando ora as pesadas duridanas de tempos idos, ora delicados floretes, tão elegantes quanto perigosos.

Em geral, o êxito da oratória de certos oradores está frequentemente, em atributos materiais: — presença na tribuna, simpatia da figura, gestos apropriados e voz que faz o efeito de música suave. Ausente tudo isto, os discursos perdem o sabor ou se apresentam despidos da sua indumentária mais atraente. Na leitura os discursos de Epitácio Pessôa não perdem nenhum dos seus encantos, porque a forma é magnifica e o recheio de substância.

Desejo, porém, apenas salientar aqui não êsses discursos, porém um dêdo revelador, um simples dêdo da sua ação parlamentar, primeira manisfestação do seu pensamento, do seu feito, do seu perfeito senso jurídico na grande Constituinte que traçou a primeira Carta Política do Brasil Republicano.

O Marechal Deodoro da Fonsêca havia mandado à Assembléia Constituinte uma mensagem em que se continha um trecho em que afirmava: "Entrego a essa Assembléia, soberana, os destinos do país".

Essa frase do proclamador da República, Chefe do Govêrno Provisório, era perfeita e justa, por que na obra do constituinte estariam os destinos do Brasil, porquanto êsses destinos dependiam de perto da constituição que fôsse votada, do sistema governamental, em detalhes que fôsse aprovado, porque são as constituições — como é bem o sentido — que traçam a orientação política das nacionalidades.

O futuro estava, pois nas mãos dos legisladores que íam traçar a primeira carta do Brasil Republicano.

Grande parte dos constituintes, porém, enfunaram-se com o dito contido na mensagem de Deodoro e entenderam que este passava o Govêrno administrativo da República à Assembléia Constituinte.

Apareceram, então, moções em que a Assembléia se declarava à frente

do Govêrno, de tôda a administração, afastando, portanto de fato, e de direito o Govêrno Provisório.

Homens do maior respeito, sinceros, apoiaram a moção que tal dizia, inteiramente ausentes da realidade e não vendo a impossibilidade de um país ser dirigido por um corpo legislativo de mais de duzentos e cinquenta componentes, isto é, um *Colégio*, que nem mesmo pelo Sr. Castilho Cabral seria aceito.

Os debates sôbre a moção declarando que a Constituinte assumiria o Govêrno do País foram animados e, por vêzes, bem apaixonados.

Foi nessa ocasião que Epitácio Pessôa, pela juventude lembrando Jesus entre os doutores... manifestou a sua opinião mandando à Mesa a seguinte declaração de voto:

"O Congresso, convocado pelo único Poder Legislativo então existente para votar a constituição e eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República — tem apenas o poder constituinte, o Govêrno que baixou aquele decreto não devia renunciar os seus poderes nas mãos de uma assembléia que não era competente para recebê-los, desde que fôra eleita tão sómente, em seu primeiro período, com faculdade constituinte. O Congresso não está de posse de todos os poderes, como diz a moção: tem apenas o constituinte e, por isso, não tem que fazer delegações; deve limitar-se a não aceitar a renuncia feita pelo Govêrno".

Deodoro, como fizemos ver acima, não havia *renunciado ao Govêrno*, como era interpretada por muitos constituintes a frase de que entregava ao Congresso os *destinos do país*, mas isto não diminui a declaração de voto do grande Epitácio Pessoa que, embora muito jovem e ardoroso, combatente, atirou no debate forte pitadas de bom senso.

Foi êste o primeiro e o mais importante traço iniciante do retrato do paraibano como homem público, como jurista e como político.

Não há dúvida que os discursos parlamentares ajudam magnificamente a descobrir o colorido da figura, porque Epitácio Pessôa provou durante tôda a sua vida política que êsses discursos foram seus mesmos, no fundo e nafórma, muitos improvisados na tribuna, no mais aceso dos debates, sem intervenção alguma posterior de amigos ou de hábeis redatores de debates.

Mas nenhuma dessa orações prejudicou a qualidade de declaração de voto como iniciante da sua ação de grande figura parlamentar.

A MÚSICA DOS CAIXEIROS

Cotas para a história dos nossos conjuntos bandísticos

J. Veiga Júnior

Surgiu a MÚSICA DOS CAIXEIROS, aí por volta de 1901, de remanescentes do antigo «Clube Euterpe». Uma borrascasinha agitara a vida social do último, do que resultou o seu inevitável aniquilamento.

O «Euterpe», como o «Astréia», demorava à rua Direita. Êste, no prédio em que hoje se encontra a Delegacia Especial de Investigações e Capturas; o outro, num velho sobrado que cedeu lugar ao edifício onde se acha a Loja Maçônica «Regeneração do Norte».

Vizinhos os dois grêmios, não seria tarefa árdua para o dr. Eugênio Toscano de Brito e o comendador Antônio dos Santos Coêlho, elementos de escól do «Clube Astréia», entrar em entendimentos com os diretores da associação convulsa em ordem a que o instrumental abandonado, saindo por uma porta e entrando por outra, viesse a dar animação e movimento aos saráus da mais antiga associação recreativa da cidade.

E assim se fez. Adquiridos os instrumentos, não foi difícil achar quem os manejasse. Sucedeu ainda que a adesão de elementos do próprio «Euterpe» precipitasse a formação do bisonho conjunto. O Clube Astréia adextrou-o, fardou-o e batizou-o. Batizou-o, é claro, com o próprio nome.

O povo, no entanto, jamais se acostumou com aquelas iniciais «C. A.» em metal branco, que os músicos traziam cosidas à gola das túnicas. Por toda a gente a banda foi apelidada, a muito contragosto dos seus componentes, de MÚSICA DOS CAIXEIROS.

Aliás, a denominação viera da charanga do «Clube Euterpe», assim igualmente conhecida.

A razão estava explícita: os rapazes, na sua maioria, provinham do comércio.

O fato, porém, é qua mal o popular conjunto desembocava de uma esquina, brados pressurosos explodiam das janelas para o interior das casas:

— Minha gente, lá vem a MÚSICA DOS CAIXEIROS!

E sôbre peitoris, debruçavam-se moças, crianças e serviçais. Gente que só sabe ouvir música com os olhos...

A verdade é que, apertados nos dolmans azul-ferrete, com três ordens de botões sôbre alamares, bonets cingidos por torçal dourado, quase só se viam,

ali, caixeiros: Era o Chico Navarro, alegre e anafado, a soprar num longo clarinete de ébano; Manuel da Cunha, bigodes frisados, a arrancar agudos a uma requinta; Miguel da Rocha, Nestor Modesto, Eduardo e Hermilo Cunha, canhestros e suarentos, às voltas com trombones e trompas; Avelino Cunha, arcando sob o pêso de um hélicon que se lhe enroscava pelo busto; João Barbosa a equilibrar, sobranceiro, o seu escandaloso oficleide; José Lisboa, fazendo trilar a sua mágica flauta de prata; Sebastião de Paiva, cujas respeitáveis bochechas reclamam um bombardão, a sovar rotundo zábumba; Coriolano de Medeiros, sisudo e grave pratilheiro, a abafar a ressonância estridente dos dois discos de bronze que lhe tocam por sorte; Chico Paiva, a tanger, paciente, um instrumento exótico, hoje, proscrito dos conjuntos bandísticos, a que chamavam de carrilhão, e donde pendem dois ornatos vermelhos semelhantes a espanadores.

Os demais músicos derivavam das repartições públicas, das oficinas, do Quartel do 27º Batalhão e até do Liceu Paraibano.

Vamos apontá-los, ao sabor da memória: Zézé Aristo e Idalino Montezuma; dois vigorosos bombardinos; os cinco filhos do dr. Eugênio: Augusto, Felizardo, Luciano, Raul e Renato Toscano, a dedilharem as teclas de clarinete, trompa e piston, sendo que o último, de baquetas em punho, zurzia modesto tambor; o Renato Freire (Sussú) e o mano Ernesto davam conta de um sax e de uma trompa; João Raposo, Queiroz e José Tolentino de Paiva, esforçados virtuosos do clarinete; Francelino Távora, Antônio Muniz e Benedito Silva, no trombone, no sax e no piston, honrariam qualquer fanfarra.

A pancadaria nunca pôde ter figurantes certos. Como no jôgo do solo a quatro, havia «garranchos». Eram êles: Claudino Moura, Espiridião Silva e Armand Norat.

Como se vê, a banda, um composto de elementos tão heterogêneos, harmonizados, a princípio, pela batuta habil do Manuel Meneláu, 1º sargento do 27º Batalhão e, logo mais, sob a regência de Camilo Ribeiro, estaria fatalmente, condenada à morte.

E' mesmo provável que o festejado 2º sargento contra-mestre do Batalhão de Segurança, previsse o desfecho que afinal sobreveio.

Sem embargo, a corporação colheu não insignificantes louros. Aplaudida nas retretas domingueiros do Jardim Público; vitoriada no páteo da festa das Neves, em cujas passeatas dava a nota, a **MUSICA DOS CAIXEIROS** fez época na cidade pobre de diversões. Chegou mesmo a mergulhar fundo num repertório clássico. Verdi teve ali os seus herois; Carlos Gomes, interpretes eximios. E' bem verdade que, num intervalo do Rigoleto, ecoava também uma polca de Frederico Norat e, de permeio com o «Guarani», não seria raro ouvir-se a famosa valsa «Lamentos de um proscrito».

Pormenor importante: um dos bons solistas da charanga mal dispunha de u'a mão — a sinistra. Lembramo-nos de certa noite em que, num solo magistral, executou, no páteo das Neves, a «Beatriz di Tenda». Brilhou. Não era canhoto êsse bombardino de fôlego; mas, simplesmente aleijado da mão direita. Esqueceu, porém, o manejo das chaves do instrumento predileto, à fôrça de lidar com outras chaves — as do Tribunal de Justiça, donde veiu a ser porteiro. Quem não conheceu o Zezé?.

Como aliás se previra, teve a fanfarra vida efêmera. Renteou-lhe a mar-

cha boa dose de rivalidade, aliada a uns tantos preconceitos fáceis de adivinhar. Ressalve-se, contudo, o esfôrço de Camilo Ribeiro, regente original, que não tocava nenhum instrumento porque tocava todos: era o suplente compulsório do músico faltoso.

Organizado com tanto entusiasmo, veio afinal o simpátizado conjunto a desaparecer em 1903, poucos meses antes da morte do seu mais ardoroso animador: Eugênio Toscano.

E nunca mais soaram os acordes daquele dobrado vibrante a que os moradores da rua Direita estavam habituados a ouvir, tôda a vez que a banda rompia a marcha. Dobrado que sagrava o nome de um bravo da campanha federalista, morto, em 1897, nas emboscadas de Canudos: «Coronel Tompson Flores.»

MISTÉRIO DOS TREMORES DE TERRA

F. CHEDI

O terrível tremor de terra de Orleansville fêz renascer no coração dos homens velho receio há muito olvidado: não corre perigo tôda a Humanidade? Podem continentes desaparecer como outrora a Atlântida?

Geofísicos, interrogados, responderam:

— Não existe perigo imediato. A Terra continuará...

Mas, na realidade, ressentem certa apreensão. Nunca os abalos sísmicos foram tão numerosos como nos últimos anos. Desde 1950, verificaram-se 17 tremores de terra extremamente violentos que provocaram a morte de mais de 10.000 pessoas. Os mais importantes foram os de São Salvador (1951): 1.000 mortos; do Iran (1953): 600 mortos; da Cefalónia (1953): 456 mortos; de Orleansville (1954): cêrca de 1.200 mortos. Quase em cada vez, essas catástrofes tiveram lugar em linhas bem definidas que rodeam o globo; essa uma das razões da inquietação dos cientistas: procuram descobrir se a Terra não atravessa nova crise de crescimento, análoga a de outras eras durante as quais surgiram os Alpes, o Himalaia ou excavações de oceanos.

A TEORIA CLÁSSICA

Primeiro que tudo, qual a origem dos tremores de terra?

A ciência, a êsse respeito, limita-se a enunciar teorias.

A teoria clássica é a de que, sob fina camada terrestre, o globo é constituído por uma massa de rochas e metal em fusão. De tempos a tempos, desmoronamentos verificam-se nessa massa. Os abalos provocados repercutem-se, até a superfície e dá causa aos sismos.

Outra escola de cientistas — em particular o célebre abade Moreaux — é de opinião que os tremores de terra têm como origem fenômenos elétricos. O volume da terra varia segundo a carga elétrica que suporta. O verão, o sol, que a bombardeia de electrons, comunica-lhe uma carga diminui (à noite e no inverno), a terra contrai-se. Essa contração é acompanhada de violentos abalos na camada da superfície terrestre. Em refôrço dessa tese: os tremores de terra produzem-se, mais frequentemente, à noite e depois de um período de forte calor.

Terceira teoria atribui os tremores de terra a fenômenos de gravitação e atração interplanetários. O globo não é uma perfeita esfera. Apresenta, ao nível do equador, uma elevação. A lua — satélite da terra — exerce, nessa

elevação, uma atração superior a que exerce em outros pontos do globo. Essa elevação tem tendência em separar-se. Em sua linha de ajustamento com o globo, exerce colossal tração. Essa linha segue, aproximadamente pelo 35 g paralelo e é neste paralelo que se verificaram alguns dos mais violentos abalos de terra da história: os de São Francisco de Cefalônia, da Turquia, do Iran, do Tibete, do Japão; hoje, a de Orleansville. Em suma, todos os países situados sôbre o 35.o paralelo seriam predispostos aos tremores de terra.

Esta teoria parece exata, não sómente no que diz respeito ao hemisfério norte, como acabamos de ver, como para o hemisfério sul. O 35.g paralelo sul passa, com efeito, pelo Chile e a Nova Zelândia, outras regiões sujeitas a sismos.

Quarta teoria atribui a existência dos tremores de terra a um processo químico. Os adeptos dessa teoria constataram que os sismos verificavam-se freqüentemente nas proximidades do mar. Segundo êles, produzem-se infiltrações na camada terrestre. A água dos oceanos entra em contacto com o núcleo em fusão que constitui o centro do globo. Em alta temperatura, a água desagrega-se. Verificam-se reações químicas acompanhadas de explosões que repercutem à superfície.

O QUE MAIS INQUIETA OS CIENTISTAS

Todos êsses fenômenos — conhecidos ou conjecturados — nada têm de muito tranquilizador. Mas, o que mais inquieta os cientistas, é verificarem-se os tremores de terra quase sempre como acima dissemos, segundo linhas bem definidas. Essas linhas são em número de quatro e tudo parece suceder como se a camada terrestre estivesse a ponto de entreabrir-se em quatro partes.

Em primeiro lugar, existem as duas linhas do 35.o paralelo norte e sul. Em seguida, as linhas Montessus.

Montessus de Ballore é um cientista francês do início do século. Depois de ter organizado uma estatística abrangendo 159.781 tremores de terra, concluiu que êsses se produziam segundo dois círculos rodeando a Terra. Um dêsses círculos passa pela Venezuela, Lisboa, Messina, a Cefalônia e termina no Pacífico. O outro passa por Valparaiso, São Francisco, Tóquio e o Anão.

As linhas Montessus atravessam em vários pontos o 35.o paralelo. Em suma, iniciadas em diferentes bases, as duas teorias reúnem-se. Parecem confirmar-se mútuamente.

Se as quatro linhas são exatas de acôrdo com as teorias, estas linhas traçam os contornos dos futuros continentes.

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA IGREJA DO BOM JESUS

Olivina Carneiro da Cunha

É, neste templo harmonioso, em que entre incenso e flores, entre luzes e preces entre o amor e o perdão, a virtude e os cânticos sagrados que elevamos nossa alma, ao bom Deus e a oferecemos em holocausto pela glória de nossa crença católica.

Deus, esta palavra, esta doutrina, sublimando a humanidade, é um sol esplêndido, é um sol eterno, fonte de verdade e de amor.

Voltando ao passado, vemos um pequenino templo entregue ao abandono, chorando, à voz do seu plangente bronze, as tristezas de uma cena extraordinàriamente, lúgubre que, alí, se desenrolara.

Deixemos baixar uma cortina espessa, sôbre êsse acontecimento assombroso e tétrico.

Era bem alí, no meio das trincheiras que deram o nome ao arrabalde, que se elevava, naquela época longínqua, a igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios.

Foi esta edificada pelo govêrno de então, nos últimos dias do século XVIII ou, segundo outros historiadores, no comêço do XIX, para a sede da Confraria do Senhor Jesus do Bom Fim, funcionando, naquele místico recanto, a classe militar, pelo órgão dos seus capelães.

Quando os jesuitas, em 1759, foram expulsos da Capitania, a igreja do Colégio que ficava junto ao palácio presidencial, foi abandonada.

Em 1823, a Confraria solicitou à Sua Majestade Imperial, a graça de obtê-la, o que lhe foi concedido no ano de 1828.

A 29 de julho de 1829, a Confraria dos militares, existente no velho templo do Bom Jesus, tomou posse da igreja do colégio, deixando entregue ao esquecimento a capela das Trincheiras.

A irmandade do Bom Jesus, aproveitando a ótima oportunidade, resolveu, por sua vez, pedir aos poderes imperiais, a concessão da mesma, para se estabelecer alí.

A petição foi encaminhada pelo presidente da província, dr. Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, levando a assinatura do procurador da Irmandade. Em breve tempo, foi concedida à referida Confraria, o uso e a administração da igrejinha.

Era de impressionar a pobreza do templo! Paredes enegrecidas pelo rigor das intempéries, sustentando um fragílimo campanário, morada de aves

agourentas, era tudo que restava dêste reduto de fé, onde, em um tosco altar, se via u'a imagem coroada de espinhos, tendo a seu lado instrumentos de suplício, a relembrar os que foram destinados ao grande Mártir do Gólgota.

Apenas, o silêncio marcava, nos quadrantes do tempo, os ensinamentos bíblicos e os atos de fé, alí, não realizados.

Anos e anos decorreram. Respeitaram a igreja por ser considerada um monumento histórico, uma vez que, em frente à mesma, foram expostos os membros de inolvidável paraibano José Peregrino de Carvalho, o vulto majestoso, o mártir da Independência, figura central da revolução de 1817.

O abandono alí construira seu ninho; e triste era de ver o matagal a crescer-lhe ao redor! Pedras informes e negras, onde, por noites enluaradas, seresteiros se reuniam para fazer as suas serenatas ao som de maviosos pinhos, notavam-se aos lados do monumento, como uma atestado inconcusso do descaso a que fôra votada a casa de Deus.

A indiferença engendrou a atonia, e esta inércia moral e espiritual teve seu alastramento de cinzas, no espírito religioso dos trincheirenses, naquela época.

Algum tempo depois, um sôpro de cristandade bafejou aquelas almas alheias aos ensinamentos divinos e o espírito adormecido, até então, voltou-se para aquêle ponto entregue à apatia e onde, nossa sociedade hodierna, vem beber, a longos tragos, a civilização cristã. Já se ouvia, então, o badalar dos sinos a afugentar os mochos dos beirais de templo e a chamar raramente, os fiéis ao culto.

Deram-lhe portas e uma lâmpada de cobre que, pendida na vetusta nave, deixava escapar fugitivos e pálidos clarões que, timidamente, iam beijar a efigie do Bom Jesus.

Vez por outra, pretas velhas reuniam-se alí, para rezar o terço às almas, à Senhora do Rosário, à senhora das Dores ou a Santo Antônio.

A Irmandade, constituida por homens de côr, tendo, à frente, o João Mãozinha comparecia apenas aos enterramentos dos irmãos ou às procissões da Semana Santa.

Era muito, mas era um leve despertar, o indício de que o Bom Jesus dos Martírios já não se achava tão esquecido como outrora.

E decorrido mais algum tempo, houve uma transformação sobrenatural. Volveram-se os olhos para essa igrejinha humílima. Os trincheirenses, tomados de um vivo espírito religioso, voltaram-se para a luz de tôdas as ciências para a esperança de tôdas as almas, para a eterna verdade.

Agora, as portas do templo se abrem constantemente; o incenso em espirais sobe até o altar de Jesus, e os círios vêm reforçar a luz de azeite a bruxolear tristemente.

A visão de Deus não pode ser fixada diretamente, porque deslumbra como o sol; é luz que transfigura nossas almas e vaporiza nossa lágrimas. Os trincheirenses, porém, foram irradiados por essa luminosidade e, desde então, o templo começou a surgir entre as trevas densas que o envolviam.

Quando o primeiro bispo, D. Adauto de Miranda Henriques, aqui chegou, coincidiu que veio fixar residência no palacete do Barão de Abiahy, situado no mesmo arrabalde onde se elevava o pequenino templo católico. Logo, para êle, dirigiu as suas piedosas vistas o digníssimo antístite e, depois, passa-

ra a ter a referida igreja uma capelania. Esta instituição incrementou de tal modo o serviço religioso, que, em pouco tempo, era grande a realização do ofício divino.

O primeiro capelão, padre Álvaro César, sacerdote virtuoso, trabalhador e inteligente não poupou esforços, para que o templo que lhe fôra confiado, se revestisse de nova roupagem. Assim é que pôde, com a sua grande atividade e auxílio de alguns católicos, construir dois altares laterais e reformar o altar mór.

Era encontrado, constantemente, na igreja, atendendo a chamados do ofício e assistindo aos serviços materiais, que exigia a extrema pobreza do templo. Organizou um côro que ficou sob a direção de senhorinhas do bairro e conseguiu um órgão para acompanhar os hinos em louvor a Deus. E era impressionante de ouvir nas noites de maio, cravejadas de estrêlas, o sino a tanger alegremente, convidando os fiéis para o culto à Virgem Mãe. Padre César foi substituído pelo sacerdote Pedro Anísio Dantas que continuou a obra de evangelização iniciada pelo seu antecessor, com o mesmo entusiasmo e a mesma dedicação.

No ano de 1913, era elevada a capelania à paróquia que tomou o nome de Matriz de Lourdes. Começa, então, uma nova fase de desenvolvimento; é nomeado pelo Exmo. Revdo. D. Adauto, vigário da freguesia, o padre Manuel de Almeida. Aceita o encargo e com êle os trabalhos mais penosos, gotejando aqui e ali, filtros de vida cristã, gemendo preces, distribuindo bençãos, dissipando a ignorância, destruindo discórdias, matando a fome e curando chagas morais.

A devoção à Nossa Senhora de Lourdes tomou vulto e eis que desperta a idéia da construção de uma gruta ao lado da igreja do Bom Jesus. Iniciados os trabalhos, todos os trincheirenses levaram o seu óbulo para auxiliar o empreendimento. Enfim, chega o dia tão ansiosamente esperado; e, em uma tarde pródiga de beleza e suavidade, com enorme comparecimento de fiéis, é inaugurado o monumento e dado à Virgem de Lourdes um lugar de honra no altar mór que passou por uma ligeira modificação.

Dia e noite, víamos o pároco devotado e infatigável, implorar, mendigar auxílio para a sua igreja. E com um trabalho insano, consegue ampliar o templo e dar-lhes uma outra feição. Constrói-lhe um altar central, organiza sociedades e congregações religiosas para homens, mulheres e crianças; funda uma escola paroquial e um jardim de infância, desenvolve o catecismo e incentiva fé e o amor a Jesus.

E tudo isso para ensinar a crer e a orar, anodinando-lhes as mágoas, pondo-lhes à cabeça o farol da inspiração divina e, nas mãos, o cofre da caridade cristã. Vigilante nos âmbitos do lar doméstico, para que a educação das crianças seja guiada de modo que, no futuro, se tornem mensageiras e dispenseiras do bem.

Trabalharam ainda, nesta paróquia, os padres Francisco Freire de Andrade que depois foi secretário do Cardeal no Rio de Janeiro e Mons. José Tibúrcio, nome de volume não só no sacerdócio como no magistério.

AS PRIMEIRAS RUAS DE JOÃO PESSOA

Coriolano de MEDEIROS

A Capital da Paraiba começou a ser fundada por Martim Leitão, à margem direita da Sanhauá, em 4 de novembro de 1585, três meses depois da celebração do tratado de paz e amizade, entre os tabajaras e os portugueses. A primeira rua ergue-se no local hoje ocupado pelo Colégio das Neves. Defronte, no alto, situaram a igreja matriz. Desta, para o sul, o mosteiro de São Bento, isto é, N. S. do Monte Serrat, foi o início de uma rua, a segunda, que recebeu o nome de Rua Nova. O burgo cresceu. Sete anos depois já se revelava considerável, apresentando os lineamentos de dois bairros, alto e o do sopé da colina. Uma praticável via de comunicação, tornou-se imprescindível entre ambos. Além disto, o fisco precisava postar-se com a Alfândega e um grande armazem para mercadorias, vizinho ao pôrto, bem defronte da igreja de São Pedro Gonçalves que lhe ficava a cavaleiro, como ainda hoje.

A primeira ligação apreciável entre a cidade alta e o Varadouro, partia da extremidade meridional da Rua Nova, inclinava-se para a Ladeira das Pedras, a meio desta se curvava, continuando pelos declives onde agora estão as ruas Barão da Passagem e Visconde de Inhaúma, até sair no largo da Alfândega. Ao longo desta estrada, foram em secções, aproveitando os terrenos mais amplos, erguendo habitações, formando uma via, que, na época, deram o nome de rua do Varadouro. Também defronte do porto se construiram vários prédios assobradados servindo de moradia e estabelecimentos comerciais.

Mas a estrada primitiva, da rua do Varadouro, apresentava o inconveniente de trechos em rampas fortes, dificultando o transporte de madeira e mercadorias para embarque. Estudaram um traçado melhor. A cidade alta se abastecia nos poços ou cacimbas cavadas nas proximidades do Sanhauá. Uma estrada foi aberta a partir da Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos, assentada no ponto agora ocupado pela praça do Relógio. Essa estrada, a que os antigos chamavam Caminho das Cacimbas, descia quase em linha reta dando origem depois, às ruas do Fôgo e das Flôres. O traçado da carroçavel via projetada, partia do Caminho das Cacimbas bifurcando-se para o norte de maneira que é atualmente o lado setentrional das praças Aristides Lobo e Pedro Américo, rua Maciel Pinheiro, entroncando-se na rua do Varadouro. Como por ela é que subiam e desciam os carros conduzindo madeiras e mercadorias pesadas, deram-lhe denominação, que alcançou nossos dias, de Estrada do Carro, nome que bem poucos sabem datar de mais de trezentos anos!

A Estrada das Cacimbas ia terminar num pequeno ancoradouro, formado por uma camboa, prolongamento do ribeiro que brotava dos mananciais mais tarde coletados para a Bica do Gravatá, obra d'arte criminosamente soterrada.

Chamaram Portinho, ao pequeno surgidouro, e a ruazinha que a leste lhe ficava defronte, recebeu o nome do aludido ancoradouro.

Assim: a Estrada do Carro, atual Barão do Triunfo, a rua da Areia, o caminho das Cacimbas, rua Nova e lado ocidental da praça D. Ulrico, datam dos primeiros dias da metrópole paraibana.

Edifício-sede do I. H. G. P.

SILVINO DE MACEDO, O MARTIR DA IMBIRIBEIRA

A. Cesar de OLIVEIRA

NARRAVAM os nossos avós, que um filho do fazendeiro Cel. Manuel Nunes, de nome José de Macedo, tinha uma «amizade» bastante íntima com uma escrava do Fundador de Picui — José Ferreira de Macedo, de nome Benta Maria da Conceição, sendo de cor branca.

Dessa união ilícita nasceu, no dia 14 de agosto de 1871, na casa n.º 9 (hoje um sobradinho) da atual Praça João Pessoa, em Picuí, uma criança do sexo masculino, a qual foi anotada na paroquia de Nossa Senhora das Mercês, de Cuité, recebendo na pia batismal o nome de SILVINO, mas batisada nesta igreja de ordem de Benta.

Vejamos portanto, a transcrição para aqui, da sua certidão de nascimento, que nos foi enviada pelo Vigário daquela Freguesia:

«Certifico que revendo os livros de Termos de Batismos realizados nesta paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro 11o. fls. 22, do Ano de 1871 : SILVINO, pardo, nascido aos quatorze, de Agosto de mil oitocentos e setenta e um, filho natural de Benta, escrava de José Ferreira de Macedo, moradores desta Freguesia, foi batizado com os Santos Oleos, na Capela de Picuhy, filial desta Matriz de minha licença pelo reverendo Antonio dos Santos Penha aos oito de Outubro do mesmo ano. Foram padrinhos José Romão de Lima e Antonia Maria da Purificação, moradores nesta freguesia; e para constar fis este assento. O Coadjutor Pró Pároco Padre José do Coração de Maria Castro. — Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original. ITA IN FIDE PAROCHI. Matriz de N. Senhora das Merces, 21 de abril de 1951 (As.) Pe. José de Barros — Pároco».

No começo de 1880, pelo que se supõe, José de Macedo retirou-se para a cidade do Recife do Estado de Pernambuco, onde se estabeleceu com uma fabrica de doces de cajú, cujo produto era vendido em vasos, com desenhos atraentes, e aí se casou com uma francesa de nome Elisa havendo filhas.

Para lá conduziu consigo aquele guri, de nome Silvino Honorio de Macêdo, o filho de Benta, de genio indomavel e insuportavel. Não o aguentaram seus professores e seu pae natural; motivo pelo qual, logo que atingiu a idade exigida pelas leis militares, foi logo matriculado na Escola de Aprendizes Marinheiros, seguindo depois para o Rio de Janeiro.

Era teerível mesmo de instinto revolucionário, esse marinheiro Silvino

de Macêdo. Quando surgiu a chamada revolta da Armada, chefiada pelo Almirante Custódio José de Melo, o nosso marinheiro Silvino tomou parte ativa, saindo de uma das batalhas navais com um grande gilvaz na face, pelo qual era conhecido; sendo no fim da revolta perdoado pelo Marechal Floriano Peixoto, então Presidente da República.

Silvino, porém, não ficou quiéto...

Tempos depois, aparece no Recife um rapaz um tanto forte, meio moreno, alto, trajando mescla azul, com uma enorme cicatriz no rosto. Suspeito de que se tratava do perigoso sargento da marinha Silvino de Macedo, ainda no cais, foi preso e recolhido aos calabouços da fortaleza das 5 Pontas; sendo identificado. Era justamente ele. Isto foi a 13 de Janeiro de 1894.

Vejamos a verdade histórica, segundo o dr. Mario Melo:

— «Na manhã de 13 de janeiro de 1894 salta no Recife, na antiga Linguêta, um passageiro clandestino do paquete Dordsworth», procedente do Rio de Janeiro. Vinte e quatro anos presumiveis, olhos castanhos, cabelos prétos, gilvaz no queixo. Estava em traje civil mas tinha porte Militar. Não teve tempo de passar da Linguêta, onde se distraia em frente a uma casa que vendia pequenas jangadas. Parece mesmo que não se destinava a Pernambuco. E' reconhecido como revoltoso por um «Tiradentes» e, pouco depois, preso sem protesto». (Dentro da História, pag. 200).

Imediatamente o Comandante da Região, então General Leite de Castro, organisa um «Conselho de Guerra», onde é sumariamente interrogado no Quartel da rua da Aurora, às 4 horas da tarde, durante o qual, por mais que perguntassem, o que teria vindo fazer no Recife, apenas responde, com a mais imperturbavel firmesa:

— «Vim morrer!»

Achou por bem o citado Comandante da Guarnição Federal telegrafar ao marechal Floriano Peixoto, narrando o fato da prisão de Silvino e por fim perguntando o que faria com o preso. Ao que responde laconicamente o imortal soldado brasileiro: — «Fuzile-se sem formalidade».

E veio a ordem oficial do seu sacrificio:

«Quartel general de Pernambuco, em 13 de Janeiro de 1894. Snr. major Manuel Nonato Neves de Seixas, digno comandante do 2.º batalhão de infantaria. — Tendo hoje sido preso nesta cidade o criminoso ex-sargento do exercito Silvino de Macedo, que tomou parte muito ativa e saliente na revolta de parte da esquadra nacional, causando por seu lado a morte de muitos brasileiros, dei ciência da mesma prisão prontamente, por meio de telegrama, ao marechal Floriano Peixoto, vice-presidente desta republica, tendo neste momento, onze horas da noite, recebido não só contestação ao mesmo telegrama, como ordem do Chefe da nação para incontinenti fuzilar sem a menor formalidade, ao mesmo ex-sargento Silvino, determino-vos por isso que designeis um oficial e vinte praças do vosso batalhão sob o vosso comando, afim de darem cumprimento á referida ordem, junto ao paiol da Imbiribeira, ás 4 horas da madrugada de amanhã, devendo o corpo ser enterrado em lugar afastado, dando de tudo ciência a este comando, a fim de transmitir áquela autoridade. Saude e fraternidade. — João Vicente Leite de Castro — General de Brigada».

Afinal, na madrugada de 14 de janeiro de 1894, o comandante da escolta, o alferes jacobino e pernostico, Belerofonte de Lima, coadjuvado pelo inferior Gonçalo Gonçalves Maia, mete o sargento marinheiro Silvino de Macedo em um quadro de doze soldados e o conduzem ao Largo da Imbiribeira, arrabalde de Recife.

E aqui vamos ceder a palavra ao brilhante escritor pernambucano já citado:

— «Chegando ao paiol o préstito sinistro, o comandante manda que dois soldados cavem uma sepultura, deixando Silvino amarrado sob a frondosa mangueira que ainda ali viceja como testemunha de lugubres cenas. Mal o dia clareia, o comandante dá ordem de sentido: Silvino perfila-se e oferece o peito á força. — Tem alguma cousa a pedir? pergunta o comandante. — Sim, (responde Silvino) quero dar as vozes de comando.

São-lhe apontadas ao peito doze carabinas! Soam as vozes de preparar! apontar! E quando o comandante grita: — «Fôgo! «Silvino também grita: — NO CORAÇÃO, FOGO!»

O BOI E O AÇÚCAR

Cleantho LEITE

Um exame cuidadoso do que se tem escrito a respeito da história da Paraíba nos dois primeiros séculos de colonização revela a existência de um preconceito muito difundido. Refiro-me á opinião de que a nossa história tem um sentido de unidade. Pelo fáto de que os acontecimentos mais conhecidos, ou dos quais arbitrariamente se empresta maior relêvo, se tenham verificado na faixa litoranea, os nossos históriadores fizeram uma obra unilateral. Unilateral nêsse sentido de dar maior importância ao que a monocultura açucareira produziu nas cidades e nos engenhos da margem do rio, ou, estendendo um pouco mais, da praia até um meridiano que passando na vila do Pilar limitasse grandemente a área de expansão dos conquistadores da terra.

Essa orientação todavia não foi exclusivista nem também se pôde atribuir a todos os que escreveram a nossa história. O sertão, o além-Borborêma, os núcleos de Boqueirão e de Piranhas sempre lhes merecem, aqui e ali, referências muitas vezes incompletas, e às vezes extensas, todas porém sem denotar a visão clara da profunda influência que teriam numa história feita pelo homem do interior-campo-de-criação.

Sumariando-se em breves traços o conjunto de observações, pesquizas e informações colhidas nos velhos documentos de nossos arquivos, pôde-se indicar naquêles dois primeiros séculos da conquista, dois tipos de formação social. Um, baseado na monocultura açucareira, no triângulo casa-engenho-capéla que M. Bandeira exprimiu no mapa do «Nordeste» de Gilberto Freyre. Outro, assentando no pastoreio, no boi, o tipo dos currais, da casa de taipa, do pau-a-pique, o sertão que representa na história nacional a civilização do couro de Capistrano de Abreu.

Dois tipos que não se confundem nem se opõem. Completam-se, na diversificação de dois sistêmas de cultura, de economia, de técnica e de fórmas religiosas.

O desenvolvimento da capital da província centralizou todas as vilas da área cultivada dos engenhos. O caminho para Pernambuco era pelo litoral, descendo pela zona da cana de açúcar do rio Goiana. Para o Rio Grande do Norte, subia pelo vale do Mamanguape, quasi paralêlo ao mar, até o Potengi, como ressaltou Camara Cascudo num estudo recente.

A Paraíba daquêle tempo tinha como elemento fundamental o rio, quer fôsse o Paraíba, o Tibiri, o Mamanguape ou o das Marés. A êsse respeito o ma-

pa da provincia que está no livro de Fr. Giuseppe de Santa Terêza é muito expressivo. Sempre a agua como índice da preocupação máxima da época: o açucar. O mesmo e excelente açúcar, como assinala Barlaeus, que nos deu o direito áquêle escudo inventado por Maurício de Nassau. Dava-nos o principe pães de açucar e ao Rio Grande atribuia uma ave á beira de um rio, o que é profundamente significativo como subsídio para avaliação da nossa importância nos primeiros decênios do século XVII.

Essa civilização do açucar nos deu a administração colonial, a arquitetura das casas e dos monumentos religiosos, a Companhia de Comércio, o negro, a Guerra Holandêsa, o terço dos Henriques, as aulas de latim, a intensa miscegenação africana. Preparou o advento de uma civilização urbana cujos efeitos ainda hoje, se trata de corrigir. Foi o núcleo da resistencia nativa contra o invasor, deu os nossos heróis e os nossos revolucionários.

* * *

Ao mesmo tempo que se formava na faixa litoranea um tipo de civilização peculiar á monocultura açucareira, nas terras altas da serra e de além-Borborêma se fixava um grupo cuja estrutura diferia profundamente dêsse tipo.

O curral se substituiu ao engenho, o boi á cana de açúcar. O triste animal que puxava os carros de cana para a moagem, era agora, para usar de uma expressão pedagógica, o centro de interêsse da organização social que se estabelecia nos campos de pastagem.

Foi uma conquista da bravura e do destemor de meia duzia de aventureiros. Não se conhece nenhum plano pré-estabelecido para o incremento ou estímulo de fazendas de gado. A fixação do criador era o último estágio de uma série de correrias pelo sertão, combatendo o indio e dominando o agreste.

A bandeira foi o movimento caracteristico dessa conquista da terra. Em São Paulo, seria o deslocamento necessário do grupo; na Baia e no Nordeste, a reação da cidade contra a incursão ousada de indigenas revoltados.

A civilização do pastoreio não foi, por conseguinte, um fim. Ficou como resultado insuspeitado da conquista do interior. Por isso mesmo a sua ascensão se verificou independentemente de numerosas causas externas cuja influencia se exerceu no litoral.

Os primeiros caminhos das boiadas saiam da «ribeira de Piranhas» para o Piauí, para os campos do Ceará, para a Baia, atravessando o Pageú e até São Paulo, pelo S. Francisco.

O além-Borborema era a zona dos rebanhos, das feiras de gado, das conquistas bravias se repetindo todo dia, contra o indio, contra o sólo, contra a sêca, contra os frades.

Por outro lado a atividade pastoril foi para o indio uma espécie de conciliação entre o ser dominado pelo branco e o viver livremente nas suas tábas. Além disso, constituiu uma barreira á violenta miscegenação com o nêgro da qual a civilização do açucar é um exemplo eloquentissimo.

* * *

Está delineada, de um modo sumário, a distinção a estabelecer, na historia da Paraiba, entre o que podemos chamar a civilização do boi e a civilização do açúcar, o pastoreio e a monocultura, o senhor da fazenda e o senhor de engenho.

E' importante salientar que isso não tem carater definitivo, nem reflete conclusões de trabalho cientificamente conduzido. Será uma hipótese de trabalho, se quizerem.

ONTEM, HOJE E AMANHÃ

Mário MELO

Tem a Paraíba José Peregrino Xavier de Carvalho, como seu herói máximo da Revolução Republicana de 1817.

Era tenente ajudante de Linha e foi o mais exaltado revolucionário, mercê do que, o condenaram à fôrca. Depois de executada aqui a pena, cortaram-lhe a cabeça e a levaram-no para a Paraíba, onde a expuseram num pau à execração pública.

Entretanto, a Biblioteca Nacional possui dele humilhante documento, que acaba de publicar no volume CIII, documento que, de certa forma deixa em dúvida seu ardor republicano tão exaltado pelos historiadores:

> ««Ilustríssimos Senhores do Govêrno Interino :
>
> «Diz José Peregrino Xavier de Carvalho, ajudante do Batalhão de Linha desta Capitania, por Sua Majestade El Rei Nosso Senhor, que êle tivera a desgraça de deixar arrastar-se do tumulto e das perniciosas idéias que alucinaram quase todos os cabeças que entraram no terrível atentado feito nesta Capital no fatal dia 13 de março do corrente ano. Êle se arrepende em tôda amargura de seu coração, e protestando as mais decisivas provas de sua fidelidade e verdadeira vassalagem e obediência, dando por fiador dêstes seus protestos a sua conduta debaixo das vistas deste govêrno, oferecendo-se desde já a servir de soldado, ou no mesmo posto em que Sua Majestade for servido provê-lo, gratuitamente, sem vencimento algum, ainda mesmo a sacrifício das suas primeiras precisões e requer a Vossas Senhorias assim o mandem contemplar no Batalhão, mandando registrar êste seu protesto, para que dele conste.
>
> Pedem a Vossas Senhorias sejam servidos deferir-lhe na forma que suplica. E Receberá Mercê (a) José Peregrino Xavier de Carvalho.»

Compreenda-se : Êle, o oficial, para maior expiação, pedia voltar ao Exército ainda que como soldado razo, sem nada perceber monetariamente.

A CASA DA PÓLVORA ESTÁ TOMBADA NO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL

PARA dissipar dúvidas divulgamos abaixo a Relação dos bens imóveis tombados pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme publicação no Diário Oficial da República nº 2405, de 15|2|1955, onde se destaca a Casa da Pólvora.

Relação dos bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo instituidos pelo Decreto-Lei número 25, de 30 de novembro de 1937, como integrantes do patrimônio histórico e artístico nacional.

PARAÍBA — Ingá — 1. Itacoatiaras da fazenda Pedra Lavrada.

JOÃO PESSOA — Cidade e arredores — 2. Casa na Rua Peregrino de Carvalho, 117 onde esteve prêso José Peregrino de Carvalho, revolucionário de 1817.

3. RUINAS DA CASA DA PÓLVORA; 4. Convento e igreja de Santo Antônio, ou de S. Francisco; 5. Fonte do Tambiá; 6. Igreja da Santa Casa de Misericórdia; 7. Capela da O. 3º de São Francisco; 8. Ruinas da igreja de N. S. dos Navegantes, na Praia do Poço.

ZONA RURAL — 9. Capela do Engenho Graça.

CABEDELO — 10. Ruinas da Fortaleza de Santa Catarina.

TAMBAÚ — 11. Ruinas da igreja.

PILAR — 12. Antigo Paço Municipal.

SANTA RITA — 13. Igreja e Convento de N. S. da Guia; 14. Capela de N. S. do Socorro; 15. Capela de N. S. das Batalhas; 16. Capela do antigo engenho Una,, atual engenheiro Patrocínio; 17, Igreja de Santa Tereza de Jesus, da Ordem 3ª do Carmo.

A MISERICÓRDIA DA PARAÍBA

Henrique GONZALEZ

A Igreja da Misericórdia da Paraiba data de fins do século XVI, segundo o Auto da Visitação do Santo Ofício em 1595.

A creação presupõe sempre a existência da Irmandade, cujos fins eram altamente piedoso, pela assistência que prodigalisava aos encarcerados, pobres, e enfêrmos.

Em Lisbôa fornecia a cama, a comida, o vinho, e o advogado. O protegido tinha a preferência sôbre os demais presos; a Misericórdia providenciava a partida imediata dos degredados; dava a vestimenta para a morte por enforcamento a alva; e até a hora da morte, se o padecente tivesse vontade de comer e beber, a Irmandade lhe satisfazia. Para isso estava junto do mesmo, desde a saida da cadeia um confrade com uma frugal refeição, vinho e agua, dentro de uma redôma. Chamavam-se as **Cordeais**.

Todos os anos iam buscar os ossos dos executados para enterrá-los.

Os treze membros da Misericórdia representavam Cristo e os doze apostolos.

As finalidades do estabelecimento estavam consignadas no Compromisso da de Lisbôa.

As vantagens de que gosavam os Irmãos, quando no exercício das suas funções de oficiais da confraria, eram inumeras, daí o fato de sómente terem tais privilégios as que pessuissem o **Alvará** del-rei, expedido com tal finalidade.

E' lógico que numa povoação como a de N. S. das Neves deveria existir uma enfermaria, um logar ao menos para abrigar algum doente que não fosse possivel tratar em casa.

Justifica-se pois a criação da Igreja da Misericórdia, o primeiro passo nêsse sentido.

Como o nascente povoado estava em organização por **quanto nele nada de Ouvidor, nem Juis, nem Vereador, nem Câmara** — diz um documento de 1595, é possivel que não existisse uma Irmandade modelada na de Lisbôa por falta de pessôas para desempenho do corpo de Oficiais da Misericórdia.

Isso notamos ao lêr o nome das autoridades presentes ao desembarque do Visitador do Santo Oficio em 1595: Feliciano Coelho de Carvalho-capitão e Governador; André Fernandes Velasques — escrivão da Câmara (embora não

existente); Antonio Fernandes — Meirinho de Correição; Antonio Francisco — Alcaide; e Diogo de Abreu — Meirinho do Campo.

Outro fato que nos impressionou foi o de não haver copia do **Compromisso**, cujo original era o da lusitana. Nos livros da Misericórdia de Paraíba apenas encontramos copias de **Alvarás** referentes a capitulos do dito **Compromisso** alguns são de 1499, porém importantes porque neles está escrita a história da Irmandade no Brasil.

Fazemos até um apelo ao Instituto Histórico da Paraiba, e mesmo aos Poderes Públicos, para que mandem datilografar e imprimir o conteúdo do livro referido, o número um, antes que fique totalmente inutilizado.

A bandeira da Misericordia local não é idêntica a de S. João del Rey, de que tiramos fotografia.

Como esse distintivo da Irmandade deveria ser igual ao descrito no **Compromisso**, consideramos a possibilidade de não ter existido aqui uma entidade rigorosamente nos moldes da de Portugal.

Fazemos apenas uma conjectura.

Nos documentos relativos á visita do licenciado Heitor Furtado de Mendonça, representante da Inquisição, podemos colher nomes de várias pessoas que depuzeram durante os quinze dias de Graça que ele concedeu aos que viessem espontaneamente confessar heresias contra a Igreja, crimes de Sodomia, e Bigamia. Das ruas já existiam nessa época as da Misericordia e Nova:

... as achou presente, Gaspar Gonçalves, soldado, morador no cabo da rua Nova.

Quem depunha era outro miliciano de nome Domingos Ferreira, em vinte e três de Janeiro de 1595.

O vigário da Igreja de N. S. das Neves, a Matriz chamava-se João Vaz Salém, natural da Vila de Loulé, reino do Algarve. Filho de Francisco Gonçalves Neto, e sua mulher Maria Alvares Salém. Tinha 41 anos. Desempenhara a mesma função na Matriz de Olinda, de onde viera, havia dez anos.

O nome do sacerdote é árabe. O Algarve, ao sul de Portugal, foi a ultima conquista dos portuguêses aos mouros, na peninsula Ibérica. Ainda em 1499 existia grande número de **Marranos** — denominação que se dava aos mouros não cristãos.

Chegado o visitador no dia de Reis, dois dias após, isto é, a 8 de Janeiro de 1595, realizou-se um ceremonial rigoroso, onde não menos rigorosa foi a procissão, partida da Igreja da Misercórdia e indo terminar no templo de N. S. das Neves:

«E logo no domingo seguinte, que foi oito dias do dito mês de Janeiro se fez uma solene procissão da Igreja da Misericórdia até a dita Matriz pelo dito referido vigário João Vaz Salém, o capitão governador e principais, e muita gente e povo, na qual procissão e solenidade levaram debaixo de um palio ao dito senhor Visitador.

E na dita Matriz (na qual se acharam também presentes oito frades capuchos da Ordem de S. Francisco da Custodia de S. Antonio deste Brasil) se disse a missa cantada e depois dela pregou o sermão da fé o reverendo padre frei Damião da Fonseca, presidente do Mosteiro de Olinda, Pernambuco.

Primeira Visitação do Santo Oficio ás partes do Brasil. — Denunciações de Pernambuco 1593|1595 pg. 390.

MONS. FRANCISCO SEVERIANO DE FIGUEIREDO

Luís da Câmara CASCUDO

Quando tive de examinar as datas da criação das freguesias do Rio Grande do Norte, verificar-lhe as datas nos arquivos, um dos guias mais honestos, um dos informadores mais leais, foi o monsenhor Francisco Severiano de Figueiredo, o primeiro historiador religioso norte-riograndense.

Deixou êle uma DIOCESE DA PARAHIBA, com uma secção dedicada ao Estado. Sumariou todas as informações possíveis, dispondo, em seriação cronológica, a vida paroquial, incluindo mesmo as tradições locais, lendas a histórias bonitas com que o Passado anônimo explica a Fé presente.

Seridoense do Caicó, nascido a 8 de Novembro de 1872, ordenou-se Sacerdote na Catedral de Nossa Senhora das Neves da Paraíba, a 6 de Novembro de 1898. Conego efetivo em 1905, Monsenhor em 1914, Vigário da Sé, Diretor do Colégio Pio X, Diretor do Seminário, professor do Liceu, jornalista, pregador, latinista (publicou uma Gramática Latina), nasceu vigário e, já sexagenário, pediu para que lhe dessem um rebanho na doce condução apostolical. Ficou sendo Vigário de Esperança, lindo titulo, em Janeiro de 1933. Voltando do Rio de Janeiro, faleceu na cidade de S. Salvador, na Baía, a 22 de Março de 1936.

Sua primeira paróquia fôra Acari, 1899-1901. Em Outubro de 1905 substituiu o Padre João Maria na vigararia do Natal.

Mons. Severiano viveu sempre na Paraíba mas ligou os dois Estados na sua tarefa intelectual de pesquiza e de dedicação moral, servindo a ambos porque era a forma de servir a um único Senhor.

Só o vi uma vez, forte, vermelho, com os olhos claros e bons, os lábios firmes de estudioso obstinado, sabendo e querendo procurar uma data que se esconde no montão amarelo dos arquivos, desarrumados e poirentos.

Lembro-o na hora presente porque seu nome é inarredavel de quem estudar a História norte-riograndense. Fatalmente terá que consultar os livros desse sacerdote historiador, tranquilo, desinteressado, acendendo a lampada do seu labôr para as tarefas apenas visiveis pelos eleitos, a triste minoria dos enamorados pelas reconstruções sociais e administrativas de outróra.

Um nome que honra a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

CIDADES ADORMECIDAS

José LEAL

Certa feita estive, com outros consócios do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em Pedras de Fogo, afim de representar esse sodalício nas comemorações do centenário de Frei Vital e o aspecto dessa velha cidade, o ar de desânimo dos seus habitantes, não obstante estar ela cercada de prósperas propriedades agrícolas e desfrutar de uma situação excelente no tocante a clima e feracidades das terras, impressionou-me de tal maneira que, ao regressar á Capital, mandei para os jornais um artigo salientando a singularidade de uma localidade com tantas qualidades para ser sede de uma subdivisão administrativa, continuar abandonada e em marcha para o desaparecimento. Essa situação modificou-se radicalmente, devido a restauração do municipio, voltando à velha comunidade fronteiriça a séde do govêrno municipal o juizado de direito, de forma que ela renasceu mais vigorosa e mais promissora.

Entretanto, em outras zonas do nosso Estado, se encontram cidades em estado de hibernação, devido à pêrda das qualidades de sedes municipais, ou outros fatores, sobretudo os de natureza comercial. Poderia, sem grande esfôrço de memória, citar os núcleos populacionais que já tiveram aquela categoria e hoje estão redusidos á condição de distritos, sofrendo os efeitos dessa situação. Nessa lista, talvez incompleta se incluem: Natuba, Fagundes, Bahia de Traição, S. João do Cariri, que já foram centros de convergência de todas as atividades das zonas onde se situam.

Localidades históricas, como Bahia de Traição, vivem dias de dúvida no tocante ao seu futuro, pois o mar ameaça constantemente tragar as suas casas. E não obstante a beleza empolgante da bahia e os vestígios do passado heróico que ali se encontram, nada tem sido feito para despertar-lhes as energias, para reagir e readquirir a importância que perderam com o correr dos anos.

Outra velha cidade cuja hibernação me comove o sentimentalismo de seu filho, é S. João do Cariri, que perdeu a categoria de cidade para Serra Branca, embora continue dando nome a um dos maiores municipios do Estado. A situação, no entanto, poderia conciliar o desejo de Serra Branca de desfrutar a sua maioridade, dividindo o território em duas municipalidades, ficando a comuna encabeçada pela antiga séde, constituida dos distritos de Gurjão, Santo André, S. José das Pombas, extranhamente crismado de Parari, e S. José dos Cordeiros, amputado da sua primeira denominação.

Assim, se conciliariam os interesses dos habitantes da zona sul do município com os da zona norte, e a decadência de S. João do Cariri seria detida no alto do despenhadeiro pelo qual ameaça rolar.

S. João do Cariri, como relatam os historiadores, foi de comêço um Julgado, criado pela côrte lusa, e posteriormente se fundou a povoação, no lugar Travessa, isto é na área formada na confluência do Rio Taperoá com o riacho Namorado. A cidade apresenta aspecto de uma comunidade adormecida, pois noventa por cento dos seus prédios se encontram desabitados, mas nenhuma só dessas casas está em ruinas. Todas se encontram perfeitamente conservadas, dando ás suas ruas largas e batidas pela ventilação, um aspecto sumamente agradável. A edificação dessa cidade obedece rigorosamente, á recomendação das Cartas Régias Portuguesas, que ordenavam que as ruas fossem "largas e linheiras", com quintais para as comodidades dos moradores. Não existe um bêco estreito, uma travessa tortuosa, São vias públicas arejadas e traçadas com certo cuidado de obedecer aquelas regras.

A elevação dessa localidade à categoria de vila foi determinada pelo governador da Capitania Fernando Delgado, na realidade, um dos poucos administradores lusos que demonstraram intenções de animar o desenvolvimento da nossa terra, mas a instalação sofreu retardamento em consequência dos entraves burocráticos, já naquele tempo entorpecendo a marcha dos negócios públicos.

Pizarro e Araújo, nas suas «Memórias Históricas», referindo-se a S. João do Cariri, escreveu:

"Todo este país é, conhecido por muito mimoso, e próprio para criar gado, em que consiste seu negócio principal. Em alguns brejos cultivam-se o algodão, o milho, o feijão etc. e noutros lugares várias frutas, como melancias mui excelentes etc. Quase todas as ribeiras são cortadas pela maior parte dos anos sêcos".

Referindo-se à localização da cidade, disse:

«Está situada a O. de Campina Grande em distância de desessete léguas, mais ou menos, sobre uma colina rodeada de outras semelhantes e pedregosas, cujo terreno árido e muito sêco, é muito ventoso e ficando sobranceiro na margem esquerda do Rio S. João, uma das cabeceiras do Rio Paraíba, oferece soberba vista de um anfiteatro, pelas diversas colinas e serras que se seguem. É pois o território desta vila quase todo montuoso, e as seras que o circundam são fraldas da grande Borborema, que dista da vila pouco mais de treze léguas"-.

Relevando os erros decorrentes da imperfeição dos conhecimentos geográficos do famoso memorialista, o seu depoimento se reveste de grande importância, sobretudo no que se refere ao panorama da localidade.

Hoje, o transeunte que atravessa a velha cidade, nos ônibus que circulam pelo trecho paraibano da estrada Rio-Bahia, se depara com um desenvolvido núcleo de habitações, parado, com pouca palpitação de Vida, parecendo que os seus habitantes se encontram sob os efeitos de poderoso sortilégio, do qual emergirão ao toque mágico da varinha de uma fada bemfazeja,

Essa a impressão que se tem, pois as ruas se apresentam arrumadas como se os seus moradores estejam esperando um acontecimento decisivo para abrir as pôrtas, sairem ás ruas e emprestarem vida e movimento onde atualmente existe apenas a inércia e o ambiente de sonolência contagiosa.

O renascimento desta cidade deve se operar, porque possue ela todos os elementos para voltar a ocupar a posição que se manteve por quase século e meio.

DOM MOISÉS COÊLHO

Eudésia Vieira

Cajazeiras, a terra sertaneja abençoada, séde do primeiro núcleo de ensino secundário e superior do sertão paraibano, mercê o devotamento de seu filho, o sábio Comendador Pe. Inácio Rolim, serviu também de berço ao piedoso sacerdote D. Moisés Coêlho, seu primeiro bispo. Nascido a 8 de abril de 1877, teve como genitores Raimundo Coêlho e d. Maria da Conceição Coêlho, já desaparecidos.

Iniciou os seus estudos para o sacerdócio no Seminário de Olinda, onde permaneceu três anos apenas, por se ter transferido para o Seminário Episcopal da Paraíba, criado em 1895, pelo grande bispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques.

Com exemplar comportamento e grande aplicação, aqui realizou todo o curso eclesiástico. Em 4 de novembro de 1897 era tonsurado, recebendo em 6 de novembro do ano seguinte (1898), as ordens menores de Leitor, Ostiário, Exorcista e Acólito. Em 13 de junho de 1900 era ordenado Subdiácono e, no mesmo ano, Diácono, no dia 4 de novembro. O presbiterato que lhe foi conferido pelo Exmo. e Revmo. D. Adauto, na Catedral Metropolitana, verificou-se em 1.º de novembro de 1901, sendo seus colegas de ordenação os Revmos. Padres Odilon da Silva Coutinho, José João Pessôa da Costa, Epaminondas Rolim, Leôncio Fernandes, Gabriel Toscano e Aristides Ferreira.

Após sua ordenação, foi designado para dirigir a capelania do Colégio de N. S. da Conceição, em Natal, cargo que exerceu de 1902 a 1903, ocupando concomitantemente o lugar de vice-diretor do colégio Santo Antônio e de coadjutor do vigário da referida Capital.

No ano seguinte (1904), foi nomeado vigário de Ceará-Mirim, — Estado do Rio Grande do Norte, tendo passado a residir nesta metrópole desde 1905, quando assumiu o cargo de Diretor Espiritual do Seminário da Paraíba, até o ano de 1914, com a interrupção de um ano apenas (1907), por estar como Diretor do Colégio Pio X. Ao mesmo tempo que exercia a espinhosa missão de Diretor Espiritual do Seminário, lecionava nesse educandário: Latim, Liturgia, Pastoral e Direito Canônico.

Sempre ascendendo, foi D. Moisés eleito Bispo de Cajàzeiras no Consistório de 16 de novembro de 1914, tendo a sua sagração se realizado em nossa Capital Metropolitana, no dia 3 de maio de 1915. Foi sagrante Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro Arcebispo da Paraíba e consa-

grantes Dom Santino Coutinho, Arcebispo do Pará e Dom José Tomaz Gomes da Silva, bispo da diocese de Sergipe. Empossou-se no referido cargo em 29 de junho de 1915, sendo nomeado Arcebispo titular de Beréa e Coadjutor do Arcebispo da Paraíba, com direito à sucessão, pela Bula de 12 de fevereiro de 1932.

Em 29 de junho daquêle ano, Dom Moisés era empossado como coadjutor do Exmo. Arcebispo Dom Adauto. Êste faleceu em 15 de agosto de 1935, assumindo Dom Moisés Coêlho as funções de Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba.

BIBLIOGRAFIA : Em 19 de março de 1915, o Exmo. Dom. Moisés Coêlho dirigiu uma Pastoral de saudação aos seus diocesanos cajàzeirenses e em setembro de 1918 uma outra, apresentando ao Revmo. Clero o novo Código de Direito Canônico. Em 24 de maio de 1917, fez distribuir circulares com instrução sôbre a equiparação do Colégio «Padre Rolim» à Escola Normal do Estado. Em 23 de maio de 1926 redigiu uma Carta Pastoral aos seus diocesanos, exortando-os à prática da edificante devoção da entronização do Sagrado Coração de Jesus, nos lares. Em 31 de maio do mesmo ano, escreveu outra Epístola explicando os meios facultados pela Igreja para lucrar o Jubileu. A Pastoral de 4 de agôsto de 1931 foi baseada na reivindicação dos direitos de Deus. Anteriormente escreveu outra sôbre o Jubileu Sacerdotal de Pio XI (29 de junho de 1929). A Pastoral de 29 de junho de 1937 instruia sôbre a efetuação do casamento religioso com efeitos civís. Nessa mesma data, escrevia visando a administração dos patrimônios das Paróquias. Em 22 de abril de 1939, demonstrou numa Circular, o dever da cooperação do Clero no serviço de Estatística. Um outra em 9 de outubro de 1939, esclarecia a conveniência dos párocos aconselharem a agricultura mecanizada. Enfim, a Carta Pastoral de 2 de maio de 1940, sôbre o Jubileu Episcopal.

Dotado de espírito empreendedor e fervoroso zêlo apostólico, Dom Moisés conseguiu que em 1940 algumas Irmãs da Imaculada Conceição de N. S. de Lourdes se estabelecessem nesta Capital, fundando um curso de instrução primária com um Jardim de Infância anexo. De tal forma êsse curso progrediu que três anos depois, a Instituição possuía um curso ginasial. Em 1950 passava à categoria de Colégio, mantendo os cursos Clássico e Científico. Em 1954, em pleno florescimento, foi o Colégio anexado à Faculdade de Filosofia, — escola superior.

Ainda sob a orientação do nosso preclaro Antístite, foi fundada a Casa do Calvário, centro educacional de grande relêvo, que tem influenciado benèficamente a sociedade paraibana. Funciona em séde própria — o Mosteiro de S. Bento, doado graças à interferência do Arcebispo, às Irmãs de Jesus Crucificado. Estas criaram uma Escola de Serviço Social em 1952. Elevada à categória de Escola Superior em 1954, começou a receber subvenção por verba federal. Ainda mantém as referidas educadoras uma Escola de Formação Familiar, outra de Arte Culinária e vários cursos.

Dom Moisés empreendeu e realizou grandes reformas no Seminário; não tiveram porém a aprovação do Patrimônio Histórico Nacional, que pretende conservar o aspecto ancestral das construções antigas.

O Colégio Diocesano PIO X foi também làrgamente beneficiado. Ainda sob sua orientação, foi inaugurada a Escola Profissional para meninos pobres, com diversos cursos de artes, dirigidos pelos Padres do Sagrado Coração de Jesus.

Estando a Arquidiocese da Paraíba em grande progresso e considerável aumento de população, exigindo maior dispêndio de energias, era mister alguém que secundasse o Exmo. Snr. Dom Moisés, já tão avançado em anos e sem usufruir muita saúde. Por isto, o Santo Padre PIO XII designou o Mons. Manoel Pereira da Costa para auxiliá-lo. Êste sacerdote possuidor de grandes credenciais, que ocupava a reitoria do Seminário Arquiepiscopal, foi eleito no dia 31 de maio de 1954, designado para o cargo supracitado no dia 5 de junho e por fim sagrado Bispo titular de Tino, Auxiliar de Dom Moisés e Vigário-Geral da Arquidiocese, em substituição ao saudoso Mons. Odilon Coutinho, em 15 de agôsto daquele mesmo ano, na Catedral Metropolitana de N. S. das Neves.

Há, no período decorrido da administração de Dom Moisés, um acontecimento destoante: o fechamento da A IMPRENSA, órgão católico de grande circulação na Capital e demais municípios da Paraíba. Foi motivado por dificuldades de órdem financeira: — aumento de preço do papel, majoração do salário dos gráficos, dívidas acumuladas no Ministério do Trabalho, etc. A Arquidiocese viu-se por demais sobrecarregada, chegando a contrair dívidas para a manutenção do jornal. Impossível ir adiante. O maquinário, todavia, está cuidadosamente conservado. Em época não muito remota, provàvelmente terá a nossa Arquidiocese restaurado o seu jornal, para propaganda da fé e defesa do cristianismo.

O Exmo. Dom Moisés que registra 80 anos de existência, mantendo-se em perfeita lucidez, é um edificante exemplo de piedade, modéstia e prudência.

Dedicando amor paternal ao clero que dirige, é por todos estimado em alto gráo. Quando, por acaso se faz mistér alguma admoestação, êle se desempenha com energia, zêlo e bondade, conseguindo até o presente, manter, com a graça de Deus, um clero virtuoso, trabalhador, de predicados raros que vêm colocá-lo em posição de destaque, merecendo o encômios de todo brasileiro compreensivo, inteligente e criterioso.

No palácio arquiepiscopal onde reside, leva o egrégio Pastor, a vida numa atmosfera de humildade, qual se fôra membro de uma comunidade religiosa, atendendo a quantos o procuram com solicitude e bom humor. A Paraíba o ama, respeita e venera. É um humo paurao das reservas potenciais do cristianismo.

NOSSA CAPITAL EM 1850

F. Vidal Filho

Os moços necessitam, vês por outra, de um contacto com as coisas do passado. muito embora nem sempre êles percebem isso. Continua a História a ser a velha mestra e ninguém pode dar a opresente o seu devido valor sem lhe conhecer as origens. E é sempre agradavel uma incursão aos dias que se foram. Parece que a gente volta a vivê-los. Em nossa mente se reconstituem os ambientes e um sentimento dôce e terno nos invade o coração.

Esta a razão deste modesto trabalho. Para não alonga-lo demasiadamente furtei-me o quanto possível a comentar os fatos. São, pois, notas que talvez sirvam a outros estudiosos de nosso passado. Notas interessantes, mas sem valor fundamental e que por isso não constam, em sua maioria, de trabalhos publicados pelas autoridades no assunto.

Escolhi o ano de 1850. Um ano como outro qualquer. Estas notas foram colhidas, em 1950, justamente um século após. Não as publiquei na época. Está justificada a preferencia. Desejo tão sómente focalizar o que era nossa capital. a velha Paraiba, que preferiria grafar com «hy», no referido periodo.

Que os leitores, portanto, envelheçam, por alguns momentos, um século (este convite é só para homens) e leiam as notas que se seguem.

A cidade, como hoje, dividia-se em alta e baixa. Na primeira situavam-se as ruas Direita, Misericórdia, Nova, Matriz, S. Bento Medalha, Mercês, Mangueira, Cadeia, Diniz, Carmo, S. Francisco, Aurora, Tambiá, Lagôa e Trincheiras, o Largo do Erario e o Bêco da Companhia. Na segunda contavam-se as ruas do Imperio e respectiva travessia do Fôgo e travessa do mesmo nome; Quartel, Bôa Vista, Flôres, Raposa, Gravatá, Consumo, Carro, Viração, Alegria, Pedras, Areia, Varadouro, Gameleira, Convertidas, S. Pedro Gonçalves e ainda a travessa do Tanque e a Cacimba dos Milagres. Eis toda a urbs, arroiada pela Câmara Municipal.

Para mais completa noção, saiba-se que essas ruas, mesmo as mais importantes, não estavam inteiramente edificadas. A mais construida era a das Convertidas (Maciel Pinheiro), com 129 casas. Seguiam-se: Direita, 123; Areia, 84; Lagôa, 72; Nova, 65; Cadeia, 60. Em toda a rua das Trincheiras erguiam-se 44 casas. Mercês, 52; Carmo, 10; S. Francisco, 20; Tambiá, 45; Misericórdia, 11; Matriz, 14; S. Bento, 3; Medalha, 5; bêco da Companhia, 3; Mangueira, 9; Largo do Erario, 5; Diniz, 2; Aurora, 15; Imperio, 11; Travessa do Imperio, 4; Fôgo, 39; Quartel, 33; Bôa Vista, 18; Flôres, 5; Raposa, 6; Grava-

tá, 4; Consumo, 6; Travessa do Fôgo, 5; Carro, 35; Viração 10; Alegria, 11; Pedras, 20; Varadouro, 58; Gameleira, 28; S. Pedro Gonçalves, 9; Travessa do Tanque, 7 e Cacimba dos Milagres, 4.

Como se vê, a cidade se compunha de 1.084 casas, inclusive 39 sobrados.

Considerando a média de 5 para cada uma teremos o total de 5.420 habitantes.

Não tenho dados sôbre os casebres, afastados do centro, que naturalmente haviam, e assim o calculo da população não pode ser absolutamente exato. Como termo de comparação é bom saber que a João Pessôa de hoje possue mais de 20.000 prédios e cento e poucos mil habitantes. Quem poderá imagina-la em 2.050? Nossos bisnetos poderão informar, e, como nós agora, imaginar os dias que estamos vivendo.

Dos sobrados mencionados, 14 ficavam na rua Direita; 11 na do Varadouro; 7 na das Convertidas; 2 na da Areia e 1 em cada uma das ruas Nova, Matriz, Trincheiras, Gameleira e Cacimba dos Milagres.

Fato curioso: não havia nenhum sobrado na rua da Misericordia em 1850, mas num deles se vê hoje uma placa indicando que ali foi preso, em 1817, o jovem Peregrino de Carvalho. Ou se tratava de simples casa terrea nessa época, ou a coleta das decimas falhou.

Os proprietarios que possuiam imóveis nessa artéria, no ano em apreço, eram os srs. Antonio Ferreira Lima, José Ribeiro da Costa, Geraldo Bezerra Cavalcanti, Antonio de Medeiros e Manoel de Medeiros Furtado. Sabem todos que a familia Medeiros era amiga da do infeliz patriota.

Meu calculo para a população da cidade está em desacordo com o estimado oficialmente em 1847, o qual lhe dava 20.099. Quasi 20 pessoas por casa, o que não é possível. Talvez esse total seja do municipio, com exclusão de Alhandra, que figura nos dados mencionados com 3.627 habitantes. Ou, o que é mais certo, trate-se da massa proletaria residente nos casebres situados em ruas não cadastradas.

A' noite, 11 lampeões alimentados a óleo de mamona, iluminavam a cidade. Não digo «feericamente», pois decorridos tantas luas, de bôa só conhecemos a luz do sol.

O presidente de então, José Vicente de Amorim Bezerra, interessou-se pelo problema e mandou acrescentar mais 7 lampeões. Essa providencia motivou, como é de esperar-se de qualquer uma de tal procedencia, inúmeros elogios e, quem sabe ? talvez até alguns sonetos. Se assim foi, o caso não é de admirar, porque nesse particular os tempos não mudaram.

Havia um teatro, o qual ficava localizado na rua das Mercês — hoje Praça 1817 — exatamente no predio da atual Igreja Presbiteriana. Era seu proprietário o snr. Joaquim da Silva Guimarães, tinha o nº 6 e se encontrava fechado na época.

Fato interessante é que existiam escravos proprietarios. A casa nº 3, por exemplo, da rua da Alegria, pertencia ao cativo Pedro do Marchand e pagava a decima de $540. Para ser moderno, 54 centavos.

O Dr. Claudio Manoel de Castro era o Chefe de Policia que, juntamente com o secretário da Provincia e o Presidente enfeixavam nas mãos as maiores responsabilidades administrativas, principalmente o primeiro e o último.

Não dispunha a Câmara Municipal de veiculos para a limpesa das ruas. Esta era procedida por seis sentenciados, sob escolta. Nos dias guardados pela igreja a turma descansava.

Documentos da época falam no divertimento de desocupados, o qual consistia em disparar tiros pela cidade e seus arredores. E' claro que a policia não concordava com a brincadeira.

O presidente da Câmara Municipal, que tinha funções executivas, desde que não fôra creado ainda o cargo de prefeito, zelando pelo bom aspecto da cidade e também pela segurança de seus munícipes, tomou sevéras medidas, proibindo a criação de gado á solta, «sem pastor». Quer dizer que, com o «pastor», os bichos tinham liberdade de comer os matinhos que ornavam as vias publicas.

«Febres epidemicas», como eram designadas, grassavam livremente e esgotavam os recursos orçamentários, que para 1850 constavam de 2.400 cruzeiros, 200 por mês. O hospital da Santa Casa estava cheio de presos indigentes, enfermos. Essas «febres epidemicas» nada mais eram que o tifo, impaludismo e também a febre amarela, que dizimava, de preferencia, as tripulações dos barcos estrangeiros que aqui aportavam. As autoridades sanitarias, meio empiricas, viam como talvez a causa principal dos males que atormentavam nossos ancestrais, o Matadouro Publico. E afirmavam que o matadouro andava «prostando os habitantes». Foi fechado e mudado para «além da ponte da Sanhauá».

Diziam que era sujo a mais não poder e exalava fedentina insuportavel. Também os açougues eram terriveis e chegavam a criar bichos. Mas apesar da sujeira e das febres não se falava em fome, como em nossos dias. O salario comum de um trabalhador era de 48 centavos. Com esse dinheiro não se compra hoje nem uma caixa de fosforos. Mas dava para o pobre, que sustentava a familia e morria de tifo ou variola, em paz com a Santa Madre Igreja e de barriga cheia.

Tal qual como agora a cidade andava cheia de rifas, que a policia procurava inutilmente evitar. Equivalia ao popularissimo jôgo de bicho atual. Mas vámos adiante.

Era provedor da Santa Casa, função de muito destaque, o snr. Manoel Joaquim de Oliveira.

Ativa sempre a policia prende africanos chegados no patacho «Herminia». E' de 1850 a lei que proibiu o tráfico de escravos, mas os tubarões (os mesmos em todos os tempos) jamais ligaram a nada que vá de encontro aos seus interesses inconfessaveis e assim, achando dificil desembarca-los em Recife, trouxeram-nos para cá, como se fosse mercadoria antiga, já aclimatada no paiz. Verificou-se, porém, que êles não conheciam palavra de português e por isso foram presos e devolvidos ás suas plagas natais. Não se sabe se os traficantes sofreram alguma penalidade, além do prejuizo material. E quem poderá garantir se êles não recorreram á justiça com alguma espécie de recurso, semelhante ao mandado de segurança atual? Os pobres negros eram os «Cadilacs» de hoje e os ricos nunca perdem nada.

Apesar de minuscula a cidade era vigiada á noite por patrulhas rondantes e ainda uma outra montada.

A's 9 horas da noite os sinos grandes de São Bento, S. Francisco e do Carmo davam o sinal de recolher e silencio. Nessa ocasião fechavam as casas

tá, 4; Consumo, 6; Travessa do Fôgo, 5; Carro, 35; Viração 10; Alegria, 11; Pedras, 20; Varadouro, 58; Gameleira, 28; S. Pedro Gonçalves, 9; Travessa do Tanque, 7 e Cacimba dos Milagres, 4.

Como se vê, a cidade se compunha de 1.084 casas, inclusive 39 sobrados.

Considerando a média de 5 para cada uma teremos o total de 5.420 habitantes.

Não tenho dados sôbre os casebres, afastados do centro, que naturalmente haviam, e assim o calculo da população não pode ser absolutamente exato. Como termo de comparação é bom saber que a João Pessôa de hoje possue mais de 20.000 prédios e cento e poucos mil habitantes. Quem poderá imagina-la em 2.050? Nossos bisnetos poderão informar, e, como nós agora, imaginar os dias que estamos vivendo.

Dos sobrados mencionados, 14 ficavam na rua Direita; 11 na do Varadouro; 7 na das Convertidas; 2 na da Areia e 1 em cada uma das ruas Nova, Matriz, Trincheiras, Gameleira e Cacimba dos Milagres.

Fato curioso: não havia nenhum sobrado na rua da Misericordia em 1850, mas num deles se vê hoje uma placa indicando que ali foi preso, em 1817, o jovem Peregrino de Carvalho. Ou se tratava de simples casa terrea nessa época, ou a coleta das decimas falhou.

Os proprietarios que possuiam imóveis nessa artéria, no ano em apreço, eram os srs. Antonio Ferreira Lima, José Ribeiro da Costa, Geraldo Bezerra Cavalcanti, Antonio de Medeiros e Manoel de Medeiros Furtado. Sabem todos que a familia Medeiros era amiga da do infeliz patriota.

Meu calculo para a população da cidade está em desacordo com o estimado oficialmente em 1847, o qual lhe dava 20.099. Quasi 20 pessoas por casa, o que não é possivel. Talvez esse total seja do municipio, com exclusão de Alhandra, que figura nos dados mencionados com 3.627 habitantes. Ou, o que é mais certo, trate-se da massa proletaria residente nos casebres situados em ruas não cadastradas.

A' noite, 11 lampeões alimentados a óleo de mamona, iluminavam a cidade. Não digo «feericamente», pois decorridos tantas luas, de bôa só conhecemos a luz do sol.

O presidente de então, José Vicente de Amorim Bezerra, interessou-se pelo problema e mandou acrescentar mais 7 lampeões. Essa providencia motivou, como é de esperar-se de qualquer uma de tal procedencia, inúmeros elogios e, quem sabe ? talvez até alguns sonetos. Se assim foi, o caso não é de admirar, porque nesse particular os tempos não mudaram.

Havia um teatro, o qual ficava localizado na rua das Mercês — hoje Praça 1817 — exatamente no predio da atual Igreja Presbiteriana. Era seu proprietário o snr. Joaquim da Silva Guimarães, tinha o nº 6 e se encontrava fechado na época.

Fato interessante é que existiam escravos proprietarios. A casa nº 3, por exemplo, da rua da Alegria, pertencia ao cativo Pedro do Marchand e pagava a decima de $540. Para ser moderno, 54 centavos.

O Dr. Claudio Manoel de Castro era o Chefe de Policia que, juntamente com o secretário da Província e o Presidente enfeixavam nas mãos as maiores responsabilidades administrativas, principalmente o primeiro e o último.

Não dispunha a Câmara Municipal de veiculos para a limpesa das ruas. Esta era procedida por seis sentenciados, sob escolta. Nos dias guardados pela igreja a turma descansava.

Documentos da época falam no divertimento de desocupados, o qual consistia em disparar tiros pela cidade e seus arredores. E' claro que a policia não concordava com a brincadeira.

O presidente da Câmara Municipal, que tinha funções executivas, desde que não fôra creado ainda o cargo de prefeito, zelando pelo bom aspecto da cidade e também pela segurança de seus munícipes, tomou sevéras medidas, proibindo a criação de gado á solta, «sem pastor». Quer dizer que, com o «pastor», os bichos tinham liberdade de comer os matinhos que ornavam as vias publicas.

«Febres epidemicas», como eram designadas, grassavam livremente e esgotavam os recursos orçamentários, que para 1850 constavam de 2.400 cruzeiros, 200 por mês. O hospital da Santa Casa estava cheio de presos indigentes, enfermos. Essas «febres epidemicas» nada mais eram que o tifo, impaludismo e também a febre amarela, que dizimava, de preferencia, as tripulações dos barcos estrangeiros que aqui aportavam. As autoridades sanitarias, meio empiricas, viam como talvez a causa principal dos males que atormentavam nossos ancestrais, o Matadouro Publico. E afirmavam que o matadouro andava «prostando os habitantes». Foi fechado e mudado para «além da ponte da Sanhauá».

Diziam que era sujo a mais não poder e exalava fedentina insuportavel. Também os açougues eram terriveis e chegavam a criar bichos. Mas apesar da sujeira e das febres não se falava em fome, como em nossos dias. O salario comum de um trabalhador era de 48 centavos. Com esse dinheiro não se compra hoje nem uma caixa de fosforos. Mas dava para o pobre, que sustentava a familia e morria de tifo ou variola, em paz com a Santa Madre Igreja e de barriga cheia.

Tal qual como agora a cidade andava cheia de rifas, que a policia procurava inutilmente evitar. Equivalia ao popularissimo jôgo de bicho atual. Mas vámos adiante.

Era provedor da Santa Casa, função de muito destaque, o snr. Manoel Joaquim de Oliveira.

Ativa sempre a policia prende africanos chegados no patacho «Herminia». E' de 1850 a lei que proibiu o tráfico de escravos, mas os tubarões (os mesmos em todos os tempos) jamais ligaram a nada que vá de encontro aos seus interesses inconfessaveis e assim, achando dificil desembarca-los em Recife, trouxeram-nos para cá, como se fosse mercadoria antiga, já aclimatada no paiz. Verificou-se, porém, que êles não conheciam palavra de português e por isso foram presos e devolvidos ás suas plagas natais. Não se sabe se os traficantes sofreram alguma penalidade, além do prejuizo material. E quem poderá garantir se êles não recorreram á justiça com alguma espécie de recurso, semelhante ao mandado de segurança atual? Os pobres negros eram os «Cadilacs» de hoje e os ricos nunca perdem nada.

Apesar de minuscula a cidade era vigiada á noite por patrulhas rondantes e ainda uma outra montada.

A's 9 horas da noite os sinos grandes de São Bento, S. Francisco e do Carmo davam o sinal de recolher e silencio. Nessa ocasião fechavam as casas

de comercio, com exceção das boticas. O nome pomposo de farmacia não era usado. Dominava ou pelo menos muito grande era a influencia do elemento português no meio e daí o predominio de inumeras designações tradicionais na velha Lusitania.

Negro que andasse nas ruas depois do toque de recolher, sem «bilhete» do seu senhor, seria logo preso e não readquiria a liberdade sem levar pelo menos duas duzias de bolos. Constituia uma delicia para o sargento, quase sempre preto ou mestiço, rachar as mãos dos seus desamparados irmãos de sangue.

Um fato sensacional: — Em poder do português José Rodrigues da Cunha foi encontrada uma nota falsa de cinco mil réis e isso deu motivos para uma porção de oficios do Presidente da Provincia, alguns «reservados».

Agitou-se a policia e dois individuos, Bastos e Bertrande, chegados de Pernambuco, mas vindos de Portugal, passaram a ser vigiados ativamente. Houve buscas, mas nada se achou.

Sociedades dramaticas de amadores divertiam, vês por outra, nossos antepassados com representações de dramalhões de capa e espada ou comedias de escritores lusos, que hoje levariam à ruína o empresário mais abastado. No entanto nossas avós derramaram rios de lagrimas ou sorriram de arrebentar os espartilhos. Tudo tem seu tempo.

Outro costume: — O individuo que não prestava para nada, cheio de máos habitos, tinha uma serventia: — O Exercito. Se o costume ainda fosse o mesmo o Brasil teria hoje o mais numeroso exercito do mundo e estaria fazendo caretas á Russia.

Como prova e pelo seu pitoresco, transcrevo abaixo um oficio do Presidente ao Chefe de Policia: — «Fico ciente, segundo a sua comunicação em oficio de ontem, sob nº 969, de estar á minha disposição para ser aproveitado no Exército, Luiz de França, de máos costumes, e que sendo casado não faz vida marital, ao qual darei o conveniente destino. Deus guarde a V. Ex.ª — Palacio do Govêrno da Paraiba, 5 de Dezembro de 1850. Agostinho da Silva Neves — Ao Dr. Chefe de Policia.»

Já então governava o Dr. Agostinho. Para felicidade nossa os presidentes nunca chegavam a governar dois anos. Substituira Amorim Bezerra no dia 30 de Setembro. Era, porém, a terceira vês que o Dr. Agostinho governava a Paraiba e tanto parecia gostar desta nossa adoravel terra, que aqui faleceu de tifo, dentro de três dias, e com uma congestão cerebral de québra. Isso foi a 3 de Abril de 1851.

Secretariava o govêrno o bacharel Lindolfo José Corrêa das Neves. Comandava a Policia o snr. Leopoldino da Silva Azevêdo. A Alfandega tinha como inspetor José Francisco de Moura e a Tesouraria da Fazenda estava entregue a José Lucas de Souza Rangel. O padre João do Rêgo Moura era o diretor da Instrução Publica.

Não havendo ainda o Registro Civil, podemos acompanhar o crescimento da população da cidade pelos registros da Igreja.

Em 1850 foram batizadas 338 crianças. Faleceram 469 pessoas e se realizaram 79 casamentos. Morria mais gente do que nascia porque a Santa Casa era a maior fornecedora dos cemitérios e muitos de seus clientes vinham do interior só para morrer aqui.

A policia tinha um efetivo de 60 praças. Apreciavel era a frequência do Liceu: 115 alunos.

Os governos devotavam especial atenção às coisas do culto e á construção de cemiterios. Foi a 23 de março de 1850 que o presidente Amorim Bezerra nomeou uma comissão para escolher o local destinado ao futuro Bôa Sentença, arbitrando para essa obra a quantia de dois contos e quinhentos mil réis.

As igrejas permaneciam abertas durante grande parte da noite, mas por essa época tiveram ordem de fechar às 20 horas, salvo, nos dias festivos. Essa providencia visava «a decencia do culto e o interesse policial.» Como se sabe os enterros eram feitos nas igrejas e durante a noite. Parece que nossos antepassados se compraziam em tornar o ato mais lugubre. Estabelecido o toque de recolher, determinou a policia que as inhumações se fizessem antes dele.

Vale a pena saber quanto se pagava pelo aluguel de casas, muitas delas ainda existentes, com pequenas reformas. Na rua Direita os preços variavam entre um cruzeiro e cincoenta centavos a cinco cruzeiros. As melhores, porém, que constituiam exceção, iam de quarenta a setenta e cinco cruzeiros «por semestre». O aluguel do sobrado situado na referida arteria, nº 79, pertencente a José Luiz Pereira Lima, constituia verdadeiro escandalo: — 175 cruzeiros por semestre, quasi 30 por mês. Possivelmente era o de residencia do Presidente da Provincia, localizado onde se encontra hoje o Paraiba — Hotel. Não afirmo categoricamente, posso estar enganado.

Na rua da Misericordia pagava-se até um cruzeiro mensal. O sobrado n.º 37, da rua Nova, de propriedade de Joaquim Gomes da Silveira, era alugado por 28 cruzeiros o semestre. Nessa rua o aluguel mais elevado, por semestre, era de 50 cruzeiros. A maioria não passava de 14 e 12. No bêco da Companhia (rua Braz Florentino de hoje), existiam duas de 5 cruzeiros, o semestre! A de n.º 2, da rua da Cadeia (Visconde de Pelotas) já demolida para o alargamento da rua do Tambiá, e que pertencia ao meu bisavô, o major Felinto Leoncio Victor Pereira, oficial-maior da Secretaria da Presidencia, foi avaliada, para efeito de pagamento de decimas, em 17 cruzeiros o semestre. O velho pagou o imposto de um cruzeiro e 530 centavos. Seu ordenado, conforme se verifica do orçamento de 1837 era de 800 cruzeiros anuais, menos de 70 por mês.

E era com essa «fortuna» que o major sustentava trinta pessoas!

Notas colhidas de Irineu Pinto: — Abade de S. Bento — Frei Gesimino da Conceição.

Jornais que circularam em 1850: — «A Alva», o «Governista Paraibano» e «O Argo Paraibano».

Iniciaram-se a 14 de março os trabalhos de abertura da rua da Imperatriz (Republica) e que até há poucos anos era conhecida por «Estrada Nova». Seu nome primitivo, aliás, foi «Estrada Nova da Rainha».

Também é de 1850 a abertura da rua do Liceu, onde já havia uma passagem muito frequentada e é hoje o prolongamento da rua Nova (General Osorio).

A 1.º de agosto inaugurou-se o quartel do Corpo de Segurança de Gravatá, que atualmente, reformado, serve de deposito e oficinas do Departamento de Obras Publicas.

A febre amarela apareceu forte e nosso povo, cheio de fé, transportou

em procissão de penitencia, do Carmo para a Igreja do Colégio (antiga da Conceição, já demolida) a imagem do Senhor da Agonia, que ali permaneceu durante dois mêses, quando o mal desapareceu.

Verifica-se pela «Coleção das Leis Provinciais», editada em 1849, que a despesa orçada, para 1850, para a Câmara Municipal desta Capital, atingia a importancia de cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco cruzeiros (Lei n.º 9, de 11 de Dezembro).

Para o conserto de estradas e aberturas de novas, «preferindo-se a qualquer outra a que segue para a Povoação de Tambaú,» foi consignada a quantia de duzentos cruzeiros. E como o dinheiro era muito, devia-se também consertar a ponte sôbre o rio Jaguaribe, na mesma estrada.

Para o conserto e limpesa das fontes, esgotos de águas estagnadas, aterro e asseio das ruas — 500 cruzeiros.

Para a construção de uma casa para Mercado Publico — 1.000 cruzeiros.

Por proposta da Câmara Municipal o presidente da Provincia sanciona a Lei n.º 11, de 6 de Setembro de 1850, proibindo a criação e conservação dos bodes e carneiros não castrados...

Como se vê nossa João Pessôa de 1956 já faz alguma diferença da Paraiba de 1850.

Poderia continuar, mas o trabalho já se estendeu de mais para uma simples e despretenciosa crônica.

O VOADOR PARAIBANO

Coriolano de MEDEIROS

QUEM se preocupa com o passado, mais se convence da verdade atribuida a Salomão: «Nada ha de novo debaixo do sol.»

Sem escapar ás controversias, ninguém poderá indicar a época exata em que o homem, invejando os pássaros, desejou com êles se cruzar nos espaços infinitos. A Mitologia conservou umas referências ás azas de Icaro e ao desastre de Heles. Séculos após o início da era cristã, da Vinci tentava, firmando-se na Mecanica e na Geometria, construir uma máquina de voar. O insucesso se revelou no sacrifício do entusiasmado ferreiro que lhe forjou as peças.

A brasileiros, porém, coube a glória de passos decisivos na aviação aérea, sobretudo descobrindo a dirigibilidade, não sómente de aparêlho mais leves como mais pesados que o ar.

Na mesma época em que Bartolomeu de Gusmão erguia-se aos espaços em balões de papel, recebendo em cada tentativa remoques e insultos de certo número de intelectuais cortezãos, num recanto do Brasil colonial um homem se recreiava com as suas invenções e atraía os vizinhos para ouvir-lhe as audições, realizadas em instrumentos de singular feitio e exquisita melodia.

Era em Mamanguape.

Marcos Barbosa, músico meritoso, inventava instrumentos e os acionava com a maior perfeição. Interessava seus amigos com as suas melodias, norteava-os no estudo metódico da Gramática Portuguêsa e do Latim. Mas o maravilhoso para os habitantes do distrito provinha de uma máquina de voar, destinada a uma só pessôa. Adaptado o aparêlho, o indivíduo cortava os espaços em todas as direções, tão agilmente quanto os voláteis.

Um chefe indigena reuniu tudo o que possuia de valôr para conseguir também cortar os espaços. Marcos Barbosa o satisfez e o industriou no manêjo da engrenagem. O cabôclo, embora não estivesse suficientemente instruído, um belo dia empinou-se do sólo e, depois de breves evoluções, sobrevoou pelo Atlantico. Sumiu-se ás vistas de todos e nunca mais regressou!

A tradição não esqueceu um correio que fazia o percurso de Paraiba a Natal. Desejoso de não fatigar-se com a caminhada a pé e diminuir o tempo ou duração da viagem, aparelhou-se para voar mas não sabendo, como era necessário, dirigir o mecanismo, foi encontrado morto, enleiado nos destroços de sua máquina, em plena linha confinante da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Marcos Barbosa, entretanto, voava quando queria e nunca experimentou menor insucesso.

Certa vez, o saudoso professor Luiz Aprigio nos citou várias referências que a tradição conservou sôbre Marcos Barbosa e nos afirmou existirem em Mamanguape os alicerces da casa aonde o inventor habitára.

Uma brevíssima comparação. Coloquemos paralelamente a memória dos dois inventores. Gusmão experimentando seu invento na Europa, mau grado o esfôrço dos seus inimigos, não foi esquecido e, nêstes últimos tempos, tem merecido as melhores atenções de escritores lusos e brasileiros, salientando-se a volumosa obra, trabalho documentado e erudito do fecundo e eminente Afonso de Taunay. Marcos Barbosa, nem dos seus conterraneos é lembrado e teria ficado em perpétuo esquecimento se o beneditino Loreto Couto, na sua numeração das Grandêsas de Pernambuco, não tivesse dispensado uma duzia de períodos ao aludido mamanguapense, ressaltando-lhe o valôr mental e artístico, o espírito criador, sem preocupar-se em descrever-lhe a máquina de voar.

Atualmente processa o Brasil a catalogação de todos os seus valôres e, ao mesmo tempo empenha-se pelo desenvolvimento de sua aviação, criando-se escolas desta em grande parte dos municípios nacionais. A Paraíba, para honra nossa, está seriamente empenhada no movimento. Não seria ocasião oportuna de ligar-se o nome de Marcos Barbosa, pelo menos, a um dos nossos campos de aviação?

PEQUENAS ACHÊGAS PARA A CRÔNICA DA CIDADE

José RAMALHO

Em 1896, a oficialidade da Fôrça Pública da Paraíba — Corpo de Segurança — era esta: comandante ten-coronel Bento José de Medeiros Pais; major fiscal, Bento Saraiva de Medeiros Pais; capitão ajudante, Manuel Francisco de Albuquerque Lima; caps. Belisario Frederico de Almeida e Albuquerque, Aureliano Lelis Pessoa de Mélo e Manuel da Fonseca Milanês Junior. Tenentes: Luiz Correia de Melo Araujo, Ricardo Soares da Silveira, Cristovão Leite Cruz e Heraclio Augusto de Almeida. Alferes: Alvaro Xavier Pereira da Cunha, Sergio Soares de Pinho, Francisco Leite Ferreira Toletino, Vitorino do Rego Toscano de Brito, Josué Lopes de Medeiros e Aprigio Freire de Albuquerque Maranhão.

—A construção da ponte da Batalha foi contratada a 29 de Dezembro de 1865, por 135 contos de réis.

— A cadeia velha de Pombal foi construida em 1842 por 15 contos e seiscentos mil réis.

— Em 1850, o quartel do Corpo de Segurança, sita á rua Maciel Pinheiro, onde é hoje o depósito de Obras Publicas, custou ao Tesouro 18:453$136.

— A ponte do Rio Sanhauá, que liga o Baralho a João Pessoa, foi reconstruida em 1831, sob concorrência pública. Venceu a proposta Leoncio Amado Ozano de Magalhães, pela quantia de 24:800$000.

— O dr. Flávio Marója, votava em 1896, na 1.ª secção do 1º quarteirão, à rua Direita. O seu título tinha o número 18. O dr. Miguel Santa Cruz de Oliveira, com o título 72, votava no 3.º quarteirão, da mesma rua e o dr. Antônio Alfredo Gama de Mélo, com o título n.º 108 votava no 6.º quarteirão da rua Nova.

— O imposto de exportação de açúcar em 1896 era de 5% sôbre o valor do despacho. Alcool, mel e aguardente, 10%. Achas de lenha e tóros, pagavam 20% e algodão, 7%.

— O serviço de distribuição de carne, em carros, pela cidade, do Matadouro Público aos açougues, foi determinado pelo decreto municipal n.º 40, de 11 de Julho de 1906.

— Em 11 de Fevereiro de 1905, o prefeito de João Pessoa — então cidade da Paraíba — baixou um decreto obrigando «os proprietários e inquilinos dos prédios a fazerem a capinação na frente e oitões dos mesmos.»

— Um garrafão de cachaça pagava à Prefeitura de imposto intermuni-

cipal, há quarenta e cinco anos, quinhentos réis e um saco de caroço de algodão, um vintem. Isso em 1902.

— A lei n.º 47, de 12 de Maio de 1909, proibiu o brinquedo de papagaios de papel ou corujas, dentro do perimetro desta capital. A multa era de 5$000. Sendo menor, o infrator, respondiam os seus pais ou tutores pelo pagamento.

— Data de 12 de Maio de 1909, a proibição municipal do funcionamento das barbearias aos domingos. Era prefeito o dr. Octacilio de Albuquerque.

— O nome de avenida «João Machado», foi dado em 11 de Outubro de 1912, á via pública que começa do oitão da Igreja do Bom Jesus — hoje N. S. de Lourdes — e termina na estrada dos Macacos. Assinou o ato o prefeito Antonio Soares de Pinho.

— A praça da **Intendência**, mudou o nome para «Rio Branco», em 28 de Janeiro de 1913.

— Para se soltar uma girandola, em 1913, o interessado pagava de taxa, na Prefeitura, 20 mil réis.

— O dr. João Gonçalves de Azevedo, senhor da propriedade de coqueiros de Pitimbú, no mesmo ano, conseguiu isenção de impostos municipais por cinco anos, para montagem de uma fábrica de óleos de cocos e seus sub-produtos.

— A Lei n.º 32 de 20 de Fevereiro de 1902, dizia:

> «Fica o exmo. snr. Prefeito Municipal desde já autorizado a conceder licença gratuita não só aos possuidores de casas de palha que pretendam ou quizerem substitui-las por habitações cobertas de telha, mas, também a todos aqueles que o requererem licença para edificações, nas mesmas condições, desde que provarem uns e outros o seu estado de pobreza».

— O nome de «Pedro Américo» foi dado á praça sita entre o Tesouro e o quartel do Batalhão da Segurança — Fôrça Policial — em 11 de Julho de 1906, pelo prof. Francisco Xavier Junior, no exercicio do cargo de prefeito. Em igual data se denominou de «Praça Vidal de Negreiros» a atual praça «Aristides Lôbo».

PARECERES

Dando cumprimento á indicação de V. Excia., no sentido de verificar, **in loco**, o que de verdade havia em torno da existencia de um monumento em Itabaiana, erigido em memoria dos herois da Revolução de 1817, e que estaria ameaçado de destruição pelo Prefeito local, — transportei-me, no dia 10 do corrente, áquela Cidade e procurei colher os elementos informativos destinados ao esclarecimento do assunto.

2. Realmente, está o Prefeito Municipal demolindo um antigo cemitério, há muito interditado, para prolongar uma arteria da Cidade, como bem se observa da documentação fotografica junta.

3. Mas, segundo observei, e colhi das informações de pessoas dignas de fé, inclusive do dr. Antonio Londres Barrêto, Juiz de Direito da Comarca, que gentilmente se prontificou a ajudar-me, visitando o local, **não há e nem nunca houve o tal «monumento»**. Existe sim, em lugar afastado do cemitério, para a direita, á margem do riacho das Pedras, uma «pedra fundamental», lançada, ao que informam, por uma sociedade litero-esportiva ou cousa que o valha, como base de um monumento que deveria ali ser erigido, para perpetuar uma batalha ali travada em 1817, entre as forças legalistas e os revolucionários. Monumento que, diga-se, nunca foi concretizado ou levado a serio pelos dirigentes do Municipio...

4. Convém esclarecer que o lugar onde assenta a tal **pedra fundamental** é distante do prolongamento da arteria que o Prefeito está levando a efeito, e em nenhuma hipotese poderá ser atingido pelas obras municipais.

5. Mesmo que se considere «monumento» essa famigerada «pedra fundamental» lançada á margem do riacho, nenhum perigo há para a integridade dela por parte da picarêta iconoclasta do edil itabaianense, porque a mesma dista bastante do local onde se processam as demolições e os aterros que a Prefeitura vem realizando.

6. Fora dessa «pedra fundamental», que parece haver confundido muita gente. nenhum monumento — estatua. coluna, obelisco, lápide, marco ou inscrição — existe no cemitério demolido ou suas adjacencias que perpetue, em Itabaiana, a revolução de 1817 ou qualquer dos seus heróis e martires.

A documentação anexa esclarece bem o assunto.

Apresento a V. Excia., nesta oportunidade, meus votos de cordial estima e apreço.

JOÃO PESSOA, 16 de setembro de 1953.

(J. Santos Coêlho Filho)

Ao recebermos a incumbencia honrosa de V. Excia. para estudar a questão controvertida da fundação do Liceu Paraibano que, por fôrça de uma Lei, atualmente, foi transformado em Colégio Estadual da Paraiba, entramos, logo, em investigações sôbre o importante assunto.

Após êsse espaço de tempo que não foi tão longo, conseguimos trazer. alguma luz ás opiniões contrárias sôbre a fundação dêste grande Educandário, centro de onde irradiaram tantas inteligências avantajadas constituindo, no passado e no presente, vultos majestosos que honraram e honram o nome de nossa terra, pequena em extensão, gigante, porém, nos seus ideais.

Manuel Maria Carneiro da Cunha de tradicional família paraibana, cujos membros tão relevantes benefícios prestaram a êste Estado, estava na presidência, quando sancionou a Lei n.º 11, de 24 de Março de 1836, fundando o Liceu Paraibano.

Passados os anos e como a história da Paraiba fôsse desconhecida pela maior parte dos seus filhos, levantou-se a hipótese de que o fundador do Liceu teria sido o Pe. Malagrida e, ainda hoje, perdura o êrro que é preciso desfazer.

Vê-se na galeria do Colégio Estadual, um quadro com a fotografia do ilustre sacerdote, como uma homenagem ao seu fundador. As gerações que passaram por alí, estão certas de que foi aquêle o verdadeiro fundador do Liceu.

Últimamente, eu, que mui apagadamente faço parte dêsse Egrégio Instituto, sugeri a idéia de se investigar a verdade, pois, como professora daquêle Estabelecimento de Ensino, me sentia mal em não poder esclarecê-la.

Sendo nomeada por V. Excia, ilustre Presidente, uma comissão para estudar o assunto, foi o meu nome contemplado, o que muito me desvaneceu. Aceitando, pois, a honrosa missão, passamos a dar as informações colhidas.

Houve confusão, quando se atribuiu ao Pe. Malagrida, a fundação do Liceu. Como é sabido êste sacerdote foi estrangulado, e, depois, queimado em Lisboa, na praça do Rossio, constituindo isso, um espetáculo hediondo que começou na noite de 20 e terminou na manhã de 21 de Setembro de 1761.

Ora, como se poderia explicar que uma pessoa desaparecida nessa data fundasse um Liceu em 1836?

Houve, portanto, um equívoco, decerto, com a criação de um Seminário-zinho para a educação da mocidade, destinada ao sacerdócio, cuja pedra fundamental foi lançada com solenidade.

Camilo Castelo Branco narra em «História de Gabriel Malagrida» Lisboa, in 4.º com 190 pags, que se «assentou a primeira pedra do estabelecimento em fins de 1745, sendo presentes o governador Antônio Borges da Fonseca e o Rev. Antonio Soares, vigário da cidade. Entre os benfeitores desta Casa, esta em primeiro plano, Teodoro Alves de Souza que deu a Malagrida um valioso rendimento.» (pag. 105).

E' oportuno evocar, aqui, a carta do padre Rogério Canísio da Companhia de Jesus, a D. Maria Ana d'Austria, rainha de Portugal, e escrita 15 anos antes da estrangulação do Pe. Malagrida, carta feita do Hospital Real do Ceará, em 22 de Abril de 1747, na qual participava que o desventurado missionário há pouco tinha edificado dois seminários onde a juventude se pudesse criar na virtude e nas letras, um na Bahia e outro na Paraiba».

O precioso documento foi divulgado por Alberto Lamego em «A Terra Goitacá vol. 3.º, Bruxelles, 1925, in 8º, com 469 pags. (Veja pag. 439.)

Diz, todavia, o padre Serafim Leite:

— «O edificio do seminário, anexo ao Colégio, não estava ainda concluído de todo, em 1757, mas dispunha, já, de habitações para 18 alunos internos e a sua situação econômica, nesse ano, era equilibrada e próspera; receita dois mil e setecentos escudos romanos; despesa, dois mil e quinhentos escudos. Bem organizado, com as suas aulas de latim e humanidades, com suas congregações de estudantes, o Colégio da Paraiba foi o primeiro Estabelecimento de Ensino Geral do Estado». (História da Companhia de Jesus, no Brasil, vol. 5.º, pag. 497).

Não obstante o modo positivo e real como o douto historiador se refere ao primeiro Estabelecimento de Ensino Geral do Estado, não é possível esquecer que, também, o padre Antonio dos Reis escrevia, naquela época, sôbre o assunto, ao sargento-mór Jacinto Teixeira Mendes na qualidade de Superior da Casa e Vice-Reitor do Seminário de São Gonçalo da Paraiba, em 14 de Junho de 1752.

Apolônio Nóbrega, nosso distinto consócio e esforçado estudioso da História da Paraiba, em um dos seus tratados diz que anterior ao Seminário Diocesano instituido em 1894, pelo Exmo. Revmo. Bispo D. Adauto de Miranda Henriques de saudosa memória, existiu o seminário de Malagrida ou mais propriamente, seminário de São Gonçalo.

Pergunta-se — simples seminário ou Colégio dos jesuitas? E' questão da maneira de interpretar.

O ensino secundário oficial começaria em 1831 (ano da Abdicação) no govêrno do dr. José Tomaz Nabuco de Araújo quando, em sessão de 7 de Junho dêste ano, o Conselho Adjunto do Govêrno lançava a idéia da criação de um curso superior que foi corporificado sete dias depois, por decreto de 14 de Junho de 1831. Esse curso abrangia as cadeiras abaixo mencionadas.

O novo estabelecimento de ensino só se instalou e só começou a funcionar em principios de 1832, quando lhe foi acrescida a cadeira de Geometria.

Voltando à Lei que criou o Liceu Paraibano: «Artigo 1.º — Fica estabelecido nesta cidade, um Liceu que será composto dos professores de Latim, Francês, Retórica, Filosofia e primeiro ano de Matemática, já criadas na mesma cidade; de dois substitutos; um para estas duas cadeiras e o outro, para as três primeiras, e um porteiro.»

Art. 2.º «O Liceu será colocado no primeiro andar do edifício em que, presentemente, se reune a Assembléia Legislativa Provincial».

O diploma legal em apreço se acha integralmente transcrito em «Evolução do Ensino, de José Batista de Melo, pags. 20 e 21.

Conclui-se, dai, que entre o seminário fundado pelo Pe. Malagrida e o Liceu pelo presidente da província Manuel Maria Carneiro da Cunha, no ano de 1836, há grande diferença.

Por ora, foi o que pudemos investigar sôbre o centenário Liceu Paraibano.

Ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano compete, portanto, obliterar o engano histórico.

João Pessoa, 31 de outubro de 1953.
Olivina Carneiro da Cunha — Relator
Cônego Francisco Lima
Lylia Guedes.

O CLUBE DE ENGENHARIA DA PARAIBA pretende, nos têrmos do requerimento anexo, deixar um **vão livre** no prédio onde se acha sua sede, no 3.º andar do edifício visinho ao do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, solicitando dêste, para o fim em causa, a necessária autorização e comprometendo-se a dar todas as garantias exigidas de que concorda em fechar o referido **vão**, sem questionar, no dia em que o IHGP necessitar ampliar o número de pavimentos de sua sede.

Argumenta que o aludido **vão livre** melhoraria de muito as condições de luz e vista do **Clube de Engenharia**, pois os associados passariam a desfrutar não só a paisagem encantadora do Parque Solon de Lucena, como da ventilação amena que sopra do nascente.

Se bem compreendemos, trata-se de uma janela ampla ou de terraço aberto sôbre o oitão do edifício do IHGP, na altura do 3.º andar, e é para isso que pretende o CEP a autorização do IHGP, uma vez que tais obras são vedadas pelos arts. 572 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

2. Atualmente, o prédio do IHGP tem apenas dois pavimentos e uma sobreloja, enquanto o prédio visinho do CEP está mais acima, superior ao telhado do IHGP.

Se o IHGP construir mais um ou dois andares, fechará o vão livre do CEP e isto é direito que lhe é assegurado por lei e que o requerente não nega, como confessa no pedido em apreciação.

Entendemos que, se o IHGP não pretende aumentar agora a sua sede, com a construção de outros pavimentos, poderá perfeitamente atender a solicitação como uma forma de cooperação ao CEP.

Essa autorização, dada a título precário, como ato de mera tolerância, não induz posse e torna impossível a prescrição, como ensina LAFAYETTE: «O título precário exclui a intenção de possuir a coisa como própria, e, pois, torna impossível a prescrição» (Direito das Cousas, S 66, p. 176).

Ou como diz CLOVIS, singelamente: «O agente colhe a sua vantagem, a título precário, sabendo que a poderá perder, a qualquer momento. Consinto que o meus visinhos tirem água de minha fonte; que se sirvam periodicamente do meu campo, para reunir o seu gado; mas não lhes cêdo a posse da fonte nem a do campo, fazendo-lhes sentir sempre o meu direito, ou porque no lugar onde se acha a fonte há uma cêrca, ou outro indício da minha posse, ou porque, em qualquer hipótese, ou por qualquer modo, torno claro a precariedade dos seus atos.» (C. Civil, art. 497, v. IV, p. 19).

3. Se consentida a abertura do vão **livre** pelo IHGP, a permissão será objeto de uma escritura pública, frisando-se a precariedade da autorização e a obrigação do CEP de fechar o **vão** logo que o IHGP delibere construir outro pavimento na sua sede, correndo todas as depesas por conta do CEP.

De interesse será também consignar que a permissão dada não se transfere ao adquirente o prédio do CEP, e que se sôbre o telhado do IHGP forem jogados objetos que prejudiquem o escoamento das águas pluviais ou constituam perigo para a segurança do prédio ou saúde dos associados do IHGP, êste poderá exigir, de logo, o fechamento do **vão livre**, sem que contra isso possa o CEP opôr qualquer argumento, dada a precariedade da concessão.

A escritura será averbada à margem do registro de ambos os imóveis, para evitar futuras dúvidas, sendo conveniente a sua transcrição em Ata para conhecimento das condições estipuladas e da maneira como foi conduzido o assunto pela atual Diretoria do IHGP.

4. Se, porém, pretende o IHGP construir, em breve tempo, um ou mais pavimentos no prédio de sua sede, não vemos razão de conceder-se a licença solicitada pelo CEP, isto por motivos óbvios.

E' o nosso parecer, salvo melhor entendimento.

JOÃO PESSOA, 30-Outubro-1957.

A COMISSÃO:

J. Santos Coêlho Filho — Relator
José Pedro Nicodemos
Octacilio N. de Queiroz.

RELATÓRIO, REFERENTE AO TRIÊNIO 1950 — 1953, APRESENTADO PELO PRESIDENTE CLÓVIS LIMA

Prezados e ilustres Consócios:

Tenho a honra de apresentar, pela segunda vez, na forma do inciso VIII, do art. 17 dos Estatutos, o resultado das atividades do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano no último exercício.

Não é grande o acêrvo de realizações. Motivos vários contribuiram para a não execução completa do plano de trabalho da Diretoria cujo mandato finda nesta data. Os poucos resultados produzidos aparecem como fruto de dedicação e esforço comum de paraibanos que permanecem no mesmo campo onde triunfaram os idealizadores e fundadores de 7 de setembro de 1905. Contudo, com ao boa vontade de todos, lutamos pela sobrevivência do Instituto e transferimos o bastão a uma nova Diretoria que irá enfrentar maiores responsabilidades e maiores encargos.

Delicada tarefa está a cargo da Diretoria eleita: preparar o IHGP, ornamenta-lo, dar-lhe uma sede condigna, para, em ambiente de confiança e conforto comemorar a simpática instituição o seu quinquagésimo aniversário. Antecipamos o nosso contentamento pela confiança que inspira a nova Diretoria a cuja frente se acha a figura de sacerdote integral, de homem de inteligencia e cultura, de sócio dedicado e com inestimavel folha de serviços á Paraiba, que é, sem louvor interesseiro, o Cônego Florentino Barbosa. Os que saem e os que ficam terão apenas de ajudar o condutor na feitura de paginas brilhantes que de certo enriquecerão a história do IHGP.

* * *

Eis o que foi possivel fazer:

No último exercício o IHGP realizou 20 sessões, sendo 18 ordinária, 1 especial e 1 solene.

O livro de registro de sessões não fornece dados animadores quanto ao número de sócios presentes ás reuniões. A Diretoria do Instituto já teve oportunidade de decretar a perda do mandato de sócio por falta de frequência não justificada ás sessões durante seis mêses consecutivos, na forma do art. 12 dos Estatutos. Muitos companheiros manifestaram nos últimos três anos completo despreso pela instituição. Sómente por tolerância figuram ainda alguns faltosos no quadro social.

Apesar de muitas falhas, os resultados correspondem ao nosso grande desejo de acertar.

CORRESPONDÊNCIA — Durante a fase de trabalhos a Secretaria recebeu 8 telegramas, 63 oficios, 65 circulares e 22 cartas e cartões. Expediu 5 telegramas, 90 oficios, 1 circular e 25 cartas diversas.

Todos os seus trabalhos tiveram perfeita execução graças ao integral desempenho do titular que a dirige.

LIVROS E PUBLICAÇÕES — Em tôdas as sessões os consócios tomaram conhecimento do número de livros e publicações oferecidas ao Instituto por pessoas e entidades nacionais e estrangeiras. Mantemos uma política de simpatia intelectual quando retribuimos as melhores gentilezas com volumes da nossa Revista.

PALESTRAS — Não perdemos o contacto com outros centros de cultura, aspecto que demonstra maior vivacidade de uma instituição com os fins do IHGP. Entre outros convites, foi feito um ao historiador Mário Melo, que nêste casarão, prendeu a atenção de todos os presentes com a sua palestra — «Pernambuco e Paraiba», em cujo trabalho definiu através de fatos históricos, de aspéctos geográficos e da própria lenda os laços de união entre paraibanos e pernambucanos.

EXCURSÕES — Foram programadas duas excursões de interesse geográfico e histórico. Por falta de maior número de adesistas foi uma cancelada. Mereceu integral apoio a destinada à Baía da Traição, realizada no dia 7 de setembro de 1951. Naquêle trecho do litoral tão vivo nas páginas da nossa história pelos heroicos feitos dos nossos antepassados tivemos a feliz oportunidade de ouvir um relato seguro de autoria do consócio Con. Florentino Barbosa sôbre a paisagem da baía e seus arredores e, ainda, a respeito de fatos inéditos da história da provincia. Todos os participantes da excursão foram alvos de especiais atenções do Deputado José Fernandes de Lima e do Snr. João Caitano Alves de Lima, prefeito do municipio de Mamanguape.

PARECERES E COMISSÕES — Das comissões designadas para estudar os vários assuntos requeridos ou ventilados em sessão, algumas deixaram, por motivos desconhecidos, de apresentar as suas conclusões. Os Drs. Anibal Moura, Vidal Filho e o Con. Nicodemos Neves ofereceram parecer sôbre duas consultas — uma do Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal, aliás em carater sigiloso, e outra do Dr. Afonso Costa, da Federação das Academias de Letras, indagando se Lourenço de Brito Correia chegara a administrar a Paraiba no periodo colonial. Cônego Francisco Lima, José Leal e Anibal Moura emitiram parecer sôbre o projeto e desenho do novo diploma de sócio do Instituto, apreciável trabalho do consócio J. Santos Coelho Filho, pelo que, confiei a uma Editora de S. Paulo a confecção dos títulos que já estão sendo distribuidos.

REPRESENTAÇÃO — Tendo o Presidente do Conselho Nacional de Geografia solicitado um representante do IHGP para tomar parte na Comissão da União Geográfica Internacional, deleguei poderes ao consócio Ademar Vidal, residente na Capital da República, que se desincumbiu a contento da missão que lhe foi confiada, conforme comunicação já do conhecimento desta casa.

* * *

Diferentes aspectos da vida cultural do IHGP, nêstes últimos anos, revelam a nossa conduta, a nossa constante vigilância, e o nosso carinho pelas cousas do passado e por tudo que interessa aos objetivos da instituição cultural.

PUBLICAÇÕES — Vários consócios deram a sua contribuição aos estudos regionais. Com satisfação registro as seguintes publicações:

«História Republicana da Paraiba», de Apolonio Nóbrega;
«Dicionário Corográfico da Paraiba», nova edição, de Coriolano de Medeiros;
«O Problema Fundamental do Conhecimento», de Cônego Florentino Barbosa;
«João da Mata», de Albertina Correia Lima;
«Origens do Poder Absoluto da França» de Anibal Moura;

«As Itacoatiaras de Ingá», de Clóvis Lima.

XAVIER JUNIOR — Foi o consócio paraibano Francisco Xavier Junior uma das figuras mais representativas da nossa terra. A sua produção constitui ainda fonte inesgotavel de saber. Comemorando-se no ano em curso o 1.º centenário de seu nascimento, pois nasceu a 31 de Julho de 1853, não podia o IHGP tornar-se impassivel ante o movimento esboçado nos meios culturais e educacionais, no sentido de uma comemoração condigna, sobretudo por se tratar de um sócio fundador. Assim, foi designada uma Comissão constituida dos consócios Dr. Lauro Xavier, jornalista José Leal e Con. Francisco Lima para elaborar um programa de comemorações. Em uma das reuniões do IHGP ficou escolhido o consócio Lauro Xavier para falar sôbre a vida e obra do saudoso conterrâneo.

MARCOS HISTÓRICOS — Requerida pelo consócio Con. Florentino Barbosa a designação de uma comissão afim de se entender com o Snr. Prefeito da Capital sôbre a aposição de placas de bronze assinalando os locais onde existiram duas antigas casas de Pólvora no antigo Passeio Geral (hoje Av. Rodrigues Chaves) e na rua Nova (atualmente General Osório), foi deferido o requerimento e, consequentemente, nomeada a comissão composta do consócio requerente e mais José Leal e J. Santos Coelho Filho. O atendimento do Prefeito Oliveira Lima ao nosso apelo não se fez esperar muito, e já se acham colocadas as placas assinaladoras dêsde o dia 2 do corrente.

Tôdas as Casas de Pólvora vão tendo o seu fim pelo trabalho do tempo. A Casa de Pólvora da Ladeira de S. Francisco, atualmente tombada para o Patrimônio Nacional, terá de certo a mesma sorte das duas primeiras, pois os danos causados, pelo seu vulto, dificilmente serão reparados. Nunca o Instituto

foi-lhe indiferente. Só não era possivel livrar o vetusto casarão da ação criminosa de uns e das inclemências de fatores naturais. Com recursos tão reduzidos como os de que dispõe o IHGP seremos sempre os últimos a cuidar, e apenas para que a sua lembrança não se apague de vez.

RESTAURAÇÃO DE NOMES — Deforma-se dia a dia a feição histórica e artistica de certos recantos da cidade. Há mesmo um desejo criminoso de se matar a tradição. Homens sem cultura, ignorantes pelas suas proposições, preocupados com questiúnculas políticas e explorando um mandato que o povo erroneamente lhes confere, apagam ou tentam apagar os poucos vestígios da tradição local. São alterados sem qualquer estudo prévio os nomes das nossas ruas, das praças e recantos da cidade. Muitas investidas foram em tempo barradas pela imediata ação da Diretoria do IHGP. Basta citar a alteração que se pretendia fazer no nome da Rua das Trincheiras. Caturité não será mais pronunciado. Rua da Palmeira, S. José, S. Elias, Rua Nova, Rua Direita, Estrada do Carro, Rua da Areia e muitas outras pertencem ao esquecimento. Espera-se a conclusão da obra criminosa. Infeliz do povo que não conserva as suas melhores tradições. Preocupado com esse estado de cousas, o IHGP apelou para os snrs. Vereadores, para o Snr. Prefeito Municipal no sentido de serem restaurados os nomes antigos das nossas ruas, preservados os nomes ainda existentes e dado melhor harmonia aos recantos da cidade, tão ricos de beleza, mas tão atestantes da nossa incultura. Praças com uma denominação ornadas com estatuas de pessoas estranhas. Bairros em batismos inexpressivos numa imitação grosseira e condenavel. Já que não há uma legislação exigindo prévio parecer do Instituto, como acontece no Estado de Pernambuco, deveria a Prefeitura, pelo seu Departamento Artístico, cuidar melhor desses assuntos e nunca aprovar denominações absurdas que atentam contra a nossa tradição e cultura.

VISITANTES ILUSTRES — Visitaram o IHGP no exercício passado, entre outros, o Ministro José Américo de Almeida, escritor Mário Melo, historiador Helio Viana, professor Ordival Cassiano Gomes, Dr. Ismael Sotto Mayor, representante do FISI e o bibliotecário Edson Neri da Fonseca.

* * *

O quadro social está ainda mais reduzido. Limitado por força do art. 3.º dos Estatutos é conveniente a sua complementação com um critério absoluto de escolha de candidatos ás vagas.

SÓCIOS CORRESPONDENTES — Foram admitidos como sócios correspondentes os seguintes nomes: Prof. Gilberto Osório de Andrade, em sessão de 2 de julho de 1952; Prof. Amaro Quintas e Ordival Cassiano Gomes, em 28 de março de ano em curso e o Prof. Mauro Mota.

SÓCIOS FALECIDOS — Lamentamos registrar nêste relatório a perda de consócios ilustres. São êles: Dr. Manoel Tavares Cavalcanti, sócio fundador do IHGP, falecido em 1 de abril de 1950; Cônego João de Deus Mindêlo da Cruz, e Dr. Alvaro Pereira de Carvalho, sócios efetivos, o primeiro falecido em 21 de julho de 1952 e o segundo em 4 de agosto de 1951, e o Dr. João Fulgêncio de Lima Mindêlo, em 7 de julho do corrente ano (1953).

* * *

A Biblioteca e o Arquivo do IHGP não oferecem melhor aspecto. As tentativas de melhoramento não lograram êxito. E agora que se pensa em uma nova séde para a instituição, seria desaconselhavel uma remodelação ou mesmo aquisição de moveis condignos. Contudo, fica a critério da nova direção o roteiro do seu destino.

Como já fiz sentir, tem sido grande o número de livros recebidos pelo IHGP. O Museu foi enriquecido de ofertas de valia, figurando:

Um quadro de formatura dos bachareis de 1894, pela Faculdade de Direito do Recife, pelo Dr. Cláudio da Silva Porto; Idem, dos bachareis de 1908, da mesma Faculdade, pelo jornalista Agenor Amorim de Medeiros;

Uma moeda de cobre de 5 reis, de 1764, procedente de Jacumã, pelo consócio Florentino Barbosa;

Um exemplar do jornal «Cidade da Borborema», edição de 10-8-1930 pelo snr. Jesuino Veras;

Uma amostra de marmorite (areia de moldar), procedente de Forte Velho, pelo consócio Florentino Barbosa;

Uma fotografia ampliada de raro valor artistico reproduzindo a Igreja de N. S. da Guia, de Forte Velho, oferta do snr. Djalma Gusmão;

Um mapa ecológico da Paraiba, pelo consócio Lauro Xavier;

Três volumes encadernados (nº 1, 2 e 3) já esgotados, da Revista do Instituto, oferta do Ministro José Carlos de Macedo Soares, por intermédio do consócio Apolonio Nóbrega.

O movimento financeiro do Instituto tem sido normal. As fontes de rendas pouco se avolumaram. Ainda perdura a subvenção anual de Cr$ 18.000,00 concedida pelo Estado na administração do Interventor José Gomes da Silva. E' a única renda certa de que dispõe o IHGP. Este ano, por dificuldades na arrecadação, o Estado ainda não satisfez o pagamento dos mêses já vencidos. O Município da Capital continua a não pagar a minguada subvenção assegurada por lei

Nos últimos anos foram recebidos vários auxilios e subvenções federais. Até mesmo dois auxilios considerados perdidos pela decorrência de tempo foram incorporados aos nossos saldos. Entre 1950 e 1953 o IHGP foi contemplado com auxilios na importância de Cr$ 69.000,00 já recebidos. A Diretoria tomou as providencias necessárias para conseguir um maior auxilio em 1954, tendo tratado do assunto, na Capital da República, junto á bancada paraibana na Câmara e no Senado, sendo certo que o Orçamento da União consignará no exercício futuro maior quota.

Em sessão passada o Instituto aprovou as contas referentes ao ano social. Deixa a administração, cujo mandato hoje finda, um saldo em Bancos na importância de Cr$ 45.252,20, sendo Cr$ 22.258,50, no Banco do Brasil e 22.993,70 no Banco do Estado.

* * *

Apontei a nova Diretoria do IHGP como possuidora de uma grande missão a cumprir a partir desta data. Vai o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano completar, no dia 7 de setembro de 1955, o seu quinquagésimo aniversário. Como comemorar a grande data? Resta á nova diretoria elaborar o seu programa de festividades, aliás já iniciado pela casa que hoje finda o seu mandato.

O problema máximo do Instituto é o da sede. Não é possivel continuar onde e como está. Cabe a cada membro da instituição e não sómente á diretoria trabalhar para essa conquista.

Contando com a cooperação do Snr. Prefeito Luiz de Oliveira Lima adquiri pela importância de Cr$ 64.000,00 um terreno medindo 11 x 20 m, entre as ruas Frutuoso Barbosa e praça Barão do Abiaí, onde será construida a futura séde do Instituto. Providenciei ainda o preparo da planta do edifício que será oportunamente submetida á apreciação de todos os consócios. Entrei também em entendimento com o Chefe do Govêrno para conseguir um auxilio especial que possibilite o início da obra e custeio das despesas com a comemoração do aniversário.

Será, portanto, uma tarefa de todos.

* * *

E' com justificado júbilo que o IHGP lança hoje o 12.º volume da Revista. Todo o material composto foi selecionado pela Secretaria. Com êste, é a segunda vez durante o mandato que finda, que circula o único órgão de publicidade de que dispomos. Desta vez o Instituto suportou todo o encargo da edição.

E' uma vitória a mais que registramos.

* * *

No relatório apresentado no final do primeiro mandato, publicado no 12º volume da Revista, consta a composição da Diretoria e das Comissões cujos mandatos expiram.

Faço votos, em nome da Diretoria, pelo completo êxito dos novos eleitos e renovo a segurança do meu reconhecimento pela constante manifestação de apoio, pela valiosa contribuição prestada por todos durante o segundo período de atividades nêste setor da cultura da provincia.

João Pessoa, 7 de setembro de 1953.
Clóvis Lima.
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

RELATÓRIO DO PERIODO SOCIAL 1953 - 1956 — APRESENTADO PELO CÔNEGO FLORENTINO BARBOSA

Ilustres e prezados Consócios:

No cumprimento do disposto no art. 17, alínea VIII dos Estatutos, eis que estamos a submeter à vossa consideração o Relatório Geral da nossa gestão pertinente ao triênio social 1953 — 56, o que teremos de fazer de modo sucinto, de vez que o nosso precário estado de saúde não nos permitiu entrar em minuncias.

Eleito pela maioria dos vossos sufrágios em sessão especial de 23 de agosto de 1953 e empossado a 7 de setembro do mesmo ano, o nosso maior empenho foi animar o entusiasmo do nosso antecessor que, é de justiça acentuar, já vinha coordenando elementos, projetando planos e empregando os meios necessários para a objetivação de um velho anseio de todos nós; a construção do nosso.

PRÓPRIO SOCIAL

E foi pelos motivos citados e no sentido de que a ação dinâmica do Vice-Presidente dr. Clovis Lima não sofresse solução de continuidade, que lhe outorgamos plenos poderes afim de que o programa por êle delimeado prosseguisse até o fim.

Feliz foi a nossa deliberação e o resultado aí está patente.

Abandonando o antiquado e sombrio prédio da rua Direita, 242, já agora estamos abrigados sob teto próprio.

Quase magestoso em suas linhas nobres e sóbrias, constando de 3 amplos pavimentos, inclusivé o térreo, dispondo de largo Salão de Conferências, salas destinadas à Presidência, Secretaria, Biblioteca e Portaria, o nosso edifício impressionou, vivamente, a quantos acorreram à solene inauguração, no dia 28 de janeiro do ano em curso, presidida pelo Sr. Governador José Américo de Almeida que, em cintilante discurso, exaltou o esfôrço e pertinácia da direção do nosso Instituto Histórico, tendo a seguir orado o dr. Clovis Lima, Vice-Presidente, dando conta de sua ação como orientador da obra e agradecendo a presença, alí, do Governador e demais autoridades civís e eclesiásticas, inclusive d. Manuel Pereira, Bispo-Coadjutor e representante do Arcebispo Metropolitano.

Devo assinalar que na construção do edifício foram gastos mais de Cr$ 900.000,00, advindos de subvenções e auxílios da União e do Estado e contribuições de emprezas industriais, todos a merecerem o nosso vivo reconhecimento.

CINQUENTENARIO DO INSTITUTO HISTÓRICO

Em sessão Magna, comemorou o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, a 7 de setembro do ano p.findo, o transcurso do seu cinquentenário de fundação, com vultosa assistência de sócios e convidados, autoridades civis, militares e eclesiásticas e que constituiu acontecimento de relevante repercussão no Estado.

Foi orador oficial o nosso preclaro consócio escritor Celso Mariz

que desenvolveu, com segurança e método pouco vulgar, o sugestivo tema "A Influência do Instituto Histórico na Evolução Cultural da Paraíba".

Trabalho de aguda interpretação filosófica, vasado em linguagem escorreita, nele fez o orador um estudo conciencioso dos luminares das letras históricas da época da fundação do IHGP aos dias atuais, merecendo, ao concluir, entusiásticos aplausos.

TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO

Havendo o dr. Mário Melo, Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano, encarecido a interferência dêste Instituto em órdem a que fôsse sustada a demolição de um monumento porventura existente no Cemitério de Itabaiana, Município paraibano, comemorativo da Revolução de 1817, e que teria sido demolido pela Prefeitura local, designamos o consócio dr. J. Santos Coêlho Filho para a necessária investigação.

Transportando-se à sede daquele Município, deu o consócio em referência pleno cumprimento à missão, apresentando desenvolvido parecer, ilustrado com fotografias, onde esclarece que, após ouvir autoridades locais, inclusive o Juiz de Direito, nada constatou em relação ao monumento. Concluindo, adverte que, efetivamento, existe não no Cemitério, mas à margem de um riacho próximo, uma pedra fundamental lançada, ao que se afirma, por uma sociedade litero-desportiva como base de um monumento que jamais chegou a concretizar-se. Da existência do monumento na necrópole municipal, não encontrou quem desse notícia mesmo vaga.

* * *
* * *

Como venha surgindo certas dúvidas acerca da fundação do antigo Liceu Paraibano, por alguns atribuída ao padre Gabriel de Malagrida, designou o IHGP a Comissão constituída dos consócios cônego Francisco Lima, profa. Olivina Carneiro da Cunha e dra. Lygia Guedes para as precisas investigações. Essa Comissão logo emitiu parecer, que foi discutido em reunião ordinária, concluindo que aquele renomado jesuíta fundou um Seminário no antigo convento de São Gonçalo da Capitania, o qual nenhuma relação teria com o extinto Licêu Paraibano, criado, no mesmo local, já no século XIX. O parecer estriba-se em autores e doucumentos que a Comissão reputa idôneos.

* * *

Atendendo a uma consulta formulada, em carta, pelo frei Venâncio Villek, do Convento de S. Francisco do Rio Formoso, na Bahia, e relacionada com alguns pontos da História Missionária na Paraíba, cometemos a elucidação da matéria ao consócio cº. dr. Francisco Lima que elaborou criterioso parecer, merecendo êste o consenso do missivista.

Todos os pareceres citados obtiveram a aprovação do plenário.

SESSÕES SOLENES

Além da realizada por ocasião das comemorações do seu 50º aniversário, de que nos ocupamos em outra parte dêste Relatório, promoveu ainda o IHGP as seguintes sessões solenes: no dia 7 de setembro de 1953, ao empossar sua Diretoria eleita para o triênio 1953-56; no dia dia 28 de maio de 1955, para empossar o prof. Francisco Hugo Almeida de Lima e Moura, eleito sócio efetivo a 26 de março do mesmo ano, sendo saudado pelo consócio Lauro P. Xavier; no dia 27 de agosto de 1955, ao ensejo das homenagens póstumas prestadas a D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, 1º Bispo e 1.º Arcebispo da Paraíba, quando das comemorações do 1.º centenário do nascimento do ilustre antístite, sendo orador oficial o consócio J. Baptista de Mello, que procedeu à leitura de apreciável biografia do homenageado.

SESSÕES ORDINÁRIAS

Realizaram-se no período dêstes informes treze sessões ordinárias e uma especial, nos têrmos dos Estatutos, para eleger a Diretoria empossada.

PALESTRAS

Prazeirosamente, registamos a realização de curiosa palestra, em sessão de 24 de abril de 1954, pelo consócio cº. dr. Francisco Lima, sob o tema CANUDOS DE ONTEM E DE HOJE, resultado de uma excursão empreendida, ultimamente, aos remotos sertões baianos.

Pena que esteja arrefecendo o gôsto pelas palestras mensais, que tanto animação trazem às nossas reuniões. Inobstante haver diversos outros consócios designados, apenas o cº. Francisco Lima atendeu à convocação.

LIVROS PUBLICADOS PELOS SÓCIOS

Registamos com prazer a edição dos seguintes livros de autoria de gente da Casa: «Maiores e Menores», de João Lelis; «Evolução do Ensino na Paraíba», de J. Baptista de Mello; «Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba», de Florentino Barbosa, além de outros, que, embora divulgados, não tiveram os autores a lembrança de enviar qualquer exemplar à nossa Biblioteca.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO

Publicado o 12º volume em 1953, sómente agora estamos reunindo matéria para o 13º, que deixo confiada ao meu ilustre sucessor, sob cuja esclarecida orientação correram as duas edições anteriores.

BIBLIOTECA

Vinha o IHGP franqueando a sua Biblioteca, aos sábados, à tarde, a associados e pessoas estudiosas, se bem que a frequência fôsse, infelizmente, quase nula, como, aliás soe acontecer em estabelecimentos congêneres, onde

a curiosidade e atenção dos leitors são sempre atraídas para os jornais e revistas mundanas.

Com a mudança para o novo edifício, não poucos volumes ficaram deslocados em consequência das sérias avarias que sofreram as velhas estantes.

Contudo, posso adiantar que a Diretoria recém-eleita projeta não só prover de instalação condigna a Biblioteca, tornando-a mais atraente e confortável, como ainda adotar sistema racional de catalogação nos moldes da moderna Biblioteconomia. Com os recursos que vimos recebendo do Govêrno da República, é de ver que, dentro em breve, estará em condições de atender a quantos a procurarem.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Continuam chegando ao IHGP copiosas publicações em livros, revistas especializadas, boletins, monografias de outros Estados e até de paises estrangeiros, sendo que, desta Capital, apenas recebe os jornais «A União», «Correio da Paraíba» e o Boletim da L. B. A. (Secção da Paraíba). Tais publicações são arroladas nas atas dos trabalhos ordinários e divulgadas na imprensa local.

MOVIMENTO DA CORRESPONDÊNCIA POSTAL-TELEGRAFICA

Ofícios recebidos	56
Circulares, idem	25
Telegramas, idem	10
Ofícios expedidos	66
Telegramas, idem	6

OFERTA

Presenteadas pelo snr. Agenor Amorim de Medeiros, recebeu o IHGP, por intermédio do consócio J. Veiga Júnior, dezoito (18) volumes encadernados de jornais diários de João Pessoa.

SÓCIOS PROPOSTOS E ACEITOS

Foi proposto e eleito Membro Efetivo dêste Instituto, respectivamente, a 29 de outubro de 1955 e 28 de julho de 1956, o prof. dr. José Pedro Nicodemos, cuja posse está marcada para outubro próximo. Trata-se de acatado professor universitário e arguto estudioso dos problemas da administração pública.

SÓCIOS FALECIDOS

Registamos, com profundo pezar, o desaparecimento objetivo dos ilustres consócios: dr. João Lelis de Luna Freire, ocorrido a 24 de agosto de 1954 e jornalista Simão Patrício da Costa Neto, verificado no Rio de Janeiro, no dia 25 de setembro do mesmo ano, ambos do Quadro de Efetivos; e do Cnel. Pedro Dias Cardoso, Sócio Correspondente, com residência em São Paulo, e General João Fulgêncio de Lima Mindelo, também do Quadro de Correspondente, cujo óbito ocorreu a 7 de julho de 1953.

SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS

Passamos a demonstrar as subvenções e auxílios orçamentários recebidos no período destas informações:

GOVÊRNO FEDERAL

1953 —	Subvenção	Extraordinária	190.000,00
1954 —	»	»	190.000,00
1955 —	»	»	10.000,00
» —	»	»	100.000,00
» —	»	Ordinária	40.000,00
1956 —	»	»	90.000,00
		Cr$	620.000,00

GOVÊRNO ESTADUAL

1953 —	Subvenção	Ordinária	18.000,00
1954 —	»	»	18.000,00
» —	»	Extraordinária	150.000,00
1955 —	»	Ordinária	18.000,00
» —	»	Extraordinária	200.000,00
		Cr$	404.000,00

De várias empresas industriais e ainda de particulares, recebeu o Instituto Histórico auxílios pecuniários e de material de construção destinados às obras do novo edifício. Tais contribuições foram, pormenorizadamente, registadas no Livro de Atas do IHGP e divulgadas pela imprensa local.

EXPEDIENTE DA SECRETARIA

Não é pequeno o serviço que pesa sôbre a Secretaria, sendo de justiça assinalar que o seu encarregado, eleito, sucessivamente, há vários anos, traz o respectivo expediente atualizado, ou seja, tanto quanto possível em dia, como lavratura de atas, não ficando nenhum ofício, circular ou carta sem a devida resposta. Tudo quanto o I. H. G. P. recebe, seja livro, mapa, revista ou jornal, é, regularmente, divulgado pela imprensa local.

CONCLUSÃO

Agradecendo a cooperação constante que de todos vós recebi no decurso do mandato que hoje expira, formulo os melhores votos de êxito à ilustre Diretoria que acaba de empossar-se.

JOÃO PESSOA, 7 de Setembro de 1956.

Cônego Florentino Barbosa

Presidente.

ÍNDICE

	PÁGS.
Diretoria e Comissão Permanentes do IHGP	5
Os Mortos do IHGP	7
Novo Orbe Seráfico (Continuação)	11
Fala do Ouvidor Manoel Leocádio Rademaker	19
Carta da Professora Júlia Leal	23
O IHGP na Evolução Cultural da Paraíba — Celso Mariz	25
O Joazeiro na Caatinga Nordestina — Prof. Clovis Lima	33
Da Paraíba o Naturalista Arruda Câmara — Octacílio N. de Queiroz	39
Uma Dúvida Biográfica — M. Tavares Cavalcanti	49
O Naturalista Arruda Câmara é bem nosso — Coriolano de Medeiros	51
Reavivando a Revolução de 1817 — Ascendino da Cunha	53
Saudação a Coriolano de Medeiros — Prof. Gláucio Veiga	57
Aspectos Ideológicos da Colonização Lusa — José Pedro Nicodemos	63
D. Adauto — Semeador de Dioceses — J. Baptista de Mello	75
João Alves Sanches Massa — Albertina Correia Lima	81
Nassau — Governador do Brasil Holandês — Pe. Francisco Lima	87
Epitácio Pessoa — Otto Prazeres	93
A Música dos Caixeiros — J. Veiga Júnior	95
O Mistério dos Tremores de Terra — F. Chedi	99
Origem e Evolução da Igreja do Bom Jesus — Oliveira C. da Cunha	101
As primeiras ruas de João Pessoa — Coriolano de Medeiros	105
Silvino de Macedo — A Cesar de Oliveira	109
O Boi e o Açúcar — Cleantho Leite	113
Ontem, Hoje e Amanhã — Mário Melo	117
A Casa da Pólvora	119
A Misericórdia na Paraíba — Henrique Gonzalez	121
Monsenhor F. Severino de Figueirêdo — Luís da Câmara Cascudo	123
Cidades Adormecidas — José Leal	125
Dom Moisés Coêlho — Eudésia Vieira	129
Nossa Capital em 1850	133
O Voador Paraibano — Coriolano de Medeiros	139
Pequenas Achêgas para a Crônica da Cidade — José Ramalho	141
Pareceres das Comissões	143
Relatórios	148